

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2026

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES DE TI (DDTI)

A **Finep** – Financiadora de Estudos e Projetos torna público, para ciência dos interessados, que por intermédio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria DADM nº 048/2025, realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **menor preço**, modo de disputa **ABERTO**, em regime de execução como empreitada por preço **global**, para os itens S1 e S2 e empreitada por preço **unitário**, para o item S3. A sessão será conduzida pelo Pregoeiro, que será assessorado pela sua equipe de apoio e encontra-se fundamentada na Lei nº 13.303/2016 e Decreto 8.945/2016 e, subsidiariamente, na Lei nº 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto nº 10.024/2019, na Lei Complementar nº 123/2006, Decreto 7.174/2010, Lei 8.248/1991 e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, bem como nas condições estabelecidas neste Edital.

São partes integrantes do Edital os seguintes anexos:

- Termo de Referência – **Anexo I**;
- Lista de Requisitos – **Anexo I-A**;
- Método para implantação de novas funcionalidades – **Anexo I-B**;
- Termo de confidencialidade – **Anexo I-C**
- Ordem de Serviço – **Anexo I-D**
- História de Usuário – **Anexo I-E**
- Planilha de Preços – **Anexo II**;
- Declaração de Endereço Eletrônico, Dados Bancários e Atendimento aos Requisitos do Edital – **Anexo III**;
- Minuta de contrato – **Anexo IV**.

1. DO OBJETO

Fornecimento de suporte técnico para licenças perpétuas, sustentação e serviços de implantação de novas funcionalidades da solução Core Banking da Finep, Sydle One.

As especificações e condições do objeto desta licitação encontram-se no Termo de Referência – **Anexo I** deste Edital.

- 1.1. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras do Governo Federal e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.
- 1.2. Somente um Licitante será declarado vencedor desta licitação.

1.3. O valor estimado global para esta contratação é de **R\$ 9.663.504,00 (nove milhões, seiscentos e sessenta e três mil, quinhentos e quatro reais).**

2. DO ENDEREÇO, DATA, HORÁRIO e PRAZOS DO CERTAME

2.1. **ENDEREÇO ELETRÔNICO:** <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

2.2. **UASG: 365001**

2.3. **DATA DA SESSÃO: 20/07/2026 às 10h** (horário de Brasília – DF).

2.4. **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO:** Até a data de **13/07/2026;**

2.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1. Os pedidos de esclarecimentos e impugnação deverão ser enviados ao Pregoeiro em até 5 (cinco) dias úteis anteriores da data fixada para abertura da sessão pública.

3.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento e as decisões de impugnação serão divulgadas em até 3 (três) dias úteis.

3.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.4. Os pedidos de esclarecimentos ou impugnação deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, no endereço eletrônico pregoeiro@finep.gov.br, respeitando-se os prazos acima.

3.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.6. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão publicados no site da Finep (<http://www.finep.gov.br/licitacoes-e-contratos>) e no Portal de Compras do Governo Federal.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja previamente credenciado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

4.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, as interessadas em participar deste pregão deverão dispor de chave de identificação e de senha, obtidas junto ao Portal de Compras do Governo Federal, onde

também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

- 4.1.2. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Finep responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.1.3. O Licitante deve estar apto para encaminhar propostas, por meio eletrônico, até o momento de abertura da sessão pública, sendo de sua inteira responsabilidade os documentos encaminhados durante a sessão eletrônica, inclusive quanto aos documentos que não estiverem devidamente assinados.
- 4.2. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.
- 4.3. Além dos casos previstos nos art. 38 e 44, quando for o caso, da Lei 13.303/2016, não poderão participar da licitação, isoladamente ou em consórcio, os seguintes agentes econômicos:
 - a) que tenham sido impedidos de licitar e contratar no âmbito da administração direta e indireta da União, com base no § 4º do art. 156 da Lei 14.133/2021;
 - b) que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar pela Administração Pública Federal, nos termos do disposto no art. 38, inciso III, da Lei nº 13.303/2016 e no inciso IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 ou que constem do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas (CEIS), acessível por meio do Portal da Transparência (www.portaltransparencia.gov.br);
 - c) pessoas jurídicas cujo Objeto/Finalidade de seu Contrato/Estatuto Social sejam incompatíveis com objeto deste certame;
 - d) que constem do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do CNJ (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
 - e) pessoas jurídicas estrangeiras não autorizadas a funcionar no país;
 - f) pessoas jurídicas integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
 - g) OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público);
 - h) Associações de qualquer natureza, inclusive Institutos, salvo se houver compatibilidade estatutária com o objeto desta licitação;
 - i) pessoas jurídicas cujos administradores e/ou sócios dirigentes, bem como as pessoas que compõem o quadro técnico empregado na execução do serviço, possuam familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) detentor de cargo comissionado ou função de confiança na Finep, em atendimento ao Decreto 7.203/2010;

- j) que constem na Relação de Inabilitados ou na Relação de Inidôneos do TCU;
- k) Empresário proibido de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;
- l) Empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92; e
- m) Empresas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

5. DA VISTORIA

- 5.1. Não haverá vistoria ao local da execução do serviço.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 6.1. O Licitante deverá encaminhar proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão.
 - 6.1.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
 - 6.1.2. A proposta remetida pelo sistema deverá considerar o modelo apresentado no Anexo II, em moeda corrente nacional, que constituirá a única e completa remuneração, sendo observadas rigorosamente as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.
 - 6.1.2.1. Sobre o preço acima ofertado não serão aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título, direto ou indireto, omitidos da proposta, uma vez que se considera que tal valor já engloba o lucro, além de todos os custos dos serviços, que venham a incidir sobre a prestação dos serviços, e quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução do objeto licitado.
 - 6.1.2.2. O Licitante deverá levar em consideração para a formulação de sua proposta, que a tributação incidirá sobre o valor total executado do objeto, ou seja, sobre o valor total da Nota Fiscal.
- 6.2. Os Licitantes, no ato de envio de suas propostas, devem apresentar todas as declarações exigidas no Portal de Compras do Governo Federal.
- 6.3. A declaração falsa relativa a quaisquer documentos estipulados neste Edital e seus anexos sujeitará o Licitante às sanções previstas neste Edital.
- 6.4. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
 - 6.4.1. Qualquer elemento que possa identificar o Licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.
 - 6.4.2. Até a abertura da sessão, os Licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.
- 6.5. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar do dia do seu

recebimento.

- 6.5.1. Caso não conste na proposta o prazo acima, esta será considerada válida pelo referido período.
- 6.6. No caso de sociedades optantes do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples, devem ser observadas as orientações dispostas nos subitens a seguir:
 - 6.6.1. O Licitante optante do Simples, que não se enquadre em situação de vedação prevista no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006, somente poderá beneficiar-se de tal condição se, com o valor ofertado em sua proposta, não vier a exceder o limite de receita bruta anual, previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência do Contrato e, independente do valor da proposta, caso não tenham excedido o limite da receita bruta anual no ano-calendário anterior.
 - 6.6.2. Se o Licitante optante do Simples extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ao longo da vigência do Contrato, uma vez sendo contratado deverá providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, sua exclusão obrigatória do Simples, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006.
 - 6.6.3. Não serão aceitos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato fundamentados na alteração de regime tributário mencionado nos subitens 6.6.1 e 6.6.2 deste Edital, devendo o Contratado arcar com eventuais custos decorrentes desta alteração.
- 6.7. O Licitante é inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, reconhecendo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 7.1. A abertura da sessão pública deste pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá no endereço, data e horário informados no item 2 deste Edital.
- 7.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 7.3. Cabe ao Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8. DA APRESENTAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO

- 8.1. Após a abertura da sessão pública, o Pregoeiro poderá suspendê-la, adiá-la ou reabri-la a qualquer momento, informando previamente aos Licitantes por meio do Portal de Compras do Governo Federal.
- 8.2. Iniciada a etapa competitiva, os Licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no

registro, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

- 8.3. O Licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.
- 8.4. Em caso de empate, serão observados os critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido do critério estabelecido no art. 55 da Lei 13.303/2016, no que couber.
 - 8.4.1. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 8.4, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.
 - 8.4.2. Persistindo o empate, será realizado sorteio entre as propostas empatadas e ordenação dos Licitantes.
- 8.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do Licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
 - 8.5.1. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o Licitante desistente às sanções constantes neste Edital.
- 8.6. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 8.7. No caso de desconexão apenas do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos Licitantes para recepção dos lances, retomando o Pregoeiro sua atuação no certame, quando possível, sem prejuízo dos atos realizados.
 - 8.7.1. Se a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensão e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 8.8. Se o sistema do pregão eletrônico ficar inacessível por problemas operacionais, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o certame será suspenso e retomado somente após a comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 8.9. Serão de inteira responsabilidade do Licitante quaisquer problemas operacionais em seu sistema, bem como o acompanhamento das operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas no sistema, inclusive no que tange o subitem anterior.
- 8.10. A etapa de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
 - 8.10.1. A prorrogação da etapa de lances ocorrerá sucessivamente até que não haja novos lances no período da prorrogação.
- 8.11. Após o encerramento da etapa de lances sem a prorrogação automática, o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa, mediante justificativa, em prol da consecução do melhor preço.

- 8.12. Ao final da fase de lances, não será admitido nos preços o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente.

9. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E PREFERÊNCIA NA CONTRATAÇÃO REGULADA PELO DECRETO Nº 7.174/2010

- 9.1. Havendo a participação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, será realizado, quando assim couber, o desempate de que trata o art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006.
- 9.1.1. Após a fase de lances, nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, e desde que este não tiver sido apresentado por empresa beneficiária da Lei Complementar 123/2006, será convocada a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada para apresentar nova proposta, no prazo máximo de cinco minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão.
- 9.1.2. Considerando o disposto no Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, o Pregoeiro realizará consulta no Portal da Transparência, endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br>, objetivando verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pelo Licitante, relativas ao seu último exercício social e ao exercício corrente, até o mês anterior da data da licitação, fixada no item 2 do edital, se mantém no limite legal que lhe permita essa condição de ME/EPP.
- 9.1.3. A utilização dos benefícios concedidos pela LC nº 123/2006 por Licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias configura fraude ao certame, sujeitando-se o mesmo à aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Finep pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das demais cominações.
- 9.2. Também será assegurada preferência na contratação, nos termos do disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, regulado pelo art. 5º do Decreto nº 7.174/2010, observada a seguinte ordem:
- I. Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;
- II. Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País;
- III. Bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.
- 9.2.1. As microempresas e empresas de pequeno porte que atendam ao disposto nos incisos acima, terão prioridade no exercício do direito de preferência em relação às médias e grandes empresas enquadradas no mesmo inciso.
- 9.3. O exercício do direito de preferência disposto nos subitens 9.1 e 9.2 será concedido observando-se os seguintes procedimentos, sucessivamente:
- I. Aplicação das regras de preferência para as ME/EPP dispostas no subitem 9.1, quando for o caso;

- II. Aplicação das regras de preferência previstas no subitem 9.2 com a classificação dos Licitantes cujas propostas finais estejam situadas até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida, conforme o critério de julgamento, para a comprovação e o exercício do direito de preferência;
 - III. Convocação dos Licitantes classificados que estejam enquadradas no inciso I do subitem 9.2, na ordem de classificação, para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para superar a melhor proposta válida;
 - IV. Caso a preferência não seja exercida na forma do inciso III deste item 9.3, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no inciso II do subitem 9.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o inciso III do subitem 9.2, caso esse direito não seja exercido.
- 9.3.1. Após o término da sessão pública, os Licitantes deverão permanecer logados no sistema para que o Pregoeiro possa convocar, na ordem de classificação e por meio do *chat*, as empresas cujo valor da proposta para o item esteja situado no intervalo percentual previsto na alínea II do subitem 9.3, ou seja, até 10% (dez por cento) da melhor proposta válida.
 - 9.3.2. Poderá ser encaminhado aos Licitantes, via *chat* do sistema, questionamento visando identificar aqueles que porventura preencham as condições listadas no subitem 9.2.
 - 9.3.3. Após convocado pelo *chat* para informar qual das condições listadas no subitem 9.2 sua proposta atende, o Licitante terá o prazo de 5 (cinco) minutos para resposta, sob pena de preclusão do seu direito de preferência
- 9.4. A comprovação do atendimento ao PPB será feita mediante apresentação do documento comprobatório da habilitação à fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelo Decreto nº 5.906/2006 ou pelo Decreto nº 10.521/2020.
 - 9.4.1. A comprovação será feita:
 - I. Eletronicamente, por meio de consulta ao sítio eletrônico oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) ou da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; ou
 - II. Por documento expedido para esta finalidade pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) ou pela SUFRAMA, mediante solicitação do Licitante.
 - 9.5. Na hipótese em que nenhum dos Licitantes preencha os requisitos elencados no subitem 9.2, prevalecerá o resultado inicialmente apurado pelo sistema.
 - 9.6. Recusada a Proposta, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
 - 9.7. Na hipótese de não identificação dos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com os demais Licitantes.

10. DA VERIFICAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS LANCES E DA PROPOSTA

- 10.1. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, o Pregoeiro notificará o Licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar a encaminhar, via sistema, a Planilha de Preços – Anexo II deste Edital, a planilha de custos e formação de preços, além de documentos para comprovação do RAT (Risco de Acidente de Trabalho), quando couber, no prazo de 2 (duas) horas, com os respectivos valores readequados, como condição para aceitação preliminar da sua proposta.
- 10.1.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do Licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 10.1.2. Ocorrendo problemas que inviabilizem o encaminhamento na forma estabelecida no subitem 10.1 acima, o Pregoeiro poderá solicitar que a Planilha de Preços seja enviada por meio do endereço eletrônico pregoeiro@finep.gov.br.
- 10.1.3. A Planilha de Preços integrará a Proposta de Preços e deverá ser apresentada, assim como a Planilha de Custos e Formação de Preços e outras planilhas, conforme **Anexo II** deste Edital, observando-se as especificações contidas no Termo de Referência – **Anexo I** deste Edital.
- 10.1.4. Serão desclassificadas as propostas que:
- I - conttenham vícios insanáveis;
 - II - descumpram especificações técnicas constantes nesse instrumento convocatório;
 - III - apresentem preços manifestamente inexequíveis;
 - IV - se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação;
 - V - não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Finep;
 - VI - apresentem desconformidade com outras exigências desse instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os Licitantes.
- 10.1.4.1. A verificação da efetividade dos lances ou propostas poderá ser feita exclusivamente em relação aos lances e propostas mais bem classificados.
- 10.1.5. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas materiais que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
- 10.1.6. Não será desclassificada a proposta que apresentar erros meramente aritméticos ou falhas de natureza formal, bem como poderão ser relevadas omissões puramente formais nos documentos e propostas apresentadas pelos Licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo desta Licitação.
- 10.1.7. O pregoeiro concederá prazo adequado para que o Licitante corrija os defeitos de sua proposta.
- 10.1.7.1. O pregoeiro indicará expressamente quais aspectos da proposta ou documentos apresentados

junto à proposta devem ser corrigidos.

- 10.1.7.2. A correção dos defeitos sanáveis não autoriza alteração do valor final da proposta, exceto para oferecer preço mais vantajoso para a Finep, sem permitir a alteração do resultado da licitação ou reabrir a etapa de julgamento das propostas.
- 10.1.7.3. Se a proposta não for corrigida de modo adequado, o pregoeiro poderá, a seu critério, conceder novo prazo para novas correções.
- 10.1.8. À proposta deverão ser anexados os seguintes documentos:
- a) Declaração de não registro de oportunidade, cujo modelo está contido no Anexo II do Edital.
- 10.1.9. Os documentos remetidos por meio do sistema do Portal de Compras do Governo Federal poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo pregoeiro.
- 10.1.9.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Departamento de Contratações e Compras Administrativas – DCAD, situado na Praia do Flamengo, 200, 1º andar, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.210-901.
- 10.1.10. O Licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste item, será desclassificado e estará sujeita às sanções previstas neste edital.
- 10.2. O pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade de preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
- 10.2.1. O pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Finep ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 10.2.2. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do Licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 10.2.3. O pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pela Finep.
- 10.2.4. Não serão aceitas propostas com preços manifestamente inexequíveis ou com valor global ou unitário superior ao estimado, observadas as condições abaixo.
- 10.2.4.1. Será considerada inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.
- 10.2.4.2. O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo a ser definido pelo Pregoeiro.
- 10.2.4.3. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo

Pregoeiro.

- 10.2.4.4. Quando o Licitante apresentar preço final inferior a 30% da média dos 3 (três) menores preços ofertados, excluída a proposta com o menor valor, para o mesmo item, e a inexecutabilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será realizada diligência para aferir a legalidade e executabilidade da proposta.
- 10.2.4.4.1. Caso haja apenas 3 (três) participantes na sessão, serão considerados os 2 (dois) maiores preços ofertados para a aferição do cálculo acima e sendo apenas 2 (dois) participantes, apenas do ofertante do maior preço.
- 10.2.4.5. Nos termos das Portarias SGD/MGI nº 750, de 23 de março de 2023 e SGD/MGI Nº 1.070, de 1º de junho 2023, e da Instrução Normativa Seges/ME nº 73, de 2022, fixou-se em 50% do valor total estimado pela Finep a presunção relativa de inexecutabilidade para cada um dos itens (S1, S2 e S3), isoladamente considerados.
- 10.2.4.5.1. Caso haja indícios de inexecutabilidade, será assegurada à licitante a oportunidade de demonstrar a executabilidade da sua proposta de preços.
- 10.2.4.6. Caso seja encontrado Fator-k maior do que 3 também haverá necessidade de diligência e análise pormenorizada dos componentes ou das causas que levaram ao avanço do limite estabelecido como referência, para cada um dos itens (S2 e S3), isoladamente considerados.
- 10.3. O Pregoeiro, visando à celeridade do processo licitatório, poderá solicitar o envio da Planilha de Preços readequada relativamente ao último lance ofertado, não somente ao Licitante melhor classificado, mas também a outros Licitantes, sempre respeitando a ordem de classificação após a fase de lances.
- 10.3.1. A quantidade de Licitantes que poderá ter o envio de sua Planilha de Preços solicitada ficará inteiramente a cargo do Pregoeiro.
- 10.3.2. A hipótese de adoção do procedimento previsto no subitem 10.3 não pressupõe aceitação das propostas que forem solicitadas pelo Pregoeiro, nem tampouco assegura ao Licitante direito a qualquer pleito neste sentido.
- 10.4. Se a proposta não for aceitável ou se o Licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital, sem prejuízo da negociação de que trata o art. 57, da Lei 13.303/2016.
- 10.5. Conforme modelo do Anexo II (Planilha de Preços), o Licitante deverá, sob pena de desclassificação, emitir declaração de que, no que couber, sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

11. DA NEGOCIAÇÃO

- 11.1. O Pregoeiro negociará com o Licitante autor da melhor proposta condições mais vantajosas, que podem abranger os diversos aspectos da proposta, desde preço, prazos de pagamento e de entrega.
- 11.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais Licitantes.
- 11.1.2. A negociação será feita com os demais Licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.
- 11.1.3. Se depois de adotada a providência referida no item acima não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação.

12. DA AMOSTRA

- 12.1. Não se exigirá a apresentação de demonstração dos serviços ofertados.

13. DA PROVA DE CONCEITO

- 13.1. Não será realizada Prova de Conceito (PoC – Proof of Concept).

14. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 14.1. Para fins de habilitação ao certame, o Licitante classificado em primeiro lugar terá de satisfazer os requisitos relativos à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e qualificação técnica, se for o caso, logo após a aceitação da proposta, devendo ainda cumprir o estabelecido no item 4 deste Edital.
- 14.2. Se o Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da matriz.
- 14.2.1. Exclusivamente para efeito de verificação da capacidade técnica do Licitante poderão ser apresentados documentos tanto da matriz como da filial.
- 14.3. Será considerada como válida pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da respectiva emissão, a certidão que não apresentar prazo de validade, exceto se anexada legislação específica para o respectivo aumento.
- 14.4. Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 14.5. Será observado o prazo de 2 (duas) horas, a partir da solicitação do pregoeiro, para o envio dos documentos de habilitação.

- 14.6. Em conjunto com a documentação de habilitação, o Licitante deverá apresentar declaração de que atende às condições para participar da licitação e aos requisitos de habilitação, bem como documentos exigidos no edital, conforme Anexo III (Declaração de Endereço Eletrônico, Dados Bancários e Atendimento aos Requisitos do Edital).
- 14.7. A habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, bem como outras ocorrências de impedimento de licitar, serão preferencialmente comprovadas mediante consulta junto ao SICAF dos documentos abaixo elencados, devendo ser apresentados durante a sessão do pregão, na forma expressa pelo Pregoeiro, os documentos que não constem no SICAF ou que nele estejam vencidos.

14.7.1. Para Habilitação Jurídica:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, ou qualquer outro documento idôneo que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- g) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
- h) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- i) No caso de procurador, deverá ser apresentado o instrumento público ou particular de mandato, com firma reconhecida em cartório ou assinado digitalmente com autenticidade reconhecida pelo certificado digital ICP-Brasil, outorgando poderes expressos para que se manifeste pelo Licitante para formular propostas, interpor ou renunciar a recursos, e demais atos pertinentes à participação no certame.

14.7.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.7.1.2. A Finep poderá solicitar cópia da carteira de identificação dos representantes do Licitante.

14.7.1.3. Tratando-se de cooperativa, estas devem apresentar um modelo de gestão operacional que comprove a possibilidade de executar o objeto do contrato com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Finep e os cooperados.

14.7.2. Para qualificação econômico-financeira:

- a) Comprovação de boa situação financeira do Licitante, verificada por meio dos índices econômicos de LG – Liquidez Geral, LC – Liquidez Corrente e SG – Solvência Geral.
 - a.1) O Licitante deverá apresentar as Demonstrações Contábeis para fins de análise e decisão quanto ao julgamento da qualificação econômico-financeira, sem prejuízo da consulta ao SICAF.
 - a.2) O Licitante deverá ter resultado maior que 1 (um) em todos os índices acima, relativos a boa situação financeira.
 - a.3) No caso de o Licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices acima, será aceita a comprovação de patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação.
 - a.4) As Demonstrações Contábeis mencionadas na alínea “a.1” acima deverão ser apresentadas na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- b) O Licitante constituído no exercício em que se realiza a licitação deve apresentar balanço de abertura ou documento equivalente, devidamente assinado por contador e arquivado no órgão competente.
- c) Acaso o Licitante não atenda às exigências tocantes à sua condição econômica e financeira previstas no edital, o Pregoeiro pode permitir a apresentação de garantia substitutiva em percentual equivalente a 10% (dez por cento) do valor da sua proposta, a ser apresentada em até 2 (dois) dias úteis em uma das modalidades abaixo, e que deve ser devolvida na assinatura do contrato.
 - i) Caução em dinheiro, que deverá ser depositada no Banco Santander-033, agência 1123 - conta corrente nº 13069873-8, CNPJ nº 33.749.086/0001-09;
 - ii) Seguro-garantia;
 - iii) Fiança bancária.
- c.1) Apresentada a garantia substitutiva, o Licitante deve ser considerado habilitado, porém a assinatura do instrumento de contrato deve ser condicionada à apresentação de garantia no quádruplo do percentual exigido no edital e/ou no contrato.
- d) O Licitante em recuperação judicial ou extrajudicial poderá participar desta licitação, desde que atenda às condições para comprovação da capacidade econômica e financeira previstas no edital.

14.7.3. Para Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;
- b) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- c) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal.

14.7.4. Para Qualificação Técnica deverão ser apresentados:

- a) Atestado ou declaração expedidas por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove ter o Licitante prestado serviços compatíveis em características, quantidades e/ou prazos com o objeto da licitação.
 - a.1) O atestado deverá conter nome, preferencialmente em conjunto com o CNPJ/CPF, endereço e e-mail ou telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual a Finep possa valer-se para manter contato com a pessoa declarante, se for o caso.
 - a.2) O Pregoeiro pode exigir, em diligência, sob pena de inabilitação, que os atestados de capacidade técnica profissional e operacional sejam acompanhados de documentos que corroborem o seu teor, como cópias de contratos, medições, notas fiscais, registros em órgãos oficiais ou outros documentos idôneos.
 - a.3) Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou, tratando-se de prestação de serviços contínuos, se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.
 - a.4) Se solicitado, o Licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
 - a.5) Suporta-se como compatível o atendimento mínimo de 15 meses de experiência em atividades correlatas às dos itens deste Termo de Referência como implantação e/ou sustentação dos pacotes Sydle mais utilizados pela Finep e essenciais para as suas atividades, que são: Billing, Financeiro, CRM e Contabilidade dentro da solução Sydle One.
 - a.6) É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação, não havendo obrigatoriedade de os períodos serem ininterruptos.
 - a.7) Se solicitado, o proponente deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços. Aditem-se censuras às informações que comprometam a LGPD.

15. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

- 15.1. Nesta etapa o Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação do Licitante melhor classificado.
- 15.2. O julgamento dos documentos de habilitação será realizado pelo Pregoeiro, podendo o mesmo suspender a sessão do pregão para que sejam efetuadas diligências e/ou outras providências necessárias, e ainda, valer-se de parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Finep e de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele para orientar sua decisão final quanto à aceitação dos documentos.
- 15.3. No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.
- 14.3.1. Os Licitantes somente serão inabilitados em razão de defeitos em seus documentos de habilitação que sejam insanáveis.
- 14.3.2. Consideram-se sanáveis defeitos relacionados a documentos que declaram situações pré-existentes ou concernentes aos seus prazos de validade, podendo-se, inclusive, apresentar documentos novos (documentos de habilitação complementares), trazendo informações e fatos até então não apresentados.
- 14.3.3. O Pregoeiro poderá realizar diligência para esclarecer o teor ou sanar defeitos constatados nos documentos de habilitação ou mesmo para permitir que se apresentem novos documentos, sempre em defesa da proposta mais vantajosa.
- 15.4. Os documentos relativos à habilitação, solicitados pelo Pregoeiro, deverão, preferencialmente, ser encaminhados por meio do Portal de Compras do Governo Federal. Não havendo esta possibilidade, o Pregoeiro poderá solicitar que os documentos sejam enviados por meio do endereço eletrônico pregoeiro@finep.gov.br, devendo estes serem apresentados no prazo por ele estipulado, sob pena de inabilitação.
- 15.5. Caso o Licitante esteja com algum documento ou informação vencidos ou não atualizados, ser-lhe-á assegurado o direito de encaminhar, no prazo concedido pelo Pregoeiro, a documentação atualizada, salvo a situação prevista a seguir:
 - 15.5.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a sessão será suspensa para que lhes seja assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sem prejuízo do disposto no § 5º, do art. 4º do Decreto nº 8.538/15.
 - a) O prazo acima terá início após a divulgação pelo Pregoeiro.
 - a.1) A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da Finep, quando requerida pelo Licitante, mediante apresentação de justificativa.

- b) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará a inabilitação do Licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para exercício do mesmo direito.
- 15.6. Os Licitantes que detenham medida judicial que os desobrigue da apresentação de qualquer dos documentos exigidos neste Edital deverão apresentar o instrumento que lhes assegure este direito, encaminhando-o juntamente com os documentos exigidos no subitem 15.4, sob pena de inabilitação.
- 15.7. O não envio dos documentos solicitados pelo Pregoeiro no prazo por ele estabelecido será considerado como desistência do lance ofertado, sujeitando-se o Licitante desistente às sanções constantes neste Edital.
- 15.8. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o Licitante será declarado vencedor.

16. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

- 16.1. Após a divulgação do Licitante vencedor, qualquer Licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.
- 16.1.1. A falta de manifestação imediata do Licitante importará na decadência do direito de recurso.
- 16.2. Ao Licitante que tiver manifestado intenção de recorrer, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais Licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 16.3. As razões e contrarrazões do recurso devem ser apresentadas à Finep, que dispõe de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por iguais períodos, para reavaliar sua decisão.
- 16.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 16.5. Os Licitantes deverão acompanhar, no Portal de Compras do Governo Federal a decisão sobre o recurso, estabelecendo-se o prazo mínimo de 2 (dois) dias úteis para a retomada da sessão pública, se for o caso de acolhimento do recurso.
- 16.6. A sessão pública do pregão eletrônico somente será concluída depois de declarado o vencedor do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, sem prejuízo do estabelecido no subitem 16.5 acima, cabendo aos Licitantes permanecerem conectados ao sistema até o final destas etapas.
- 16.7. Os recursos porventura interpostos deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 17.1. Havendo interposição de recurso, ele será analisado pelo Pregoeiro que, se não o acatar, o submeterá à autoridade competente da Finep para decisão final e adjudicação do objeto.
- 17.2. A homologação do resultado e dos procedimentos licitatórios será feita pela autoridade competente da Finep após a efetivação do que se encontra estabelecido no subitem acima.

18. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 18.1. Homologada a licitação, o Licitante vencedor será convocado pela Finep, para assinatura do Contrato – **Anexo IV** deste Edital, devendo providenciar a sua assinatura, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da convocação.
- 18.2. A convocação se dará através do endereço eletrônico (e-mail) informado na Declaração de Endereço Eletrônico, Dados Bancários e Atendimento aos Requisitos do Edital – **Anexo III**.
 - 18.2.1. O prazo para que o Licitante convocado assine o contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Finep.
 - 18.2.2. A assinatura do contrato será realizada através de certificado digital ICP-Brasil (e-CPF) na plataforma Assina Finep (<https://assina.finep.gov.br/>), ou outro meio determinado pela Finep.
- 18.3. Para fins de assinatura do Contrato, o Licitante, se solicitado pela Finep, deverá apresentar original ou cópia autenticada do documento de identificação do signatário.
- 18.4. Sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, se o Licitante vencedor não comprovar situação regular no ato da assinatura do Contrato, não assiná-lo e/ou não apresentar os documentos solicitados para a contratação nos prazos estabelecidos, será reservado à Finep o direito de revogar a licitação ou convocar outro Licitante.
 - 18.4.1. A convocação dos Licitantes remanescentes será feita na ordem de classificação para assinatura do Contrato em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o instrumento convocatório.
- 18.5. Na assinatura do Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo Licitante contratado durante a vigência do Contrato, salvo disposição em contrário.
 - 18.5.1. Na hipótese de irregularidade cadastral no ato da assinatura do Contrato, o Licitante deverá regularizar a sua situação perante o cadastro ou apresentar sua defesa no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Edital.
 - 18.5.2. O prazo do item 18.5.1 poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, a critério da Finep.
- 18.6. As obrigações das partes, forma de pagamento e sanções cominadas são as descritas no Termo de Referência – **Anexo I** e na Minuta do Contrato – **Anexo IV** deste Edital.

- 18.7. É vedada a subcontratação total ou parcial a outro agente econômico para o fornecimento do objeto deste Edital.

19. DAS SANÇÕES

- 19.1. Comete infração administrativa o Licitante que:

- I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame, salvo na hipótese de inversão de fases prevista.
- II - não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado.
- III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- IV - apresentar documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- V - fraudar a licitação.
- VI - comportar-se com má-fé ou cometer fraude fiscal.
- VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

- 19.1.1. Às infrações previstas no item 19.1 aplica-se a sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Finep, que terá por pena base o período de 6 meses, quando não caracterizarem má-fé, ou de 1 ano, quando verificada a má-fé.

- 19.2. Para fins deste edital, considera-se:

- I – retardar a execução do objeto qualquer ação ou omissão do Licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento ou que atrase a assinatura do contrato;
- II – não manter a proposta ou a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo Licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento; e
- III – comportar-se de modo inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

- 19.3. Além das sanções relacionadas no subitem 19.1.1, o Licitante está sujeito a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta inicial por ele apresentada.

- 19.3.1. A sanção de multa pode ser aplicada cumulativamente com as de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Finep.

- 19.3.2. O prazo para pagamento das multas será de até 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do Licitante sancionado, salvo disposição em contrário.
- 19.4. No caso de desistência da proposta e/ou do lance, as sanções somente não serão aplicadas se ocorrerem em razão de justificativa apresentada pelo Licitante e aceita pelo Pregoeiro.
- 19.5. As sanções serão aplicadas mediante procedimento administrativo que assegurará ao Licitante o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o regramento do Regulamento de Licitações, Contratações e Contratos da Finep – RLCC, disponível para consulta no site da Finep.

20. DAS DEMAIS CONDIÇÕES

- 20.1. Os Licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da sua participação nesta licitação, tais como a elaboração e encaminhamento de suas propostas e documentos, conforme previstos neste Edital, ressaltando que a Finep não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.2. Qualquer alteração no endereço eletrônico informado na Declaração de Endereço Eletrônico, Dados Bancários e Atendimento aos Requisitos do Edital – **Anexo III** deste Edital – deverá ser comunicada imediatamente à Finep.
- 20.2.1. O referido endereço será utilizado para troca de quaisquer informações necessárias ao bom andamento das negociações, formalização da contratação e sua execução, consistindo este o meio considerado para fins de contagem de prazos estabelecidos pela Finep.
- 20.3. Não serão aceitos documentos sob a forma de protocolo, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.
- 20.4. Ao final da sessão o sistema eletrônico divulgará ata circunstanciada, na qual haverá a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão.
- 20.5. A Finep se reserva o direito de alterar as condições deste Edital, revogar ou anular a presente licitação, nos termos da Lei, sem direito indenizatório aos Licitantes.
- 20.5.1. Caso a Finep manifeste intenção de revogar ou anular a licitação após a fase de apresentação de lances ou propostas, será concedido prazo de 5 (cinco) dias úteis para que os Licitantes interessados ofereçam manifestação.
- 20.6. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência com a suspensão da sessão pública, se for o caso, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 20.7. Até a assinatura do Contrato poderá o Licitante vencedor ser excluído da licitação, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se a Finep, através de sua

autoridade competente, tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone a sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

- 20.8. Para todos os efeitos legais e de direito serão consideradas nulas e sem nenhum efeito as inserções feitas pelos Licitantes não exigidas no presente Edital e seus anexos.
- 20.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos somente serão iniciados e vencidos em dias de expediente na Finep, salvo disposição em contrário.
- 20.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.finep.gov.br/licitacoes-e-contratos>.
- 20.11. Com a participação nesta licitação, os representantes dos Licitantes obrigam-se a obter o consentimento dos titulares dos dados pessoais que serão disponibilizados em suas propostas, salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento. Caberá, ainda, aos representantes dos Licitantes cientificarem o titular sobre o compartilhamento de seus dados pessoais com a Finep e quanto ao Aviso de Privacidade disponível no endereço eletrônico <http://www.finep.gov.br/menulicitcontr>, como fonte de informações acerca dos tratamentos de tais dados realizados pela Finep.
- 20.11.1. A Finep poderá solicitar a comprovação de ciência do titular dos dados pessoais a qualquer tempo.
- 20.11.2. Na hipótese de descumprimento dessa obrigação, o licitante sujeitar-se-á às penalidades previstas na Lei 13.709/2018, ou em outra lei que a suceda, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais perdas e danos causados à Finep.
- 20.12. O pregoeiro deve comunicar-se com os Licitantes e seus representantes por meio do Portal de Compras do Governo Federal, salvo situações excepcionais. Nesses casos, sempre que possível, o Pregoeiro anexará posteriormente, neste mesmo Portal, as comunicações realizadas fora dele.
- 20.13. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro.

21. DO FORO

- 21.1. Fica eleito o foro da capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir qualquer controvérsia oriunda da presente licitação que não puder ser resolvida de comum acordo entre as partes, podendo a Finep optar pelo foro de sua sede.

Diretoria Executiva

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2026

UNIDADE DEMANDANTE: Departamento de Desenvolvimento de Soluções de TI (DDTI)

UNIDADE REQUISITANTE: Área de Gestão Financeira (AGEF)

1. DO OBJETO

- 1.1. Fornecimento de suporte técnico para licenças perpétuas, sustentação e serviços de implantação de novas funcionalidades da solução Core Banking da Finep, Sydle One.

2. DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A contratação objetiva suprir a necessidade de manter operacional e atualizado o sistema de ERP bancário, Sydle One, conhecido na Finep como Core Banking, com capacidade de solucionar eventuais problemas de funcionamento, bem como evoluir o sistema para atender a novas demandas de forma a comportar mudanças legais, normativas e de negócio, bem como a automação de processos de várias unidades da Diretoria Financeira.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. A empresa vencedora do processo licitatório, doravante denominada Contratada, deverá ser capaz de executar todo o conjunto de serviços objetos da presente Licitação.
- 3.2. Os itens deverão ser fornecidos pela mesma empresa, considerando a eficiência necessária na execução do contrato e a dependência existente entre eles.
- 3.3. A ferramenta contempla a manutenção das condições de licenciamento vigentes no ambiente da CONTRATANTE, de forma a garantir a continuidade de acesso às atualizações da plataforma Sydle One, bem como acesso ao suporte técnico e sustentação para solução de problemas da plataforma e seus componentes, incluindo e não se limitando a: Banco de Dados; Cache; e Servidores de aplicação.
- 3.4. O software fornecido pela CONTRATADA deverá observar as exigências do Banco Central, da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e do ordenamento jurídico para instituições Financeiras em geral.
- 3.5. Os serviços a serem realizados devem contemplar os ambientes que a Finep indicar.
- 3.6. Não poderá haver cobranças antecipadas. Isto implica pagar apenas pelo que estiver em uso e dentro dos acordos de qualidade estabelecidos.

- 3.7. A Finep pode a seu critério acompanhar a qualquer momento as atividades sendo executadas pelo fornecedor nos ambientes da Finep. Isto implica a contratada compartilhar tela via vídeo conferência quando estiver acessando os servidores ou outros recursos da Finep. Implica também a contratada fornecer qualquer informação que for solicitada a respeito do serviço em execução e das ferramentas e técnicas utilizadas. A CONTRATADA deverá durante este processo esclarecer todas as dúvidas que surgirem.
- 3.8. Independentemente do local onde os serviços contratados serão executados, em nenhuma hipótese haverá diferenciação no preço pago pelos serviços ou ressarcimento de custos de deslocamento, hospedagem ou diárias dos profissionais envolvidos na prestação dos serviços.
- 3.9. A contratada deverá utilizar a ferramenta de central de serviços da Finep como ferramenta de atendimento a chamados.
- 3.10. Caso a central de serviços da Finep não esteja disponível ou não possa ser utilizada, por motivos técnicos ou de segurança, a Finep poderá, a seu critério, analisar outras possibilidades de uso de ferramentas de gestão de chamados.
- 3.11. O conjunto de serviços objeto desta licitação estão listados na tabela abaixo, e serão detalhados em seguida:

ITEM	DESCRIÇÃO
S1	Suporte técnico para licenças perpétuas
S2	Sustentação
S3	Implantação de novas funcionalidades

3.12. **S1 – Suporte Técnico para Licenças Perpétuas**

- 3.12.1. A plataforma é um software pronto para uso, um ERP bancário em cima do qual foram desenvolvidas as regras de negócio voltadas para a Finep. Este item abarca o suporte e operação de infraestrutura de TIC efetuados na plataforma.
- 3.12.2. A Finep já possui licenças perpétuas com o direito de uso do software e seus componentes utilizados atualmente. No entanto, atualizações de versões podem acontecer e a Finep passará a ter direito a uso perpétuo destas atualizações também.
- 3.12.3. Durante a vigência do contrato, em caso de atualizações normativas ou de legislação, a CONTRATADA deverá disponibilizar à Finep as atualizações necessárias sem ônus.
- 3.12.4. As adaptações e procedimentos necessários para as novas versões funcionarem na Finep são atividades da CONTRATADA.
- 3.12.5. Por ser um direito perpétuo, mesmo após o encerramento do contrato, a Finep permanecerá com o direito de uso dos softwares e dos seus modelos, scripts, configurações, dados e metadados que por ele sejam tratados, manipulados, guardados, gerados ou trafegados.

- 3.12.6. Devido à solução estar instalada na infraestrutura da Finep, o modelo de licenciamento e suporte técnico da solução integrada deverá ser irrestrito: quanto à quantidade de usuários nominais (internos ou externos); por métrica de processador; número de servidores e não deve ter qualquer vinculação com o faturamento da Finep.
- 3.12.7. O suporte técnico também não possui restrições quanto à quantidade de chamados.
- 3.12.8. A Finep terá o direito de instalar a solução integrada completa em todos os seus ambientes computacionais (produção, homologação, integração, ...). Cabe à contratada fazer a instalação, custos já contemplados por este suporte.
- 3.12.9. A empresa que não tiver a propriedade do código-fonte do software deve comprovar estar apta a fornecer o código-fonte da plataforma.
- 3.12.10. O código-fonte das implementações realizadas, assim como o da plataforma (incluindo os módulos já em uso) e seus componentes como um todo, deverá ser fornecido pela contratada sempre que a Finep solicitar, em um repositório (Git, SVN, ou outro combinado entre as partes) como forma de resguardo e contingência. Custos já contemplados por este item.
- 3.12.11. A Finep, quando solicitar, receberá todos os códigos-fonte, configurações, scripts (SQL, batch e todo outro que seja necessário para instalação e uso da solução como um todo) e documentos relacionados à Solução e se compromete a utilizar o código-fonte apenas em situação extrema de descontinuidade do contrato. Entre elas:
- 3.12.11.1. A impossibilidade de renovação de contrato com fornecedores por motivo de impedimento legal ou prática de preços incompatíveis;
 - 3.12.11.2. Pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da CONTRATADA ou encerramento das suas atividades;
 - 3.12.11.3. Encerramento da comercialização do produto ou de seu suporte por parte da CONTRATADA;
 - 3.12.11.4. Ocorrência de problemas no produto que ponham em risco a operação da Finep, motivados por omissão ou erro da CONTRATADA no atendimento de demandas;
 - 3.12.11.5. Descumprimento de obrigação contratual por parte da CONTRATADA, sem culpa da Finep;
 - 3.12.11.6. Inviabilidade da prestação dos serviços em decorrência de descumprimento de obrigação contratual pela CONTRATADA ou de outra causa não imputável exclusivamente à Finep;
 - 3.12.11.7. O valor do suporte técnico deve ser completo, isto é, deve considerar todos os ambientes e funcionalidades que estiverem em uso sem variar em virtude da entrada em produção de novas funcionalidades.
- 3.12.12. As atividades voltadas ao teste e validação dos códigos-fonte da plataforma no ambiente da Finep estão inclusas neste item.

- 3.12.13. Também é parte deste item, sempre que solicitadas, a atualização de configurações de ambiente (indexação de banco de dados, por exemplo), avaliação dos indicadores de consumo de recursos (espaço em disco, uso de memória), dirimir dúvidas quanto ao uso da plataforma e prover soluções para problemas. Ou seja, as atividades de arquitetura de software, de banco de dados utilizado e dos servidores de aplicação estão cobertas por este item.
- 3.12.14. Orientações e ações relacionadas à infraestrutura são temas deste item. A empresa deverá dirimir dúvidas, definir alertas, solicitar redimensionamentos de recursos quando necessários estabelecendo e justificando os quantitativos adequados.
- 3.12.15. Através do Suporte a CONTRATADA fará correção de defeitos ou comportamentos inadequados que causem mau funcionamento na plataforma da solução e sua configuração com o ambiente de servidores da Finep.
- 3.12.16. Mesmo adaptações que não surjam de falhas nem de vontades exclusivas da Finep, mas, de mudanças no panorama operacional, como novas versões do navegador de internet, ou mudanças legais, podem gerar necessidades de serviços para adaptações. Todos os serviços de adaptação, configuração, implantação, teste, documentação, entre outros, que sejam necessários para manter a plataforma funcional estão contempladas neste item.
- 3.12.17. Também são contempladas a orientação para a equipe da CONTRATANTE e a execução de atividades em conjunto com a equipe de TI da CONTRATANTE, para a solução de problemas a fim de que haja passagem de conhecimento.
- 3.12.18. Atualização de versão do servidor de aplicação, do servidor de banco de dados, do Elasticsearch, dos frameworks e/ou bibliotecas.
- 3.12.19. Participação em reuniões com usuários ou áreas de negócio.
- 3.12.20. Execução de quaisquer procedimentos rotineiramente requeridos por sistema em função de suas integrações, sistema operacional, arquitetura, ou forma de construção.
- 3.12.21. Este item compreende o suporte completo. Mesmo mudanças de versões, o acréscimo de novas funcionalidades ou outros componentes da solução não provocam mudanças no valor.
- 3.13. **S2 – Sustentação**
- 3.13.1. A sustentação é o atendimento a chamados relativos aos modelos, processos, dados e todo o uso específico da Finep na plataforma Sydle.
- 3.13.2. Também é parte da sustentação a atualização de configurações de ambiente, configurações da ferramenta nos servidores da Finep, correção de bugs e prover soluções para problemas que forem descobertos, dirimir dúvidas, bem como orientação técnica sobre a plataforma, funcionamento dos processos automatizados e suas parametrizações.

- 3.13.3. Caberá à CONTRATADA a responsabilidade pela aplicação de atualizações e pela realização de manutenções preventivas e corretivas na infraestrutura. Tais manutenções deverão ser agendadas em janelas de baixa utilização, previamente comunicadas e aprovadas pela Finep. Poderão ser feitas fora do horário comercial sem custos adicionais para a Finep.
- 3.13.4. O valor da sustentação deve ser completo, isto é, deve considerar todos os ambientes e funcionalidades que estiverem em uso sem variar em virtude da entrada em produção de novas funcionalidades.
- 3.13.5. Novas versões podem ser motivadas, entre outros, por correção de bugs, eliminação de falhas de segurança, evoluções e adaptações legais. Novas versões podem trazer a necessidade de adaptações em rotinas, regras, configurações, telas, funcionalidades entre outros, que já estão funcionando. As atividades relacionadas a estes já estão contempladas sem ônus para a Finep.
- 3.13.6. A CONTRATADA deverá identificar e atuar proativamente em anomalias antes que elas resultem em indisponibilidade do serviço. Deverão restaurar backups, testar, reiniciar serviços, configurar, orientar, adaptar, analisar e corrigir falhas na infraestrutura, nos códigos-fontes, ou em qualquer componente que impeça a solução como um todo de alcançar seus objetivos de forma eficiente e segura.
- 3.13.7. A CONTRATADA deverá notificar os responsáveis designados pela CONTRATANTE sobre a ocorrência de qualquer incidente.
- 3.13.8. Todo o processo para resolução de problemas, incluindo a investigação, análise de causa raiz, diagnóstico e execução da solução, é contemplado por este item.
- 3.13.9. Tanto a configuração como a operação do sistema e a administração da solução como um todo são contempladas aqui neste item. Então, reiniciar fluxos travados, mudar permissões de usuários, cadastrar, alterar, excluir, extrair ou migrar dados e quaisquer atividades relacionadas ao objeto deste contrato que não se encaixem nos demais itens previstos são exemplos destes serviços.
- 3.13.10. O serviço sustentação compreende o esclarecimento de dúvidas sobre a utilização da solução e a resolução de erros e falhas em qualquer componente de software da solução.
- 3.13.11. Este item compreende também a realização de atividades de manutenções corretivas e preventivas nos ambientes da CONTRATANTE, bem como as atividades de instalação, atualização de versão e ajustes de configuração dos ambientes Sydle One instalados no parque tecnológico da CONTRATANTE.
- 3.13.12. A sustentação cuida das correções, administração, manutenções, entre outros serviços descritos acima e voltados para o uso da ferramenta no dia a dia. Atualizações nos scripts, configurações de regras de negócio, manutenção dos dados, gestão de classes, gestão de processos, esclarecimento de dúvidas e todo conjunto de artefatos de software do ambiente Finep.
- 3.13.13. Através da Sustentação a CONTRATADA fará correção de defeitos ou comportamentos inadequados que causem mau funcionamento na solução na Finep (seja nos scripts, processos, classes, banco de dados, servidor de aplicação ou outro item da arquitetura).

- 3.13.14. Sempre que o código de qualquer componente de software tiver que ser alterado a fim de eliminar um erro ou uma falha, sua resolução será considerada concluída apenas após a substituição dos componentes afetados por suas versões corrigidas.
- 3.13.15. Adaptações que não surjam necessariamente de falhas nem de vontades exclusivas da Finep, mas, de mudanças no panorama operacional, como novas versões do navegador de internet, ou mudanças legais, podem gerar necessidades de serviços para adaptações. Todos os serviços de adaptação, configuração, implantação, teste, documentação, entre outros, que sejam necessários para manter a solução com as regras já existentes em uso estão contempladas neste item.
- 3.13.16. A sustentação deve ser ilimitada e sem restrições quanto à quantidade de chamados.
- 3.13.17. Também são contempladas a orientação para a equipe da CONTRATANTE e a execução de atividades em conjunto com a equipe de TI da CONTRATANTE, para a solução de problemas.
- 3.13.18. Mudanças de Fontes de letra, cores, logotipos, botões, posição de campos e texto na tela.
- 3.13.19. Mudanças de texto em mensagens do sistema, título de um relatório ou labels de uma tela de consulta.
- 3.13.20. Mudanças de texto em e-mail enviado pelo sistema.
- 3.13.21. Preparação e execução de roteiros em linguagem SQL, ou outra adequada ao caso, destinados às extrações de dados não cobertas pelos relatórios do sistema, à correção de inconsistências nos dados mantidos pelo sistema e não realizáveis por meio das interfaces de usuário disponíveis (ou cujo volume inviabilize a sua execução de forma manual), ou à inserção de dados não automatizada no sistema.
- 3.13.22. Prestação de esclarecimentos quanto à forma como foram implementados requisitos de sistema, procedimentos requeridos ao seu correto funcionamento ou aos dados mantidos.
- 3.13.23. Apoio nos procedimentos de homologação, incluindo configuração de parâmetros, saneamento de dúvidas, depuração de problemas e apoio à equipe de infraestrutura da Finep.
- 3.13.24. Participação em reuniões com usuários ou áreas de negócio, além de discussões técnicas e/ou alinhamento de processos e técnicas com áreas correlatas tais como infraestrutura e projetos.
- 3.13.25. Execução de quaisquer procedimentos operacionais rotineiramente requeridos por sistema em função de suas regras de negócio ou forma de construção.
- 3.13.26. Este item compreende a sustentação completa. Mesmo o acréscimo de novas funcionalidades não provoca mudanças no valor.
- 3.14. **S3 - Implantação de novas funcionalidades**
- 3.14.1. A implantação de novas funcionalidades permite implementar novas funcionalidades, regras, modelos, configurações, normas e outras de acordo com as necessidades da Finep, sendo realizada por sprints.
- 3.14.2. A Finep não está obrigada a demandar o total de Sprints máximo previsto. Alguns itens de requisitos poderão não ser demandados. Em geral, isto pode ocorrer devido a mudanças estratégicas da empresa, por exemplo. A Finep só paga por sprint demandado, entregue e aceito.

- 3.14.3. Este item contempla a instalação, configuração (parametrização), customização, testes dos usuários, capacitação de usuários e pessoal técnico de TI da Finep, lançamento, operação assistida e quaisquer outras atividades necessárias para entregar uma solução nova e duradoura que atenda aos requisitos especificados.
- 3.14.4. Caso a implantação de novas funcionalidades necessite de licenças de terceiros, a contratada arcará com estes custos exceto se forem relacionados a Sistemas Operacionais, Banco de Dados e LLM's. Estes três são de responsabilidade da Finep. Outros casos específicos deverão ser justificados e avaliados pela Finep.
- 3.14.5. A lista dos principais requisitos já levantados para implantação de novas funcionalidades está no Anexo I-A - Lista de Requisitos. Outros poderão surgir ao longo do projeto desde que estejam dentro do escopo do objeto deste Termo e em hipótese alguma podem alterar o valor contratual ou as condições de competitividade da licitação.
- 3.14.6. A Finep definirá a ordem de prioridade dos itens.
- 3.14.7. A implantação de novas funcionalidades seguirá os procedimentos estabelecidos no Anexo I-B - Método para Implantação de novas funcionalidades.
- 3.14.8. As demandas de novas funcionalidades serão solicitadas pela Finep via Ordem de Serviço (OS).
- 3.15. **DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO DE BENS, SERVIÇOS E SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)**
- 3.15.1. **DOS REQUISITOS FUNCIONAIS**
- 3.15.1.1. A solução atualmente em vigor na Finep deve ser mantida funcionando como está. Novos requisitos podem ser implementados através do item S3. A lista estimada dos principais requisitos funcionais a serem implementados encontra-se no Anexo I-A - Lista de Requisitos.
- 3.15.1.2. Devem-se seguir as convenções técnicas e os padrões tecnológicos definidos pela Finep, boas práticas de desenvolvimento de software, de segurança e aplicáveis ao desenvolvimento, suporte e manutenção de software e à plataforma Sydle One.
- 3.15.2. **DOS REQUISITOS NÃO-FUNCIONAIS**
- 3.15.2.1. A lista dos principais requisitos não funcionais encontra-se no Anexo I-A - Lista de Requisitos.
- 3.15.2.2. Os testes de aceitação serão executados na Finep, nos ambientes de Validação ou Homologação, conforme o que for alinhado e/ou planejado para cada sprint.
- 3.15.2.3. A CONTRATADA acessará o ambiente tecnológico da Finep remotamente, em conformidade com as diretrizes de segurança da informação.
- 3.15.2.4. As instalações de todos os módulos e componentes da solução, e as configurações, serviços em geral em quaisquer dos ambientes, serão executadas pela CONTRATADA, e poderão contar com o acompanhamento da equipe da Finep.

3.15.2.5. Deverá haver transferência de conhecimento da CONTRATADA para a área de Tecnologias da Informação da Finep, a fim de que sua equipe esteja capacitada a manter e customizar a solução.

4. DOS PRODUTOS CONTRATADOS E PRAZOS DE ENTREGA

4.1. S1 – Suporte Técnico para Licenças perpétuas

4.1.1. A Finep já possui as licenças necessárias e terá direito de uso perpétuo para cada nova versão da solução que for para produção.

4.1.2. O prazo para cada suporte técnico solicitado é definido na ferramenta de chamados de acordo com os níveis de serviço estabelecidos neste Termo.

4.2. S2 - Sustentação

4.2.1. O prazo para cada serviço de sustentação solicitado é definido na ferramenta de chamados de acordo com os níveis de serviço estabelecidos neste Termo.

4.3. S3 - Implantação de novas funcionalidades

4.3.1. A implantação de novas funcionalidades seguirá os procedimentos estabelecidos no Anexo I-B - Método para implantação de novas funcionalidades e seus prazos estabelecidos na OS.

5. DA EQUIPE EXECUTORA DO OBJETO

5.1. A equipe técnica utilizada deverá possuir competência nas soluções da plataforma Sydle One.

5.2. A CONTRATADA deverá alocar equipe para execução em tamanho e qualificação suficientes para o cumprimento de prazos, níveis de qualidade e objetivos dos serviços previstos neste documento.

5.3. A CONTRATADA deverá manter profissionais com a formação em Tecnologia da Informação ou especialização em área correlata, sem caráter de exclusividade, que se mostrem adequados para a execução dos serviços decorrentes da contratação, contando, com as seguintes quantidades de horas e perfis indicados para cada Sprint.

5.4. A CONTRATADA deve ser apta a manter a plataforma atualizada, em constante evolução, seguindo boas práticas de segurança e sendo capaz de possibilitar o atendimento às necessidades específicas da Finep.

5.5. Estimam-se, para a equipe executora do item S2, os seguintes perfis e quantidades,

Quantidade	Perfil	Código	Horas/mês
1	Analista de Negócios/Requisitos - Sênior	ANR-03	160
1	Arquiteto de Software – Sênior	ARQSOF-02	40

1	Desenvolvedor de Software – Júnior	DESENV-01	160
1	Desenvolvedor de Software – Pleno	DESENV-02	160
1	Desenvolvedor de Software – Sênior	DESENV-03	160
1	Administrador de Dados - Sênior	ADADOS-03	32

Totalizando 712 horas por mês, para esta equipe.

5.6. Estimam-se, para a equipe executora do item S3, os seguintes perfis e quantidades.

Quantidade	Perfil	Código	Horas/mês
1	Líder Técnico de Desenvolvimento	LDESENV	160
1	Gerente de Projetos de Tecnologia da Informação	GERPRO	160
1	Analista de Negócios/Requisitos - Sênior	ANR-03	160
1	Arquiteto de Software – Sênior	ARQSF-02	64
1	Desenvolvedor de Software – Júnior	DESENV-01	160
1	Desenvolvedor de Software – Pleno	DESENV-02	160
1	Desenvolvedor de Software – Sênior	DESENV-03	160
1	Administrador de Dados – Sênior	ADADOS-03	32

A capacidade alocada para um sprint de 4 semanas totaliza 1056 horas, para esta equipe.

DOS PERFIS

5.7. Gerente de Projetos de tecnologia da informação:

Atua na organização das atividades dos times, no monitoramento e solução de conflitos, no apoio à tomada de decisão técnica, na aplicação das melhores práticas de gerenciamento de projetos para assegurar a entrega de uma ou mais soluções em conjunto.

- Planejar, gerenciar e alocar recursos da CONTRATADA
- Controlar o escopo das demandas
- Controlar os prazos e custos acordados com a CONTRATANTE
- Garantir e controlar a qualidade de produtos e serviços das demandas
- Realizar gestão de partes interessadas, bem como da comunicação do projeto
- Monitorar e controlar os riscos
- Gerenciar a equipe responsável pelo atendimento das demandas
- Gerenciar indicadores de progressos e de resultados

Formação e experiência exigidas

- Graduação em nível superior concluída em gestão de projetos, ciência da computação ou curso equivalente. Também é aceita comprovação de conclusão em qualquer curso de graduação, desde que possua especialização concluída ou em andamento na área de gestão de projetos ou ciência da computação ou equivalentes.
- Experiência de, no mínimo, 3 (três) anos, em organizações públicas ou privadas, como Gerente de Projetos, ou em atividades que envolvam gerenciamento de projetos de software.

5.8. Arquiteto de Software (Sênior):

- Atua no apoio à tomada de decisão técnica em relação às diferentes arquiteturas de software, na análise e garantia do máximo de retorno esperado de uma arquitetura de software em termos de performance, segurança e relação custo/benefício, no acompanhamento da construção do software atuando proativamente na proposição de soluções técnicas, no diagnóstico de problemas e na superação de obstáculos relacionados à codificação e implementação dos frameworks e componentes.
- Definir a estrutura, os padrões e as diretrizes técnicas das automações dos processos das áreas do CONTRATANTE, garantindo que as soluções desenvolvidas sejam escaláveis, seguras, eficientes e de fácil manutenção.
- Aplicar boas práticas no sentido de garantir a qualidade dos produtos desde a concepção até a implementação.
- Projetar como se dará as interações e comunicações entre sistemas e a persistência de dados, estabelecendo boas práticas para a otimização de código, antecipando problemas, propondo melhorias e possibilitando que a arquitetura acompanhe o crescimento do negócio.

Formação e experiência exigidas

- Graduação em nível superior concluída em ciência da computação ou curso equivalente. Também é aceita comprovação de conclusão em qualquer curso de graduação, desde que possua especialização concluída ou em andamento na área de ciência da computação ou equivalentes.
- Experiência mínima de 05 (cinco) anos realizando atividades de arquiteto de software.

5.9. Líder Técnico de Desenvolvimento:

- Atua na organização da entrega contínua dos produtos de *software*, conduzindo os times de desenvolvedores na aplicação das melhores práticas e técnicas de desenvolvimento, observando os padrões de projetos de *software* e metas a serem alcançadas na execução das *sprints*.
- Garantir que os trabalhos sejam executados com eficiência e qualidade, atuando como um líder que orienta equipes técnicas.
- Fica à frente da equipe de desenvolvedores, respondendo pelo andamento dos trabalhos (ciclo de execução das Ordens de Serviços), organizando as tarefas, orientando as equipes técnicas, coordenando atividades, avaliando, interpretando, apresentando os resultados obtidos e participando de reuniões gerenciais com a equipe do CONTRATANTE.
- Construir e manter times motivados, garantindo que estejam trabalhando em um ambiente ágil com planejamento de entregas iterativas e com foco no usuário.
- Garantir que o time colabore entre si, comuniquem-se e foquem no que é mais importante.
- Apoiar membros do time, facilitando desenvolvimento contínuo, e aplicar as ferramentas e técnicas ágeis mais apropriadas para seu ambiente.

Formação e experiência exigidas

- Graduação em nível superior concluída em ciência da computação ou curso equivalente. Também é aceita comprovação de conclusão em qualquer curso de graduação, desde que possua especialização concluída ou em andamento na área de ciência da computação ou equivalentes.
- Experiência de, no mínimo, 2 (dois) anos, atuando em funções de liderança técnica, com responsabilidade por equipes de desenvolvimento, com o uso da plataforma Sydle.
- Experiência de atuação em, no mínimo, 1 (um) projeto com desenvolvimento com uso de métodos ágeis.

5.10. Analista de Negócios/Requisitos (Sênior):

- Atua na identificação, definição e documentação de processos de negócios e de requisitos de *software* a serem implementados. O analista de negócio busca assegurar uma ligação consistente entre as equipes de negócios e a equipe de desenvolvedores, facilitando a comunicação e auxiliando no aprofundamento do domínio do negócio objeto da implementação. Atua, também, na propositura de funcionalidades e na organização das informações, no comportamento e fluxo do processo da aplicação satisfazendo as necessidades de negócio declaradas e não declaradas.
- Identificar, documentar, validar e gerenciar os requisitos necessários para o desenvolvimento das soluções.
- Conduzir processo de elicitação de requisitos e pesquisas de usuários, bem como utilizar outras ferramentas de descoberta e teste para o desenho de soluções, visando sempre o ponto de vista do usuário.
- Elaborar protótipos de design de portais e temas para páginas web, como protótipos navegáveis para teste e apresentação dos portais com usuários.
- Sugerir melhorias necessárias para que os portais sejam disponibilizados por meio da solução tecnológica adquirida ou sugerir outros meios de digitalização.
- Auxiliar na elaboração de manuais e relatórios que complementem a diagramação realizada.

Formação e experiência exigidas

- Graduação em nível superior concluída em ciência da computação ou curso equivalente. Também é aceita comprovação de conclusão em qualquer curso de graduação, desde que possua especialização concluída ou em andamento na área de ciência da computação ou equivalentes.
- Experiência de, no mínimo, 5 (cinco) anos, em atividades que envolvam projetos de desenvolvimento de sistemas.

5.11. Desenvolvedor de Software (Junior, Pleno e Sênior):

- Atua na codificação, *design* de componentes, testes unitários, construção de aplicações, implementação e manutenção de *software* em busca de alta qualidade na aplicação de técnicas, normas e procedimentos atualizados de codificação e construção de *software*. O desenvolvedor de *software* busca escrever códigos de alta qualidade para atender as funcionalidades das partes interessadas assegurando otimização de recursos computacionais, segurança e desempenho.
- Criar, testar, implementar e manter os produtos de software, desenvolvendo requisitos técnicos e de negócios em soluções funcionais, garantindo que os produtos atendam às necessidades dos usuários e sejam eficientes, escaláveis e seguros.

- A partir da interpretação das especificações fornecidas por analistas de requisitos/processos, arquitetos de software ou clientes, desenvolver funcionalidades baseadas em low-code, utilizando a plataforma Sydle, aplicando boas práticas como reutilização de Classes e clareza nos scripts, garantindo que as soluções desenvolvidas tenham um bom desempenho, sejam seguras e simples de manter.
- Opinar e discutir sobre viabilidade técnica de soluções.
- Escrever, adaptar, manter e dar suporte a código, processos, modelos e configurações.
- Melhorar, continuamente e dentro da viabilidade, os serviços com uso de novas ferramentas e técnicas.
- Resolver problemas técnicos e orientar e tirar dúvidas de usuários.
- Corrigir e ajustar dados.
- Realizar integração de sistemas.
- Modelar a estruturação de dados, construir relatórios, dashboards, mapas e atividades de desenvolvimento de código.

Formação e experiência exigidas

- Graduação em nível superior concluída em ciência da computação ou curso equivalente.
- Júnior: Experiência de, no mínimo, 2 (dois) anos, em atividades que envolvam desenvolvimento de sistemas.
- Pleno: Experiência de, no mínimo, 3 (três) anos, em atividades que envolvam desenvolvimento de sistemas. Experiência de, no mínimo, 2 anos com plataforma da Sydle.
- Sênior: Experiência de, no mínimo, 5 (cinco) anos, em atividades que envolvam desenvolvimento de sistemas. Experiência de, no mínimo, 2 anos com plataforma da Sydle.

5.12. Administrador de Dados Sênior:

- Atua na garantia da qualidade das estruturas dos metadados das soluções alinhadas aos padrões de arquitetura de dados da organização, apoia na organização da informação corporativa objeto das aplicações em desenvolvimento, na garantia da integração e na aplicação das melhores práticas de administração de dados corporativos.
- Faz a gestão dos dados e SGBD do software. Estima espaço em disco, mantém índices, tabelas, views e demais objetos do BD.
- Apoia os desenvolvedores. Opina e discute sobre viabilidade técnica de soluções.
- Resolve problemas técnicos, corrige e ajusta dados.

Formação e experiência exigidas

- Graduação em nível superior concluída em ciência da computação ou curso equivalente.

- Experiência de, no mínimo, 5 (cinco) anos, em atividades que envolvam Banco de Dados. Experiência de, no mínimo, 1 ano com plataforma a Sydle.

- 5.13. O Preposto é profissional indicado pela CONTRATADA para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Finep, sendo responsável por receber, tratar e responder às principais questões legais e administrativas referentes ao cumprimento das obrigações contratuais.
- 5.14. A equipe deve ser capaz de executar todas as atividades e serviços que tenham relação com o objeto deste Termo.
- 5.15. Caso a contratada disponha apenas de profissional com perfil superior ao necessário para execução de algum serviço, o valor do serviço, bem como as suas características (atividades mínimas, complexidade, esforço, prazo máximo etc.) não serão alteradas para acolher perfil superior.

6. DOS CRITÉRIOS PARA A ESCOLHA DA CONTRATADA

- 6.1. Dado que se trata de serviço comum, a contratada será escolhida pelo menor preço ofertado. Trata-se de contratação de empresa para prestação de serviços de forma a manter solução de software já existente.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1. É vedada a subcontratação total ou parcial a outra empresa para o fornecimento do objeto deste TR, salvo para abranger aspectos acessórios e instrumentais de sua execução.

8. DOS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO TÉCNICA DO PROPONENTE

- 8.1. Será exigido atestado ou declaração expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove ter o licitante prestado serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto demandado.
- 8.1.1. O atestado deverá conter nome, preferencialmente em conjunto com o CNPJ/CPF, endereço, e-mail e telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual a Finep possa valer-se para manter contato com a pessoa declarante, se for o caso.
- 8.1.2. Suporta-se como compatível o atendimento mínimo de 15 meses de experiência em atividades correlatas às dos itens deste Termo de Referência como implantação e/ou sustentação dos pacotes Sydle mais utilizados pela Finep e essenciais para as suas atividades, que são: Billing, Financeiro, CRM e Contabilidade dentro da solução Sydle One.
- 8.1.3. É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação, não havendo obrigatoriedade de os períodos serem ininterruptos.

- 8.2. Se solicitado, o proponente deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços. Admitem-se censuras às informações que comprometam a LGPD.

9. DAS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 9.1. A comprovação da equipe será realizada após a efetiva celebração do contrato entre a Finep e a CONTRATADA no prazo de até 30 (trinta) dias.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. A contratada deve respeitar rigorosamente os serviços e especificações constantes no Termo de Referência dentro dos acordos de níveis de serviço e prazos estabelecidos.
- 10.2. Ser responsável pelas entregas e itens de serviços. Quaisquer divergências não autorizadas não deverão servir para solicitação de alteração de preços ou níveis de serviços.
- 10.3. Proceder com todos os levantamentos que se fizerem necessários para a boa definição de seus preços e planejamento.
- 10.4. Entregar à Finep toda e qualquer documentação gerada em função da prestação de serviços que são objeto desta contratação.
- 10.5. Dimensionar adequadamente a equipe para a execução de todos os serviços contratados, alocando seus profissionais às atividades necessárias de modo a obter os resultados esperados com eficácia e eficiência.
- 10.6. Manter a quantidade de profissionais suficiente para execução do projeto dentro das exigências estabelecidas.
- 10.7. Recrutar e empregar pessoal devidamente habilitado na execução dos serviços, responsabilizando-se, integralmente, pelo cumprimento das leis trabalhistas, da Previdência Social e demais legislações vigentes.
- 10.8. Indicar um Preposto para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Finep, sendo responsável por receber, tratar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao cumprimento das obrigações contratuais.
- 10.9. Substituir, sempre que solicitado de maneira justificada pela Finep, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam comprovadamente prejudiciais, inconvenientes e insatisfatórios.

- 10.10. Comunicar com antecedência qualquer ocorrência de transferência, remanejamento ou demissão dos profissionais alocados na execução dos serviços, para que seja providenciada a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos da Finep porventura colocados à disposição para realização dos serviços contratados.
- 10.11. Prestar quaisquer esclarecimentos solicitados pela Finep em até 3 dias úteis, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.
- 10.12. Atender a todas as solicitações referentes ao contrato que vierem a ser feitas pela Finep, por meio de sua fiscalização.
- 10.13. Reportar à Finep, por escrito ou e-mail ao fiscal do contrato, quaisquer anormalidades, erros ou irregularidades que possam comprometer o bom andamento das atividades na Finep, prestando os devidos esclarecimentos sempre que solicitados.
- 10.14. Em caso de eventuais paralisações ou atrasos que possam comprometer o prazo final dos serviços, a CONTRATADA deverá fornecer justificativa técnica detalhada para que a Finep possa fazer a correspondente análise.
- 10.15. Manter sigilo relativamente ao objeto contratado, bem como sobre dados, documentos, especificações técnicas ou comerciais e demais informações, não tornadas públicas pela Finep, de que venha a ter conhecimento em virtude da contratação, sendo vedada a divulgação a terceiros.
- 10.16. Assinar o Anexo I-C - Termo de Confidencialidade no início do projeto, pelo qual se compromete que seus colaboradores manterão o sigilo e a confidencialidade de todos os dados e informações de que venham a ter conhecimento no exercício de suas atribuições, em até 20 (vinte) dias úteis a partir da assinatura do contrato.
- 10.17. Em caso de não cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Confidencialidade, e/ou de quebra da guarda e sigilo, ou de utilização dos dados fornecidos pela Finep para outros fins de qualquer natureza ou espécie que não os expressamente autorizados, a CONTRATADA responderá de forma incondicional, civil, criminal e administrativamente pelo fato, sem prejuízo do direito da Finep de promover a rescisão contratual, com a aplicação das sanções previstas.
- 10.18. Responsabilizar-se pela divulgação de qualquer informação sobre a Finep e os projetos por esta financiados que seus empregados venham a ter acesso, direta, indireta ou mesmo acidentalmente, em virtude de serviço prestado.
- 10.19. Assumir todos os encargos de possível sanção da Autoridade Nacional de Proteção de Dados em caso de incidente com vazamento de dados pessoais onde reste comprovado que a responsabilidade direta ou indireta do vazamento tenha ocorrido a partir do objeto deste Termo.
- 10.20. Após o término do contrato, entregar para a Finep e eliminar de suas bases de dados, se for o caso, toda e qualquer informação ou documentos porventura encaminhados pela Finep para auxiliar na realização dos serviços.

- 10.21. Corrigir, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados.
- 10.22. Responder pelos danos comprovadamente causados à Finep ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços. A fiscalização ou o acompanhamento da Finep não excluirá ou reduzirá essa responsabilidade da CONTRATADA.
- 10.23. Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de ato ilícito, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do contrato.
- 10.24. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à prestação dos serviços, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou contingência.
- 10.25. Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e apresentar a documentação comprobatória quando solicitada.
- 10.26. Respeitar o Código de Ética e de Conduta da Finep, disponível no site da empresa.
- 10.27. Não utilizar softwares e aplicativos que não sejam licenciados para a Finep.
- 10.28. Manter a plataforma devidamente atualizada com as versões disponíveis e recomendadas pelo fabricante e manter a Finep ciente das atualizações aplicadas.
- 10.29. Não utilizar, a qualquer pretexto, o nome da Finep, os serviços e os recursos a ela fornecidos, como forma de propaganda e/ou divulgação, sem o consentimento expresso e formal desta.
- 10.30. Encaminhar à unidade fiscalizadora as notas fiscais/faturas dos produtos, bem como certidões necessárias para a realização dos pagamentos.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA FINEP

- 11.1. Divulgar o local, data e hora que será realizada a reunião inicial do contrato, logo após a assinatura.
 - 11.1.1. A reunião inicial do contrato poderá ser realizada no formato online, utilizando ferramenta disponibilizada pela CONTRATANTE
- 11.2. Analisar toda a documentação enviada pela contratada nos prazos estabelecidos;
- 11.3. Nomear o Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante que serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, sendo os elementos de ligação entre as partes.
- 11.4. Disponibilizar todas as informações necessárias à CONTRATADA, com o intuito de fornecer subsídios para prestação dos serviços contratados.
- 11.5. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com o solicitado, com base nas inspeções realizadas, rejeitando, com a devida justificativa, qualquer produto em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pela empresa contratada.

- 11.6. Realizar a homologação dos desenvolvimentos e das melhorias solicitadas que venham a ser implementadas nos prazos estabelecidos nos planos de ações;
- 11.7. Comunicar à CONTRATADA a aprovação ou rejeição dos documentos ou homologações realizadas dentro dos prazos estabelecidos, indicando os motivos pelos quais houve a rejeição.
- 11.8. Providenciar a emissão dos Termos de Recebimento dos Serviços.
- 11.9. Solicitar à CONTRATADA providência quando for verificado que qualquer profissional esteja tendo atuação, permanência e/ou comportamento julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou ao interesse da Finep.
- 11.10. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis quando inobservadas as disposições contidas nos documentos que regem a contratação.
- 11.11. Efetuar o pagamento devido pela prestação dos serviços, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas neste documento e seus Anexos.
- 11.12. Permitir, sempre que necessário, acesso dos profissionais da CONTRATADA às dependências, equipamentos, softwares e sistemas de informação da Finep, relacionados ao objeto do Contrato ou necessários à execução dos serviços.
- 11.13. Comunicar formalmente à CONTRATADA as ocorrências ou anormalidades verificadas durante a execução.

12. DOS REQUISITOS PARA AFERIÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO CONTRATADO – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

12.1. IMR

- 12.1.1. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) tem como função identificar os indicadores mínimos de desempenho para aferição da qualidade esperada da prestação dos serviços, com base nas seguintes diretrizes:
 - 12.1.1.1. atividades mais relevantes ou críticas que impliquem na qualidade da prestação dos serviços e nos resultados esperados;
 - 12.1.1.2. fatores que estejam sob o controle do prestador e que possam interferir no atendimento das metas;
 - 12.1.1.3. indicadores objetivamente mensuráveis e compreensíveis, facilmente coletáveis, relevantes e adequados à natureza e características do serviço.
- 12.1.2. São apresentadas no quadro abaixo circunstâncias de infração no âmbito da prestação de serviço. Elas têm como função complementar os indicadores de acompanhamento da qualidade dos serviços prestados, sendo utilizadas para cálculo do Índice de Medição de Resultado.

ITEM	OCORRÊNCIA	AFERIÇÃO	PONTUAÇÃO
1	Descumprir, injustificadamente, o(s) prazo(s) máximo(s) para o atendimento de demandas administrativas.	Por ocorrência.	1
2	Defeitos técnicos recorrentes injustificados	Por ocorrência.	1
3	Atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias na apresentação da Nota Fiscal e dos demais documentos exigidos pela fiscalização	Por ocorrência.	0,5
4	Fornecer informação falsa de serviço	Por ocorrência.	2
5	Não atender a qualquer outra obrigação no Edital e seus Anexos, que não especificada nesta tabela.	Por ocorrência.	1
6	Suspender ou interromper os serviços contratuais, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito.	Por ocorrência.	3
7	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	Por ocorrência	3
8	Utilizar as dependências, informações ou outros recursos da Finep para fins diversos do objeto do contrato.	Por ocorrência	3

- 12.1.3. As ocorrências serão registradas pela fiscalização do contrato, que notificará a Contratada, atribuindo pontos aos registros individuais. Os registros serão avaliados a cada ateste parcial de entrega de serviço.
- 12.1.4. Sendo constatada irregularidade, será concedida oportunidade para apresentação de defesa, a qual será apreciada. Constatado desvio efetivo em relação às obrigações, a Contratada receberá a pontuação por infração correspondente, para efeito de atribuição das sanções previstas.
- 12.1.5. A pontuação IMR é obtida somando-se as pontuações das ocorrências dos subitens dos itens da tabela acima.
- 12.1.6. A tabela de pontuação acumulada/glosa abaixo se refere ao percentual a ser descontado do faturamento dos serviços prestados pela Contratada em função do não cumprimento do IMR, sem prejuízo das demais sanções constantes do contrato.

PONTUAÇÃO ACUMULADA no IMR	GLOSA
$IMR \leq 3$ pontos	Não há glosa, apenas advertência.
$3 < IMR \leq 7$	Glosa correspondente a 5% do valor faturado.

$7 < \text{IMR} \leq 10$	Glosa correspondente a 10% do valor faturado.
$\text{IMR} > 10$	Glosa correspondente a 15% do valor faturado.

12.1.7. A penalização será descontada no faturamento, após a conclusão do processo de penalização.

12.1.8. A aplicação do IMR não impede a aplicação das demais sanções contratuais.

12.2. Indicadores

12.2.1. Nos Indicadores abaixo estão definidos a maneira pela qual os resultados serão mensurados e os ajustes a serem aplicados no valor a ser pago correspondente ao serviço prestado quando este não alcançar os níveis de qualidade esperados.

12.2.2. Os ajustes nos pagamentos previstos para o não atingimento dos níveis de qualidade esperados em cada indicador serão aplicados de forma independente entre os indicadores (isto é, o valor do serviço prestado pode sofrer mais de um abatimento em um mesmo sprint ou período) e independentemente das demais sanções previstas contratualmente.

12.2.3. Os valores para os indicadores de medição de resultado serão apurados a cada fato gerador e informados para a CONTRATADA caso não sejam atendidos.

12.2.4. Os indicadores definem critérios de advertência e de glosa.

12.2.5. É garantido à CONTRATADA o direito de contestação dos resultados da apuração dos níveis de qualidade dos serviços, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, para a apresentação da defesa. Cabe à Finep decidir sobre os argumentos da contestação.

Indicador	1 – AES – Atraso na Entrega de Sprint	
Finalidade	Garantir que cada Sprint de Implantação de novas funcionalidades (do item S3) sejam entregues no tempo planejado.	
Meta	$\text{AES} \leq 10\%$	
Instrumento de Medição	Termo de recebimento Parcial	
Forma de acompanhamento	Fiscais requisitante e técnico vão monitorar o andamento da execução dos serviços em reuniões de acompanhamento semanais.	
Periodicidade	A cada entrega de sprint.	
Cálculo	$\text{AES} = (\text{DE} - \text{DP}) / \text{DP} \times 100$ Onde, AES é o índice de atraso na entrega da sprint, DE é a duração efetiva de conclusão em dias, DP é a duração planejada para conclusão em dias. Serão abatidos os dias de atrasos cuja responsabilidade não seja da contratada.	
Faixa de ajuste no pagamento (glosas)	$10\% < \text{AES} \leq 15\%$ $15\% < \text{AES} \leq 30\%$ $30\% < \text{AES} \leq 40\%$ $40\% < \text{AES}$	0% de glosa, com advertência 2% de glosa 4% de glosa 6% de glosa

Indicador	2 - IQC – Indicador de Qualidade de Código	
Finalidade	Garantir a qualidade de cada entrega de sprint (do item S3)	
Meta	$IQC \leq 15\%$	
Instrumento de Medição	Termo de recebimento parcial.	
Forma de acompanhamento	Fiscais requisitante e técnico vão monitorar o andamento da execução dos serviços em reuniões de acompanhamento semanais.	
Periodicidade	A cada pagamento de sprint.	
Cálculo	$IQC = (QRD / QRT) \times 100$ Onde, IQC é o índice de qualidade de código, QRQ é a quantidade de requisitos defeituosos ou com não conformidades encontradas na sprint, QRT é a quantidade total de requisitos da sprint (obtida no plano da sprint)	
Faixa de ajuste no pagamento (glosas)	$15\% < IQC \leq 30\%$ $30\% < IQC \leq 40\%$ $40\% < IQC$	0% de glosa, com advertência 5% de glosa 10% de glosa

Indicador	3 – IAS - Indicador de Aceitação da Sprint	
Finalidade	Aferir se as demandas planejadas nas sprints foram executadas na timebox e com qualidade	
Meta	$75\% \leq IAS$	
Instrumento de Medição	Termo de recebimento parcial.	
Forma de acompanhamento	Fiscais requisitante e técnico vão apurar a quantidade total de sprints entregues na release, a quantidade de sprints (do item S3) que foram aceitas integralmente e a quantidade de sprints aceitas parcialmente.	
Periodicidade	A cada entrega de release.	
Cálculo	$IAS = [(Q_i + Q_p/3) \times 100]/Q_t$ Onde: IAS = Indicador de Aceitação da Sprint Q_i = Quantidade de sprints aceitas integralmente Q_p = Quantidade de sprints aceitas parcialmente Q_t = Quantidade total de sprints enviadas para aceite ($Q_i + Q_p$) Para efeitos desse indicador, não são contabilizadas sprints rejeitadas, pois não atendem aos critérios mínimos de aceitação previamente estabelecidos. Q_t , Q_p e Q_i contabilizam sprints por release.	
Faixa de ajuste no pagamento (glosas)	$75\% \leq IAS$ $65\% \leq IAS < 75\%$ $55\% \leq IAS < 65\%$ $IAS < 55\%$	0% de glosa 2% de glosa 4% de glosa 6% de glosa

Indicador	4 – IPA - Indicador de Produtividade Ágil	
Finalidade	Garantir a produtividade das equipes ágeis, em termos do alcance de metas aferidas por meio de métricas de software, observando os critérios de qualidade e de aceitação definidos, bem como mensuração em termo de produto ou resultado entregue.	
Meta	$75\% \leq IPA$	

Instrumento de Medição	Termo de recebimento parcial.	
Forma de acompanhamento	Por OS de serviços de novas funcionalidades, é definida uma produtividade mínima. Dessa forma, afere-se a produtividade realizada no período, considerando as metas de produtividade previamente estabelecidas na ordem de serviço, conforme condições do Termo de Referência.	
Periodicidade	A cada entrega de sprint (do item S3).	
Cálculo	$IPA = 100 * Pr/Pp$ Onde: Pr = produtividade realizada na sprint, em função da métrica de software previamente estabelecida Pp = produtividade prevista na sprint, em função da métrica de software previamente estabelecida	
Faixa de ajuste no pagamento (glosas)	75% ≤ IPA 65% ≤ IPA < 75% 55% ≤ IPA < 65% IPA < 55%	0% de glosa, 2% de glosa 4% de glosa 6% de glosa

Indicador	5 - ICPC – Cumprimento de Prazos de Chamados	
Finalidade	Garantir a continuidade da operação da Finep por meio da conclusão dos chamados.	
Meta	ICPC ≥ 90%	
Instrumento de Medição	Termo de Recebimento Parcial	
Forma de acompanhamento	Relatório da Ferramenta de Chamados (dos itens S1 e S2)	
Periodicidade	A cada pagamento mensal	
Cálculo	Contar os chamados cuja resolução foi executada pela CONTRATADA e aceita pela Finep no mês em avaliação. Considera-se como prazo previsto a quantidade de horas especificada no chamado, que é definida com base no tipo do chamado e na criticidade na qual ele foi classificado. $ICPC = (QDP / QT)$ Onde, ICPC é o Índice de Cumprimento de Prazos de Chamados QDP é a quantidade de chamados resolvidos dentro do prazo no período; QT é a quantidade total de chamados resolvidos no período.	
Faixa de ajuste no pagamento (glosas)	85% < ICPC ≤ 90% 80% < ICPC ≤ 85% 75% < ICPC ≤ 80% 70% < ICPC ≤ 75% ICPC ≤ 70%	0% de glosa 1% de glosa 2% de glosa 3% de glosa 4% de glosa

12.3. Para efeitos do ICPC, os prazos dos chamados são definidos conforme as instruções abaixo.

12.4. Prazos dos Chamados

12.4.1. Seguem definições adotadas neste Termo de Referência:

Erro é uma manifestação concreta de um defeito num artefato de software, ocorrendo durante sua execução. Os erros caracterizam-se por um estado inconsistente ou inesperado, fruto da execução de um defeito.

Falha é um comportamento do software diferente do esperado pelo usuário que acarreta o não atendimento de um requisito. Por exemplo, impossibilidade de executar uma atividade num sistema devido a um ou mais erros.

Incidente é qualquer evento que não faz parte da operação padrão de um serviço e que causa, ou pode causar, uma interrupção do serviço ou uma redução da sua qualidade. A ocorrência de erro ou falha será registrada em chamado de Suporte Técnico e sustentação como um incidente. O atendimento deste tipo de chamado visa a retornar o serviço afetado ao seu estado normal o mais rapidamente possível e com o menor impacto possível no negócio.

Problema é a causa desconhecida de um ou mais incidentes. Um incidente pode ser contornado com uma solução paliativa, sendo que a resolução de sua causa raiz identificada constitui a resolução do problema, o que evita a recorrência de incidentes causados por ele.

Não conformidade é qualquer implantação de requisito em desacordo com as especificações passadas, ainda que o software funcione sem erros ou falhas. Por exemplo, regra de negócio assumida pela CONTRATADA sem ter sido solicitada pelo demandante, ou um requisito não implementado em sua totalidade.

12.4.2. Abaixo estão os graus de criticidade (ou severidade, ou prioridade, ou qualquer outro termo equivalente utilizado na ferramenta) dos chamados:

Criticidade		Descrição
0	Crítica	Indisponibilidade de uso de funcionalidade ou processo com impacto crítico no negócio, causando riscos financeiros, regulatórios, de segurança ou de reputação. Incidente com comprometimento grave de dados, processos ou ambiente, sem qualquer alternativa para os usuários efetuarem o trabalho.
1	Alta	Incidente com paralisação do sistema, na qual um erro ou problema causa uma grave perda do potencial operacional dos módulos ou paralisa totalmente uma funcionalidade ou processo em sua operacionalização. Erro ou falha que demanda solução premente, afetando o negócio significativamente, com funcionalidades/serviços essenciais comprometidos. Incidente com comprometimento alto de dados, processos ou ambiente. Mal funcionamento sem solução de contorno.
2	Média	Erro ou falha em funcionalidade ou processo não crítico, que dificulta seus usuários na condução de suas atividades, mas com os recursos fundamentais do sistema disponíveis (ainda que por solução de contorno), sem afetar o negócio de forma significativa. Incidentes pontuais que afetam poucos usuários e/ou com comprometimento mediano de dados, processos ou ambiente.
3	Baixa	Erro ou falha que não se refere a perda de funcionalidade ou processo e, portanto, tem impacto mínimo no negócio. Incidente com pequeno ou nenhum comprometimento de dados, processos ou ambiente.

- 12.4.3. Os prazos máximos para conclusão dos chamados relativos a incidente com criticidade 0 a 2 consideram a possibilidade de adoção, por parte da CONTRATADA, de uma solução paliativa desde que devidamente justificada pela CONTRATADA, condicionada à aceitação pela Finep.
- 12.4.4. No caso de adoção pela CONTRATADA de uma solução paliativa para o incidente ocorrido, deve ser aberto um chamado referente ao problema causador do incidente, a fim de implementar a solução definitiva.
- 12.4.5. A tabela abaixo consolida as criticidades e seus respectivos prazos máximos de conclusão contados a partir de sua abertura:

Criticidade	Prazo Máximo de Conclusão
0 - Crítica	12 horas corridas
1 - Alta	24 horas corridas
2 - Média	72 horas corridas
3 - Baixa	120 horas corridas

- 12.4.6. Nos casos em que a resolução definitiva não for aceita pela Finep, o tempo gasto na reavaliação da resposta pela CONTRATADA será contabilizado, ou seja, somado ao tempo inicial de resposta.
- 12.4.7. A tabela acima serve como insumo para o ICPC (Cumprimento de Prazos de Chamado). Não serão contabilizados os tempos de resposta da Finep para dar mais detalhes sobre os chamados ou sobre requisitos de novas funcionalidades.
- 12.4.8. Chamados poderão ter sua criticidade alterada pela Finep conforme mais detalhes surjam sobre os chamados.
- 12.5. O IQC é calculado em cima do valor total da sprint. A glosa pode ocorrer no pagamento da primeira ou da segunda parcela da sprint.
- 12.6. A produtividade mínima esperada da equipe do item S3 é de 10 horas para cada ponto de função simplificado por perfil de desenvolvedor. O ponto de função (SFP) simplificado, conforme guia de métricas do SISP 3.0 ou superior, será usado para medir produtividade no indicador IPA (índice de produtividade Ágil). Também será usado para criar base histórica de contagem.
- 12.7. Se dois indicadores forem afetados por diferentes facetas de um mesmo problema, a aplicação cumulativa é vedada. Por exemplo, se um atraso foi causado justamente por erros de qualidade, aplica-se o maior desconto entre os indicadores afetados pelo mesmo evento, em vez de somá-los matematicamente de forma ilimitada.
- 12.8. Caso a CONTRATADA não atenda os prazos de execução relativos ao atendimento dos chamados, a Finep poderá impor glosas no pagamento do valor mensal dos serviços de suporte técnico e sustentação. Caberá aos fiscais requisitante e técnico a recomendação de glosa, após avaliação de cada caso junto com as justificativas da contratada.

- 12.8. eventual aplicação de glosa não elimina a necessidade de correção dos serviços, ou de atendimento aos chamados.
- 12.9. Caso a glosa ultrapasse 30%, poderão ser aplicadas sanções previstas em contrato.
- 12.10. Constatando a Finep que o desempenho da Contratada se tornou precário, atingindo-se um total de 20 pontos (do quadro do item 12.1.2) ou 6 advertências nos últimos 6 meses, com base no critério vigente, a Finep poderá iniciar unilateralmente o procedimento de rescisão contratual, sem direito a quaisquer ressarcimentos à Contratada.
- 12.11. No caso de rescisão contratual por culpa, no caso de descumprimento total das obrigações ou ato que enseje reparação de danos, perdas ou prejuízos pela Contratada, a Finep poderá cobrar da Contratada multa compensatória de até 50% (cinquenta por cento) calculada sobre o valor total dos últimos 3 (três) faturamentos, após regular processo administrativo.
- 12.12. O valor da multa não será superior a 10% (dez por cento) do valor total do contrato.
- 12.13. Caso o valor da multa não seja suficiente para reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos causados, a Finep poderá cobrar da Contratada o montante excedente.
- 12.14. A Finep, em face da menor gravidade do fato, definirá o percentual exato das multas a serem aplicadas, sendo resguardado o contraditório e a ampla defesa.

13. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do objeto contratado, que serão exercidos por representantes da Finep.
- 13.2. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 13.3. A Finep poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
- 13.4. O acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados serão exercidos pelos agentes de fiscalização, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos mesmos e de tudo dará ciência à empresa, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou fazer quaisquer serviços que estejam em desacordo com o Contrato.
- 13.5. As Ordens de Serviços deverão ser aprovadas pelo fiscal técnico, fiscal requisitante e gestor do contrato e encaminhadas por e-mail pelo fiscal técnico para a assinatura da CONTRATADA. A partir deste momento a execução dos serviços estará formalmente autorizada.
- 13.6. Alterações na OS podem ser feitas conforme a execução vai acontecendo e informações mais detalhadas sobre os serviços da OS vão surgindo. Neste caso, as alterações da OS são registradas e assinadas entre as partes.

- 13.7. Caso a Finep identifique falhas nos serviços prestados ou na documentação produzida pela CONTRATADA ou, ainda, não tenham sido satisfeitos os critérios técnicos exigidos, solicitará a adequação dos itens em desconformidade. A CONTRATADA deverá proceder com os ajustes necessários, sem custos para a Finep, em até 10 (dez) dias úteis. Caso seja necessário um prazo maior, a contratada deverá enviar a justificativa para análise pela Finep.
- 13.7.1. Uma vez aprovados os serviços, a Finep emitirá o Recebimento Parcial e autorizará o fechamento da ordem de serviço, solicitando à CONTRATADA o seu respectivo faturamento.
- 13.8. É facultado à Finep o direito de solicitar, a qualquer tempo, o cancelamento da execução de ordem de serviço, mesmo já tendo sido iniciada. Neste caso, a Finep pagará à CONTRATADA apenas pelas entregas de valor comprovadamente realizadas.
- 13.9. Cabe aos agentes de fiscalização:
- 13.9.1. Verificar, junto à Contratada e seu preposto, se estão sendo tomadas todas as providências necessárias para o bom andamento dos serviços;
- 13.9.2. Fazer as anotações necessárias de todos os atos da empresa contratada relativos à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações, prorrogações e rescisão do contrato;
- 13.9.3. Verificar a correta execução das atividades inerentes ao objeto da contratação.
- 13.10. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 13.11. Em hipótese alguma será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 13.12. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo agente de fiscalização, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou alheios ao controle da Contratada.

14. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 14.1. Os serviços serão medidos por OS, em acordo com os níveis de serviço e instrumento de medição de resultado estabelecidos.
- 14.2. A CONTRATADA deverá cumprir os níveis de acordo de serviços descritos neste Termo de Referência, que são critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos pela Finep, com a finalidade de aferir e avaliar diversos fatores relacionados à prestação dos serviços.
- 14.3. Caso haja descumprimento destes Níveis de Serviços, a CONTRATADA arcará com glosas na fatura.
- 14.4. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas e sem prejuízo da aplicação de sanções, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos

- ou incorreções resultantes da execução, cabendo à fiscalização não atestar a medição dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento do objeto.
- 14.5. Caso a Finep verifique o descumprimento de obrigações por parte da Contratada, deve comunicar ao preposto desta, indicando, expressamente, o que deve ser corrigido e o prazo máximo para a correção. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo agente de fiscalização, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de sanções.
- 14.6. Realizada a correção pela CONTRATADA, abrem-se novamente os prazos para os recebimentos estabelecidos acima.
- 14.7. O tempo para a correção referido acima deve ser computado no prazo de execução de etapa, parcela ou do contrato, para efeito de configuração da mora e suas cominações.
- 14.8. A emissão da Nota Fiscal somente deve ser realizada com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou instrumento substituto e após a conclusão do recebimento do objeto pactuado. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a Contratada deve emitir Nota Fiscal referente à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de pagamento.
- 14.9. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 14.10. O recebimento se dará após a entrega dos serviços executados.
- 14.11. O recebimento parcial se dará após a avaliação das entregas realizadas. Chama-se "parcial", a fim de distinguir da palavra "definitivo", esta última é usada apenas no recebimento final da execução do contrato. O recebimento parcial indica que a Finep concluiu a análise da entrega e houve a aceitação dos serviços.
- 14.12. O prazo para avaliação das entregas realizadas pela CONTRATADA iniciará sua contagem quando o objeto for transferido para a Finep, sem representar qualquer tipo de aceite ou consideração sobre o adimplemento das obrigações pela CONTRATADA.
- 14.13. Para os serviços S1 e S2 o prazo de avaliação será de 5 (cinco) dias úteis. Para os serviços S3 o prazo de avaliação será de 15 (quinze) dias úteis. Estes prazos poderão ser alterados a critério da Finep, desde que justificado e avisado previamente à CONTRATADA.
- 14.14. Após o recebimento dos serviços do item S3, a contratada realizará a Operação Assistida pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, durante este prazo quaisquer defeitos identificados resultantes dos serviços executados deverão ser reparados sem custos adicionais para a Finep. A reparação dos serviços não obriga a contratada aceitar alteração das especificações iniciais.

- 14.15. O recebimento definitivo, representando aceitação da integralidade do contrato e liberação da CONTRATADA tocante a vícios aparentes, será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis após o término da sprint.

15. DO PAGAMENTO

- 15.1. Toda emissão de nota fiscal deverá ser autorizada pela fiscalização do contrato e segundo a orientação desta.
- 15.2. Não haverá pagamento antecipado. Todo pagamento é feito após a entrega e aprovação de serviços.
- 15.3. Os valores relativos aos itens S1 e S2 serão mensalmente pagos desde momentos iniciais do contrato, após a Finep oficializar a demanda com uma Ordem de Serviço (Anexo I-D – Ordem de Serviço).
- 15.4. Por serem serviços de natureza continuada, isto é, deverão ser realizados ininterruptamente, S1 e S2 serão um custo fixo mensal, vinculado a níveis mínimos de serviços.
- 15.5. O item S3 será pago por sprint e é dividido em 2 (duas) parcelas. Terá 70% de seu valor pago a cada entrega e aceite de Sprint, vinculado a níveis mínimos de serviços. A segunda parcela será paga após 3 meses.
- 15.6. Caso os níveis mínimos de serviço, prazos acordados ou outros indicadores estabelecidos neste Termo não tenham sido atendidos poderá incidir ajustes ou glosas de pagamento sobre o valor da OS.
- 15.7. A Finep conferirá a documentação entregue pela CONTRATADA e os dados do documento fiscal, a fim de verificar se há alguma divergência com relação ao serviço prestado, erro ou rasura, adotando as medidas necessárias para a solução da pendência detectada, antes de atestá-la e encaminhá-la para pagamento.
- 15.8. Dentre outros elementos deste Termo de Referência e Contrato, serão verificadas se:
- a. as condições de pagamento do contrato foram obedecidas;
 - b. o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi fornecido;
 - c. existem elementos que justifiquem o desconto do valor da Nota Fiscal/Fatura;
 - d. foi observado o que dispõe o contrato nos casos de instalação ou teste de funcionamento;
 - e. a Nota Fiscal tem validade e está completamente preenchida.
- 15.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Finep.
- 15.10. O prazo de pagamento é de 10 dias úteis a contar do ateste de recebimento do objeto contratado, realizado pelos agentes de fiscalização.

- 15.11. É permitido descontar dos créditos da contratada qualquer valor relativo à multa, ressarcimentos e indenizações, sempre observado o contraditório e a ampla defesa.
- 15.12. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deve ocorrer quando a contratada:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada; ou
 - c) nos casos de não apresentação de garantia prevista em contrato.
- 15.13. Os valores dos itens não passarão do limite previsto na respectiva rubrica indicada pela Contratada na Planilha de Preços contratada.
- 15.14. Os pagamentos devidos à contratada, quando couber e de acordo com a legislação tributária, estão sujeitos à retenção na fonte.

16. DA FORMALIZAÇÃO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 16.1. O período de vigência do contrato será de 30 meses a partir da data de assinatura..
- 16.2. O prazo de execução do contrato coincide com o prazo de vigência.
- 16.3. O contrato poderá ser renovado nos termos da Lei 13.303/2016.
- 16.4. Observado o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da apresentação da proposta os valores contratados poderão ser reajustados de acordo com a variação do Índice ICTI (Índice de Custo da Tecnologia da Informação da IPEA).

16.5. DA CONDIÇÃO PARA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 16.5.1. Comprovação de que a empresa a ser Contratada está apta para prestar suporte integral e atualizações do software durante a execução do contrato. A comprovação pode ser feita na forma de um atestado ou e-mail, emitidos pelo fabricante, ou através de site ou outras mídias digitais que mostrem que são parceiros, ou através de apresentação remota dos códigos-fontes, atestando assim que estão acessíveis à CONTRATADA.

17. DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 17.1. A quantidade máxima disposta no quadro da planilha de preços, coluna (A) é apenas uma estimativa, não sendo estabelecida quantidade mínima de consumo pela Finep. Caso a demanda futura extrapole o quantitativo previsto para o período considerado, o contrato de prestação poderá ser aditivado nos termos da lei.

- 17.2. Junto com as propostas deverá ser apresentada o Anexo II do Edital, Planilha de Custos e Formação de Preços, documento que contribui para a análise crítica da composição dos preços unitários e total, com vistas a mitigar a assimetria de informações e auxiliar na eventual realização de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 17.3. A Finep disponibiliza o "Guia de preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços" para ajudar a preencher as abas da planilha Anexo II do Edital, Planilha de Custos e Formação de Preços.
- 17.4. Tem-se o Anexo II - Planilha de Preços como resultado do preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços.
- 17.5. Nos termos das Portarias SGD/MGI nº 750, de 23 de março de 2023 e SGD/MGI Nº 1.070, de 1º de junho 2023, e da Instrução Normativa Seges/ME nº 73, de 2022, fixou-se em 50% do valor total estimado pela Finep a presunção relativa de inexecuibilidade para cada um dos itens, isoladamente considerados.
- 17.5.1. Caso haja indícios de inexecuibilidade, será assegurada à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta de preços.
- 17.6. A seção Da Equipe Executora, deste Termo de Referência, mostra a estimativa da equipe alocada e taxa de alocação para cada item.
- 17.7. A proposta deverá ser apresentada de forma clara e objetiva, conforme Anexo II do Edital.
- 17.8. Na Planilha de Preços, a coluna (B) contém o valor unitário do item. A coluna (C) contém o total do item. Este é obtido, para cada item, multiplicando-se o valor da coluna (B) pela quantidade especificada na coluna (A).
- 17.9. Cada valor da coluna (C), dos itens S1, S2, S3, deve conter todos os custos para a realização completa dos serviços necessários para as entregas do respectivo item.
- 17.10. O preço global contém a soma dos valores totais dos itens, coluna (C) Total.
- 17.11. Caso a demanda futura extrapole o quantitativo previsto para o período considerado, o contrato de prestação poderá ser aditivado nos termos da lei.
- 17.12. A Proposta deverá conter informações de Preços para cada item descrito neste Termo de Referência, as propostas que não contemplem todos os itens serão descartadas e não será aceita proposta apenas com o valor global, sem apresentar o valor individual de cada item.
- 17.13. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta de preços apresentada, seja quanto aos valores, como condições de pagamento, prazo ou quaisquer outras condições, que importem em modificação dos termos originais.
- 17.14. O Preço proposto apresentado na Planilha de Preços é de exclusiva e total responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo direito de pleitear qualquer alteração nos preços, sob alegação de erro, lapso, esquecimento ou qualquer outro pretexto.

- 17.15. Nos preços ofertados deverão estar incluídos os custos de todos os materiais; serviços; seguros; taxas diversas; despesas com horários extraordinários; encargos trabalhistas; impostos de qualquer natureza; despesas jurídicas; despesas de contabilidade; lucro ou quaisquer outros valores que direta ou indiretamente concorrerem para a execução completa e correta dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- 17.16. Em conjunto com a proposta, deverá ser apresentada declaração da não ocorrência do registro de oportunidade conforme modelo do Anexo II - Planilha de Preços.
- 17.17. A licitante deverá apresentar a Planilha de Custos e Formação de Preços de acordo com o formulário específico disponibilizado. Os custos poderão ser adaptados pela proponente de acordo com o modelo de contratação de pessoal de cada empresa.
- 17.18. Caso seja encontrado Fator-k maior do que 3 também haverá necessidade de diligência e análise pormenorizada dos componentes ou das causas que levaram ao avanço do limite estabelecido como referência, para cada um dos itens (S2 e S3), isoladamente considerados.
- 17.19. Só deverão ser preenchidas as células na cor amarela.
- 17.20. O valor unitário por mês, coluna (B) da Planilha de preços, do item S1, deve ser condizente com o valor preenchido na Planilha de Custos e Formação de Preços, aba S1, Custo por Mês (célula azul).
- 17.21. O valor unitário por mês, coluna (B) da Planilha de preços, do item S2, deve ser condizente com o valor preenchido na Planilha de Custos e Formação de Preços, aba S2, Custo por Mês (célula azul).
- 17.22. O valor unitário por mês, coluna (B) da Planilha de preços, do item S3, deve ser condizente com o valor preenchido na Planilha de Custos e Formação de Preços, aba S3, Custo por Sprint (célula azul).
- 17.23. O valor da global da proposta não pode ser maior que R\$ 9.663.504,00.

18. DA GARANTIA CONTRATUAL

- 18.1. Será apresentada garantia de execução correspondente a 2,5% do valor global do contrato.
- 18.2. A garantia será devolvida após a verificação do cumprimento fiel, correto e integral dos termos contratuais, em quaisquer das seguintes modalidades:

Caução em dinheiro;

Seguro-garantia;

Fiança bancária.

ANEXO I-A - LISTA DE REQUISITOS

S3 – Implantação de Novas Funcionalidades

Requisitos Funcionais

Requisito	Descrição	Complexidade	Unidade
1	Permitir parametrização de envio automático de mensagens, para grupos de usuários específicos, com os prazos de fechamento contábil.	Médio	DCNT1
2	A aplicação deve ser capaz de emitir relatórios e controles gerenciais (PDF, Excel, Word e formato livre) de periodicidade mensal da carteira de crédito que tragam informações constantes em diversas classes de objetos do sistema, tais como número do contrato, nome do mutuário/agente, nome da empresa que recebe o repasse (no caso de repasse interfinanceiro), fonte de recursos, saldo de curto prazo, saldo de longo prazo, perda incorrida, perda esperada e provisão complementar, a perda dada o inadimplemento (LGD), a probabilidade de inadimplemento (PD), garantia, dentre outras.	Alto	DCNT1
3	A aplicação deve ser capaz de emitir relatórios e controles gerenciais (PDF, Excel, Word e formato livre) de periodicidade mensal da provisão para perda associada ao risco de crédito de forma consolidada e individual (por empresa) com abertura entre os tipos de provisão (perda esperada e perda incorrida).	Médio	DCNT1
4	A aplicação deve ser capaz de emitir relatórios e controles gerenciais (PDF, Excel, Word e formato livre) de periodicidade mensal da provisão para perda incorrida que relacione quais os contratos estão inadimplentes, tempo de atraso, classificação da garantia, percentual do fator A, valor do fator A, percentual do fator B e valor do fator B.	Médio	DCNT1
5	A aplicação deve ser capaz de emitir relatórios e controles gerenciais (PDF, Excel, Word e formato livre) de periodicidade mensal do ativo e passivo fiscal diferido, fazendo a correlação com a parte B do livro de apuração do lucro real.	Médio	DCNT1
6	A aplicação deve ser capaz de emitir relatórios e controles gerenciais (PDF, Excel, Word e formato livre) de periodicidade mensal da variação das contas contábeis (análises horizontal e vertical), apresentando críticas e análises pré-definidas / parâmetros.	Extremamente alto	DCNT1
7	A aplicação deve ser capaz de emitir relatórios e controles gerenciais (PDF, Excel, Word e formato livre) de periodicidade mensal dos indicadores contábeis de liquidez, rentabilidade, dívida, alavancagem, dentre outros.	Médio	DCNT1
8	A aplicação deve ser capaz de realizar a parametrização de tabelas de dados e informações contábeis, definição das notas explicativas aplicáveis conforme o período desejado, ordenação do sumário e atualização das referências de datas.	Médio	DCNT1
9	A aplicação deve ser capaz de extrair o valor dos créditos de CBS e IBS que deverão ser calculados pela solução de pagamentos administrativos da Finep.	Médio	DCNT1
10	A aplicação deve ser capaz de atender aos dispositivos legais da Reforma Tributária.	Médio	DCNT1

11	Permitir que o sistema calcule e cobre o valor das multas a serem aplicadas pelo descumprimento de obrigações contratuais, conforme previsto nos contratos da Finep, como por exemplo 1) cobrança avulsa ou periódica, com geração de notificações e alertas necessários e disponibilização de memória de cálculo; 2) inclusão das multas nas faturas em prévia já existentes ou criando novas faturas avulsas; 3) configurar percentuais fixos, percentuais variáveis ou faixas máximas e mínimas de valores; 4) incluir o cálculo de mora por atraso em caso de não pagamento das multas (o procedimento previsto em contrato é diferente em relação aos eventos ordinários).	Médio	DAOC/ DGOR
12	Permitir escolher entre emitir o boleto da multa separadamente ou incluir o valor da multa no boleto da parcela mensal de amortização e juros. Nesse caso, o sistema e/ou o boleto deverão apresentar os valores discriminados, permitindo ao cliente identificar o que se refere à multa, à amortização e aos juros separadamente.	Médio	DAOC
13	Criar processo que permita a migração em lote, pelo usuário, de diversas planilhas Excel de análise de crédito localizadas em local específico da rede da Finep.	Alto	DAOC
14	Criar processo que permita a migração em lote, pelo usuário, de diversos documentos financeiros, em diversos formatos (pdf, Excel, Word etc.), localizados em local específico da rede da Finep.	Alto	DAOC
15	Reconfigurar o processo de conciliação bancária de modo a permitir, na tela do processo: inserção de filtro por faixa de valor sem necessidade de reiniciar o processo; seleção de conta bancária sem necessidade de reiniciar o processo; seleção de período específico a ser analisado sem necessidade de reiniciar o processo; seleção que demonstre lançamentos conciliados, não conciliados e ignorados por filtro, ao invés de blocos separados (verificar imagem anexa referente à tela do processo que se deseja reconfigurar).	Médio	DTES1
16	Criação de rotina de fechamento de câmbio (compra e venda de moeda estrangeira) que permita o lançamento de valor de compra e venda e crie os lançamentos na conta bancária da empresa com discriminação de taxas, impostos e demais custos, bem como permitir a geração de lançamentos de câmbio e conciliação dos valores.	Médio	DTES1
17	Permitir o cadastro de fornecedores, com especificação de recolhimento de impostos, local fiscal e demais informações necessárias para o controle dos pagamentos administrativos.	Médio	DTES1
18	Permitir o registro de contratos administrativos com integração para os sistemas Finep que realizam a gestão física dos contratos por parte dos fiscais de contrato.	Médio	DTES1
19	Permitir a geração de ordens de pagamento, manualmente ou via integração com os sistemas Finep que realizam a gestão dos contratos administrativos, com possibilidade de inclusão de notas de faturamento.	Médio	DTES1
20	Permitir a rotina de pagamentos administrativos de forma individual ou em lote, com criação de arquivo bancário e/ou integração com a rede bancária.	Médio	DTES1
21	Permitir pagamento para determinado fornecedor com retenção de impostos para diversos outros fornecedores (subfornecedores). Exemplo: pagamento para agências de	Médio	DTES1

	viagens com retenção de impostos para o fornecedor, mas também para companhias aéreas.		
22	Permitir pagamento de títulos com leitura de código de barras e QR Code, de diversas formas de leitura: DARF, DARM, GRU, QR Code Pix, entre outros.	Médio	DTES1
23	Permitir geração de DARF, via integração, para geração de pagamento de COSIRF, INSS e demais impostos referentes a retenções de fornecedores.	Médio	DTES1
24	Permitir o registro dos pagamentos administrativos por meio da leitura de arquivos retornos, integração com a rede bancária, ou de maneira manual.	Médio	DTES1
25	Permitir o cálculo do Caixa Mínimo conforme indicadores parametrizáveis.	Médio	DTES1
26	Permitir cálculo da projeção de caixa mínimo conforme ferramenta de projeção de fluxo de caixa já implantada.	Médio	DTES1
27	Permitir criação de indicadores referentes ao Caixa Mínimo.	Médio	DTES1
28	Permitir simulações de valores de Caixa mínimo utilizando simulações de fluxo de caixa.	Médio	DTES1
29	Realizar integração com o sistema Finep que faz a gestão da carteira não reembolsável do FUNTTEL, de modo a permitir o cálculo e a cobrança de taxa de administração (geração automática de fatura de recebimento), e para que seja possível controlar o andamento dos projetos (valor já liberado, valor a liberar etc.).	Médio	DGRF
30	Alteração no fluxo de captação, de modo a permitir a validação da área da secretaria executiva do FDNCT na validação das faturas da dívida, entrada de recursos etc. (imagem do processo a ser modificado em anexo).	Médio	DGRF
31	Permitir armazenamento de extrações de Analytics em local da rede, de modo que seja possível a leitura pela ferramenta de BI.	Médio	DGRF
32	Ajustar o processo de envio de boletos bancários aos clientes, tanto o automático quanto o manual, para que possa enviar outros documentos junto aos boletos: demonstrativos do boleto (em PDF e Excel) e memória de cálculo (em Excel e PDF) – disponibilizar API para que todos os documentos citados possam ser solicitados e encaminhados via chatbot e aplicativos de comunicação (ex.: Whatsapp), ambos suportados por Inteligência Artificial.	Baixo	DGOR
33	Criar configuração diversas regras para reenvio dos boletos bancários aos clientes em datas específicas (exemplo: clientes que ainda não efetuaram seus pagamentos, enviar novamente um dia antes dos respectivos vencimentos). Deverá ser possível especificar, no mínimo, os seguintes parâmetros: data de vencimento, envio em data específica, número de dias (úteis ou corridos) antes do vencimento, número de dias (úteis ou corridos) após o vencimento, se dia útil ou dia corrido, a forma de envio (por e-mail, aplicativo de comunicação (Whatsapp, por exemplo)). Deverá haver local para armazenamento dos templates básicos tanto do e-mail quanto das mensagens de envio dos boletos, e estes deverão ser editáveis pelo usuário.	Médio	DGOR
34	Criar configuração que possibilite ao usuário selecionar, para cada cliente, a criação de um boleto por fatura ou um	Médio	DGOR

	único boleto para todas as faturas a vencer em uma determinada data. Por exemplo: No caso de um cliente com 5 faturas, a configuração deverá permitir as opções de criação de 1) um boleto único para todas as faturas ou 2) cinco boletos, um para cada fatura.		
35	Criar processo que permita a geração de documento de adimplência financeira para garantidores (seguradoras e bancos). Esse processo também deverá permitir o envio do documento, via e-mail, aos garantidores. A tela deverá permitir adicionar ou excluir e-mails, com CC e CCO, com inclusão da estrutura de assinatura já existente no sistema e edição do template básico. Deverá haver também um local para que template básico possa ser editável pelo usuário.	Médio	DGOR
36	Ajustar o fluxo de liberação (ver imagem do fluxo, anexa) de modo que as etapas de execução intermediárias possam retornar o fluxo ao início do processo, para correção de informações.	Médio	DGOR
37	Criar processo de envio automático de e-mail de "boas-vindas" aos clientes quando houver o cadastro de novos contratos, tanto no plano direto quanto no descentralizado (novos agentes financeiros), assim como quando ocorrer uma nova liberação de crédito. O e-mail deverá permitir anexar documentos automaticamente. Deverá haver um local para edição dos templates básicos dos e-mails para edição pelo usuário. Neste local, o usuário poderá selecionar quais documentos serão anexados automaticamente aos e-mails. Por exemplo: extratos, fluxo de pagamentos, listagem de clientes, contratos e valores que receberam liberações (em XLSX e PDF).	Médio	DGOR
38	Criar campos para carregamento de arquivos externos (anexos) nos processos que demandam informações sobre prestação de contas, entre eles "liquidação antecipada", devolução de valor não utilizado, vencimento antecipado, pagamento avulso, cobrança avulsa e termo de encerramento de contrato.	Baixo	DGOR
39	Criar processo de geração do relatório de saldo devedor (atualmente existente) de forma individualizada para cada cliente (direto, descentralizado e agentes financeiros), segregando-o por contrato e subcrédito. Após a geração do relatório individualizado, o processo deverá enviar automaticamente aos respectivos clientes, com possibilidade de configuração de datas de envio automático pelo usuário. Deverá haver uma configuração no contrato para seleção do envio automático ou não.	Médio	DGOR
40	Possibilitar que o processo manual de "cobrança avulsa" também seja acionado através de método de tela nos contratos.	Baixo	DGOR
41	Redesenhar o processo de geração e envio de extrato, possibilitando que o documento seja customizado por cliente, incluindo ou retirando partes (segmentos de informação) do documento (ex.: retirar ou colocar campos para garantias para determinados clientes), que permita extrato consolidado (por contrato) ou analítico (por subcrédito). Deverá haver um local para o template de e-mail, em que possa ser editável pelo usuário (a exemplo do processo do fluxo de pagamentos), com segmentação por tag, por grupo de usuário, e possibilidade de inclusão e exclusão de e-mails no momento do envio. O processo	Médio	DGOR

	também deverá permitir o envio do extrato via aplicativo de mensagem (Ex.: WhatsApp), com possibilidade de edição da mensagem de envio.		
42	Possibilitar a vinculação de outras moedas contratuais (especialmente a UR-IPCA - moeda contratual usada especificamente pela Finep) com o indexador JUROS TR.	Baixo	DGOR
43	Criar alerta ao usuário de garantia quando a renovação das garantias estiver para ocorrer em um período inferior a dois anos do término do contrato, de modo que o prazo de renovação da garantia possa ser ajustado para: 1) até X meses após o fim do contrato; 2) possibilitar períodos de renovação inferiores a um ano; ou 3) possibilitar períodos de renovação superiores a um ano, podendo gerar otimização do mix de garantias.	Baixo	DGOR
44	Ajustar o processo de fluxo de pagamentos (previsão de retorno dos contratos da carteira ativa - diretos, descentralizados, cartas de crédito - e carteira passiva) para que este converta os valores das faturas em prévia de unidades monetárias para Reais (R\$) utilizando as cotações de moedas de seus respectivos vencimentos e, se as cotações não existirem, que utilize a última cotação de moeda disponível. O processo deverá prever, alternativamente, a possibilidade de criação do fluxo de pagamentos utilizando cotações projetadas (ao invés das cotações "reais"), previamente criadas no sistema;	Médio	DGOR
45	Permitir a criação de múltiplos contratos do tipo "Emissores de Fatura" (contratos que mantêm as rotinas de faturamento, mas não geram contabilização), vinculados a um mesmo contrato do tipo "Cobrança Consolidada" (contrato que consolidou a dívida da empresa em determinada data, e que gera contabilização) para permitir que os garantidores sejam cobrados conforme o contrato original. Neste caso, cada contrato do tipo "Emissor de fatura" deverá ter seu próprio saldo devedor e estará vinculado aos respectivos garantidores e garantias, e o sistema precisa ter registrada a proporcionalidade de cada garantidor sobre o contrato original, para fins de sequência de execução da recuperação de crédito. Desenvolver processo de registro em sistema de acordos judiciais vinculados à versão do contrato, e registro sistematizado do cumprimento do acordo judicial - inclusive com emissão de boleto para garantidor, encerramento parcial com exoneração de garantias para garantidores e registro da retirada do vínculo contratual após cumprimento de acordos judiciais com esse perfil.	Alto	DGOR
46	Permitir integração com o site da Finep para acionamento da funcionalidade de geração de carta de circularização bancária via API. Neste caso, o cliente informará alguns dados no site (como CNPJ, data-focal, empresa de auditoria, e-mails de destino, entre outros), e o sistema deverá receber os pedidos via integração, processar os pedidos e enviar aos e-mails informados na solicitação, com opção de envio aos contatos do cliente.	Médio	DGOR
47	Criar campo "resta pagar" nas faturas, para capturar eventuais valores que não tenham sido pagos no processo de pagamento a menor.	Médio	DGOR

48	Criar outros status de fatura, como exemplo "Pago parcialmente", "em atraso", e os correspondentes ajustes nos relatórios gerados pelo sistema.	Baixo	DGOR
49	Alterar o processo de cobrança avulsa para que permita a inserção de valores em unidades monetárias (que utilizam moedas contratuais) criando prévias. Também deverão ser criados alertas e notificações aos usuários e aos clientes (por e-mail e por aplicativo de mensagem (ex.: Whatsapp) para informar a tanto a criação quanto a emissão das faturas. Essas notificações deverão ser editáveis pelo usuário e deverão conter campos os seguintes campos: financiada, contrato, valor UM, valor Real, data de vencimento, link para obtenção do boleto.	Médio	DGOR
50	Permitir que os pagamentos realizados à maior, quando em atraso e com inclusão de valor adicional referente a encargos moratórios, ajustem os valores das faturas com os respectivos encargos moratórios pagos; e, adicionalmente, confronte o valor adicional pago com os encargos moratórios devidos (que podem ser maiores ou menores) e efetue devolução do excedente ou cobre valor devido remanescente na próxima fatura.	Médio	DGOR
51	Ajustar relatórios de fechamento contábil para que passem a contemplar adequadamente as novas funcionalidades já implementadas - liquidação antecipada, vencimento antecipado, pagamento avulso, valores não utilizados, entre outros – especialmente o relatório de transferência de saldos entre Curto Prazo e longo Prazo.	Médio	DGOR
52	Criar uma memória de cálculo das faturas em formato XLSX e PDF, tanto para a fatura como um todo quanto para cada evento financeiro contido nela, a serem enviadas juntamente com os boletos. No formato XLSX, os cálculos devem ser feitos utilizando as fórmulas de cálculo originais do sistema, e não com a simples exibição dos valores calculados, para todos os eventos (amortização, juros, moras, etc.).	Médio	DGOR
53	Criar uma funcionalidade que permita a seleção de processos para geração automática de múltiplos arquivos (um pacote de relatórios e/ou analytics) individualizados conforme especificação de determinados campos do sistema pelo usuário, e que a geração dessas consultas possa ser programada (dia do mês e horário) pelo usuário para serem disparadas aos grupos de usuários ou para clientes (diretos ou agentes financeiros) automaticamente ou que sejam enviadas no momento de sua execução. (ex.: processo de geração de relatório de saldos: o usuário criará uma configuração para este processo, especificando o campo "Cliente", e o sistema irá criar um arquivo de relatório de saldos para cada cliente, e o enviará aos contatos deste cliente, de forma automática e periódica).	Alto	DGOR
54	Permitir que um agente financeiro acione, via API, consultas pré-configuradas (analytics) pelo usuário e as receba em seus e-mails cadastrados no sistema.	Médio	DGOR
55	Permitir que os processos de notificação por e-mail do sistema, incluindo a atual funcionalidade de objetos de notificação, contemplem o envio para clientes externos e agentes financeiros.	Médio	DGOR

56	Criar uma ferramenta de verificação ativa de todos os dados que são intercambiados com outros sistemas internos, com Serasa e com CADIN, para verificação da integridade dos dados intercambiados entre os sistemas, com possibilidade de configuração de rotina automática periódica (diário, semanal, quinzenal, mensal e definição de horário de processamento) ou acionamento imediato pelo usuário. Deverá ser criada uma classe de dados para registro de cada um dos logs com os erros eventualmente identificados, para que possam ser tratados pelos usuários.	Médio	DGOR
57	Caso a ferramenta de verificação ativa, ou o usuário, identifique divergência em relação a prazos do financiamento, taxas de juros ou datas de assinatura dos contratos, o sistema deve permitir a correção dessas informações e, em seguida, orientar o usuário ao cálculo das diferenças em cada uma das situações, a fim de: 1) gerar faturas avulsas para cobrança da diferença; 2) gerar a devolução de valores excedentes ao cliente mediante pagamento pela Tesouraria; ou 3) inserir eventual crédito como crédito futuro, para desconto na próxima fatura.	Médio	DGOR
58	Permitir o registro de pagamentos avulsos como tendo sido pagos pelos garantidores dos contratos, consequentemente, consumindo os limites das garantias.	Médio	DGOR
59	Ampliar as classes de dados e processos do sistema disponíveis na ferramenta "objeto de notificação/evento de notificação" (atualmente a ferramenta só possibilita notificações para as classes "Contrato", "Fatura", "Garantia", "Liberação" e "Liberação não reembolsável") e permitir envio também para clientes externos e agentes financeiros;	Médio	DGOR
60	Permitir a criação de agrupamentos (tag) de endereços, SMS, whatsapp e e-mails por perfil de contatos (financeiro, acompanhamento, garantias, descentralizado etc.) para cada empresa, possibilitando que os processos do sistema sejam vinculados a cada tipo de agrupamento através das tags. As API's existentes devem ser ajustadas para permitir que os sistemas integrem utilizando esses agrupamentos.	Médio	DGOR
61	Inserir ferramenta de chatbot, suportado por Inteligência Artificial, capaz de responder a questionamentos do usuário sobre consultas a informações e funcionalidades do sistema, além de ensinar, passo a passo, a criar novos objetos e consultas (analytics), a realizar as atividades do sistema e sanar dúvidas sobre seu funcionamento (Exemplo: Consulta: "Como eu faço para obter os arquivos de remessa?"; Consulta: "Qual o saldo devedor do contrato XX?" Ferramenta: "O saldo devedor da operação XX é YY no dia ZZ, com TT de Principal e WW de Juros pro rata").	Médio	DGOR
62	Introduzir ferramenta, com apoio de Inteligência Artificial, para responder a questões formuladas, através de texto, por usuários, produzindo respostas estruturadas e significativas, e possam ajudar a esclarecer dúvidas e resolver problemas. Permitir que a ferramenta seja "treinada" com o conhecimento existente para auxiliar nas respostas, seja através de textos, planilhas, entre outros. (Exemplo: dúvida de memória de cálculo de uma fatura: a ferramenta baseada em IA deve gerar uma resposta em texto explicando como funciona especificamente o cálculo, as fórmulas, arredondamentos, índices financeiros e	Médio	DGOR

	cotações de moedas utilizados no cálculo daquela fatura. Permitir que a ferramenta seja treinada pelos usuários e seja alimentada com nosso FAQ e outros elementos necessários para apurar as respostas).		
63	Inserir ferramenta suportada por inteligência artificial que auxilie na formulação de quesitos para fins de instrução de perícias econômicas em processos judiciais dos quais a Finep é parte. Ela deve permitir que a alimentemos com todos os casos passados, listas de quesitos ora formulados, com processos finalizados e em andamento, com apostilas de cálculos financeiros, entre outros conhecimentos necessários. Por fim, devemos inserir o caso atual, e a ferramenta deve formular os quesitos para o caso demandado, e ainda indicar ao usuário casos anteriores com maior similaridade.	Médio	DGOR
64	Permitir a geração de arquivo remessa, ou envio das informações via API (conforme disponibilidade do Banco conveniado), e emissão de boletos em funcionalidades de pagamento recorrente e/ou imediato, como liquidação antecipada parcial e total.	Médio	DGOR
65	Realizar integração com o site da Justiça Federal para importar os Índices da Justiça Federal (IJF); criar novo índice financeiro IJF, que deverá estar disponível na ferramenta de consolidação e atualização de dívida de clientes em cobrança judicial. Deverá haver rotina para atualização automática periódica para atualização dos índices IJF.	Médio	DGOR
66	Ter funcionalidade para a geração e envio de arquivos XLSX, com o fluxo de pagamento dos financiamentos descentralizados, diretos e com agentes, utilizando cotações reais ou projetadas, agrupando os eventos financeiros em diferentes periodicidades (mês, trimestre, semestre ou ano). A geração dos arquivos deve ser possível para cada cliente ou agente, por tipo de contrato (direto, descentralizado, carta de crédito, entre outros), com solicitação de envio pelos próprios clientes via API; esta funcionalidade deve permitir o agendamento de processamento para envio automático dos arquivos a usuários do sistema ou a contatos dos próprios clientes/agentes descentralizados.	Médio	DGOR
67	Aprimorar o Pannel de Atendimento com soluções apoiadas por Inteligência Artificial, de modo a gerar um briefing diário para envio por e-mail, com as atividades a serem realizadas no dia e para os dias seguintes, endereçadas aos usuários individualmente, grupos de usuários, gerentes e superintendentes, com o usuário podendo configurar a melhor hora para recebimento (final do dia anterior ou pela manhã).	Médio	DGOR
68	Criar um processo de emissão e envio de recibos de pagamento a ser enviado aos clientes, por e-mail e por aplicativo de mensagem (ex.: Whatsapp), assim que o pagamento é registrado; este novo processo deve permitir que os recibos sejam disparados conforme o evento financeiro registrado, permitindo leiautes pré-definidos diferentes para cada tipo de evento financeiro, e por tipo, situação e status de contrato. Os templates de e-mails e mensagens deverão ficar armazenados em local específico além de permitir edição pelo usuário.	Médio	DGOR

69	Permitir a integração com os sistemas operacionais da Finep, para que informações dos projetos (unidade responsável, adimplência técnica, adimplência de prestação de contas, situação do projeto, entre outras) migrem para o sistema financeiro via API. Com a informação das unidades responsáveis, os processos de envio de notificação e disparo de e-mails devem ser revisados para receber campo adicional para inclusão de contato interno (unidades responsáveis), inclusive em notificações disparadas às financiadas. Os processos de liquidação antecipada parcial e total e o de vencimento antecipado deverão utilizar as informações de adimplência de prestação de contas em seus respectivos processos.	Médio	DGOR
70	Alterar o processo de encerramento de contratos, com a inclusão das etapas não abordadas pelo atual processo no sistema, incluindo validações de informações de adimplência técnica e de prestação de contas, registro de pendências e pagamentos de encargos devidos, encaminhamento à Área Jurídica para realização de suas atividades, melhoria no analytics de controle, substituindo a atual planilha compartilhada.	Médio	DGOR
71	Alterar o processo de aplicação de "Stand still", tornando-o mais robusto e seguro: (1) simulação da aplicação do stand still comparado com o atual fluxo de pagamentos, para auxiliar tomada de decisão; (2) relatórios consolidados com projeção (antes) ou acumulação (depois) da capitalização por evento e total; (3) disponibilizar todas as orientações aos usuários e financiadas via <i>chatbot</i> apoiado por Inteligência Artificial.	Médio	DGOR
72	Alterar a rotina de geração da perda esperada, com a inclusão de novas etapas de validação para as unidades envolvidas (Garantias, Acompanhamento de Crédito, Contabilidade e Gestão Financeira) com solução dos ajustes efetuados na base de dados de origem, eliminando todo o trâmite de informações por fora do sistema e falta de integridade dos dados. Deverá, também, contemplar o processo de cura de operações, para redução do estoque de perda esperada.	Médio	DGOR
73	Incorporação dos processos relacionados a Fundos Garantidores de Crédito: incorporação de garantia "FGC Sebrae" ao rol de garantias e adequação dos contratos à nova modalidade; migração dos percentuais garantidos em cada operação de financiamento, recebimento de pagamentos com registro em faturas prévias e emitidas e contabilização automática, divisão dos pagamentos entre financiadas e o Fundo Garantidor, cálculo do saldo devedor (com a respectiva atualização monetária do saldo e dos depósitos ao FGC por índice definido pelo Fundo), aplicação do recurso do garantidor em fundo específico, resgates de valores do fundo para pagamento ao garantidor, controle do saldo do fundo, geração de relatórios trimestrais para envio ao garantidor.	Médio	DGOR
74	Estruturar e sistematizar o processo de cobrança periódica (semestral ou anual) do Encargo por Reserva de Crédito (ERC), importando do sistema Finep que realiza a gestão dos projetos reembolsáveis, via API, a lista de contratos e liberações que devem ser objeto de cobrança, envio às unidades operacionais para ratificação da cobrança; em	Médio	DGOR

	caso de não incidência, exibir campo para registro das justificativas em sistema; cálculo do valor do ERC individualizado por liberação; encaminhamento para cobrança avulsa, substituindo os procedimentos hoje realizados por planilha e arquivados na rede. O sistema deverá armazenar as informações em classe específica, onde guardará todas as informações da cobrança periódica (especialmente: cliente, CNPJ, contrato, liberação, data prevista, valor R\$, data final do cálculo da cobrança periódica). Uma cobrança periódica deverá servir de base para a cobrança periódica seguinte, ou seja, a data em que uma termina, será a data de início da próxima cobrança periódica.		
75	Estruturação e sistematização do processo de execução de seguro-garantia, incluindo unidades que hoje não estão no sistema.	Médio	DGOR
76	Alterar o processo de atualização de dívida, fazendo com que o sistema disponibilize versões de consolidações de dívida (financiada, garantidores, original, Recuperação Judicial ou outra que tiver) conforme o tipo de situação do contrato (ex.: recuperação judicial não homologada, Recuperação Judicial Homologada, Contencioso Judicial, Falência, entre outros) customizáveis pelos usuários (ex.: selecionar novos indexadores, spreads, prazos), inclusive se devem ser "visíveis" para contabilização ou não.	Médio	DGOR
77	O sistema deverá executar a atualização de dívida imediatamente sempre que ocorrer o registro de um pagamento ou por demanda gerada por usuário - os saldos devedores nas diversas versões serão atualizados com envio de planilhas para o Contencioso após atendimento de atividade específica para revisão, com possibilidade de substituição de planilha e aprovação para envio efetuada por um usuário do DGOR, semi-automatizando os cálculos. É importante que haja a possibilidade de editar tais cálculos, caso haja alguma determinação judicial.	Médio	DGOR
78	Permitir a segregação da "Parte Finep" de demais recursos em todos os eventos financeiros utilizados atualmente, especialmente os diversos tipos de "Descontos", de "Juros Moratórios", de "Multa Moratória", "Multa Contratual", etc.	Médio	DGOR
79	Incluir a informação de "fonte de recursos" em todos os eventos financeiros, incluindo Tarifas, juros moratórios, multa moratória, entre outros.	Médio	DGOR
80	Ter um assistente de renovação/substituição de garantia, apoiado por inteligência artificial, que analise cada empresa e documento e sugira conjunto de garantias para serem renovadas, tendo em vista histórico de pagamento, rating da empresa, opções de garantias limitadas pelo contrato, entre outras informações existentes no sistema.	Alto	DGOR
81	Tornar dados básicos do sistema comuns às diversas classes de dados e aos diversos processos do sistema – ex.: CNPJ em fatura. Ou seja, criar uma tabela de dados básica que seja compartilhada com as diversas classes de dados e com as instâncias de processos do sistema, a fim de facilitar a extração de dados do sistema.	Médio	DGOR

82	Habilitar notificações por SMS e aplicativo de mensagem (ex.: Whatsapp), ativáveis pela API a pedido da financiada ou manualmente pelo usuário, para alertas sobre data de vencimento de boleto e de garantia, atrasos da régua de cobrança, realização de liberações de recursos e outros eventos configuráveis. Deverá haver um local no cadastro do cliente em que este permita o envio de mensagens por aplicativo de mensagem e/ou SMS. A API de cadastro, atualmente existente, deverá ser ajustada para comportar os contatos pro SMS e aplicativo de mensagens.	Médio	DGOR
83	Criar um processo para geração de fluxo de pagamentos recebidos (fluxo de caixa dos pagamentos efetuados pelos clientes à Finep - fluxo de caixa dos retornos de cobrança) e fluxo de pagamentos efetuados (fluxo de caixa dos pagamentos efetuados pelos pela Finep às fontes de recursos), que traga a entrada/saída de valores do caixa da Finep dia a dia, com possibilidade de filtro por data. O processo deverá permitir a configuração de filtros de contrato por: tipo de contrato, versão de contrato, por situação, por status do contrato. O fluxo deverá estar disponível tanto por "data de pagamento" de fatura quanto por "data de repasse" dos valores; deverá trazer os valores dia a dia segmentados por evento financeiro e por fonte de recursos da contabilidade.	Médio	DGOR
84	Inserir ferramenta de Inteligência Artificial de captura de imagens, leitura e interpretação de textos, gráficos, quadros e tabelas para auxílio em documentos PDF recebidos relativos à Demonstrações Financeiras, Balanços, Recuperações Judiciais, Acordos Judiciais, Processos Judiciais, Notificações de órgãos de controle, Ofícios em geral, convertendo essas informações em texto e, identificando similaridades, no preenchimento automático de campos do sistema (que serão editáveis posteriormente pelo usuário, em caso de inconsistência). Essa ferramenta deverá permitir treinamento com diversos documentos e solicitar confirmação do usuário.	Médio	DGOR
85	Fornecer ferramenta de chatbot, suportada por Inteligência Artificial, para atendimento ao cliente externo, via API, a fim de esclarecer dúvidas, prestar informações, enviar documentos como boleto bancário, extrato, fluxo de pagamentos, planilha de memória de cálculo entre outros, desde que seja corretamente identificada a solicitação e enviar como anexo por e-mail ou por aplicativo de mensagem (Ex.: Whatsapp). A ferramenta deve aprender também com as correções efetuadas pelos usuários. As respostas externas não devem ser enviadas automaticamente, devendo passar obrigatoriamente por avaliação humana para eventuais ajustes e correções e depois serem transmitidas ao cliente.	Alto	DGOR
86	Ter uma ferramenta de identificação de erros de lançamentos, inconsistências numéricas e de detecção de fraude, suportada por Inteligência Artificial, capaz de analisar padrões de transações identificando até as menores anomalias que possam indicar atividade fraudulenta ou inconsistência. Deverá haver um local próprio para registro e armazenamento dos logs de inconsistência identificados pela ferramenta.	Médio	DGOR

87	Sempre que um modelo de Inteligência Artificial gerar uma recomendação (ex.: reprovar renegociação, sugerir plano de recuperação), o sistema deve exibir uma explicação legível sobre os principais fatores que influenciaram a decisão, com pesos relativos quando aplicável.	Alto	DGOR
88	As ferramentas suportadas por Inteligência Artificial devem demandar, periodicamente, que os usuários forneçam feedback direto em pontos específicos da interface, com avaliação de satisfação, e posterior ajuste nas exibições das informações conforme as estatísticas de resposta aos feedbacks. Essas estatísticas devem estar disponíveis aos usuários para análise humana.	Médio	DGOR
89	Criar um centro de ajuda dentro do sistema, em haja ferramenta de busca por temas e conteúdos contextualizados, indicando manuais existentes do sistema assim como vídeos de capacitação. Este centro de ajuda deverá ter suporte por Inteligência Artificial para melhor suporte ao usuário.	Médio	DGOR
90	Disponibilizar e adaptar o cálculo de Valores Não Utilizados às operações descentralizadas (atualmente existente apenas para as operações diretas), com todo o processo associado (inserção da demanda, cálculo, notificação do agente, registros em faturas e cobrança via boleto, integrado à parcela mensal ou avulso).	Médio	DGOR
91	Adaptar os processos de processamento da cobrança (geração do arquivo remessa e processamento dos arquivos de retorno bancários) ao modelo CNAB400 adaptado para realização de pagamentos por PIX. Deverá ser disponibilizada a função de PIX Automático, com os respectivos ajustes nos arquivos remessa e retorno, conforme padrão de arquivo bancário demandado pelo banco conveniado da Finep, com o registro de aprovação/recusa/exclusão da autorização no cadastro dos clientes que tiverem aderido à funcionalidade.	Médio	DGOR
92	Permitir que as atualizações de dívida de contratos em cobrança judicial utilizem data e valor dos depósitos judiciais como data de pagamento e valor efetivamente pagos. As faturas deverão ter novo campo para inclusão da "Data do depósito Judicial", e o processo de atualização de dívida deverá ser ajustado para contemplar esta data, em substituição à "Data de pagamento" registrada na fatura. Todos os cálculos no citado processo, ao ser selecionada a opção de usar "Data do depósito Judicial" como data de pagamento, deverão levar em consideração esta data.	Médio	DGOR
93	Os saldos devedores de contratos em cobrança judicial ou em versão de cobrança consolidada deverão ser atualizados diariamente conforme regras inseridas pelo usuário, devendo ser armazenadas em local específico no cadastro do contrato. O sistema deverá ter um método de tela para que o usuário insira todos os parâmetros de cálculo, que permitam ao sistema atualizar as dívidas de forma automática. Este saldo deverá ser informativo, não servindo para fins de contabilização.	Médio	DGOR

94	Elaboração dos resultados da cobrança em D+30 e envio às unidades selecionadas pelo usuário por dentro do sistema, substituindo as atividades realizadas externamente, incluindo a correção de baixas que saem registradas no sistema como "Outros valores devidos". Para isso, os campos descritos como "Outros Valores (...)" deverão ser substituídos por eventos financeiros existentes no sistema.	Médio	DGOR
95	Inclusão das informações de fonte de recursos nos objetos de baixa de pagamentos, para que seja possível o cruzamento de informações das baixas à menor com as respectivas fontes de recursos.	Médio	DGOR
96	Permitir integração com as APIs dos tribunais, de modo a possibilitar consultas periódicas aos processos judiciais cadastrados. O sistema deverá notificar as partes envolvidas quando houver qualquer atualização dos processos.	Médio	AGEF
97	Permitir a integração com a rede bancária através de APIs diretas, além da geração e leitura de arquivos nos formatos CNAB240 e CNAB400.	Médio	AGEF
98	Alterar o processo de liberação de recursos para Agentes Financeiros, permitindo a verificação de adimplências dos clientes descentralizados no momento das liberações, e retirando dos repasses os valores destinados a clientes que estejam inadimplentes.	Médio	AGEF
99	Permitir que a definição da fonte de recursos seja feita em lote, ao invés de uma a uma, no processo de liberação.	Médio	AGEF
100	Permitir a projeção dos limites de exposição dos Agentes Financeiros, levando em consideração os saldos ainda não desembolsados dos contratos descentralizados.	Médio	AGEF
101	Permitir o cadastro de intervenientes de contratos, e alterar o processo de liberação de modo que as certidões dos intervenientes também sejam verificadas na atividade de verificação de adimplência.	Médio	AGEF
102	Permitir emissão de documentos para o sistema SCR - Bacen	Médio	AGEF
103	Permitir a contabilização dos fundos de investimento em participações (FIPs) entre curto e longo prazo	Médio	AGEF
104	Gerar GRU de devolução de recursos de fundos de investimento ao FNDCT quando do retorno de recursos desta natureza, com envio de atividade de pagamento autorizado para a tesouraria.	Médio	AGEF
105	Tornar automática a inclusão dos modelos de fiança bancária e seguro garantia nas notificações de 120, 90 e 65 dias antes do vencimento antecipado. Ter um local de armazenamento destes modelos em que o usuário possa atualizá-los.	Médio	DAAG

106	Permitir cadastro de itens de contratos administrativos, manualmente ou via API com o sistema que realiza a gestão destes contratos, que sejam atrelados a contas contábeis específicas para a geração de lançamentos contábeis adequados no momento do lançamento da despesa.	Médio	AGEF
107	Permitir que os faturamentos estejam atrelados a centros de custos, e que haja verificação orçamentária no momento da autorização.	Médio	AGEF
108	Realizar integração com sistemas externos que tratem do acompanhamento de projetos e programas operados com parceiros, de modo a possibilitar pagamentos e envios de informações	Médio	DGRF
109	Criar processo que permita a alteração de informações de diversas garantias via carga de planilha, em complemento à funcionalidade do visualizador de informações cadastradas como atualmente é o Analytics (ex.: configurar todas as informações e campos, e permitir atualizar valor, inserir comentários, alterar números, inativar, entre outras, diretamente na tabela)	Médio	DAAG
110	Permitir vincular um anexo previamente configurado automaticamente em notificações (ex.: inserir o modelo de carta de fiança na notificação de 120 dias)	Médio	DAAG
111	Possibilitar leitura de arquivos para extração de informações e abastecimento do sistema (ex.: extrair valor, número, banco, entre outras, de uma carta de fiança)	Alto	DAAG
112	Possuir ferramenta que verifique a validade de assinaturas de documentos.	Médio	DAAG
113	Atualizar automaticamente as regras de poderes de signatários dos bancos e seguradoras e considerá-lo na análise das assinaturas	Médio	DAAG
114	Expandir o sistema de gestão de cadastros, com categorização da lista de contatos, e possibilidade de vincular as notificações/comunicações para uma categoria específica (ex.: contatos para garantia, para cobrança, institucional etc.)	Médio	DAAG
115	Permitir alocação de usuário por contrato, para que seja possível, por exemplo, incluí-los em cópia em notificações, direcionar as atividades de aprovação etc. A alocação do analista poderá se dar via integração com outros sistemas da Finep que já possuem esta informação.	Médio	DAAG

Requisitos Não-Funcionais

Requisito	Descrição
1	A solução não deve gerar custos adicionais para uso de licenças de softwares de terceiros para uso na Finep.
2	A solução deve manter compatibilidade com a atualmente instalada na estrutura da Finep.
3	A solução deve ser compatível com as versões mais atuais dos principais navegadores web, incluindo o Google Chrome.

4	A interface web deve suportar o certificado SSL
5	A solução não deve armazenar dados de negócio nas estações dos usuários.
6	O tempo de resposta a cada interação do usuário não deve ser superior a 10 segundos, salvo nas transações que consistem em processamento de grande volume de dados para geração de arquivo ou relatório.
7	Não deve ser possível que usuário acesse diretamente a Base de Dados, nem por meio de injeção de código SQL.
8	Manter o funcionamento de toda a solução e livre de falhas.
9	O uso de IA deve respeitar as políticas e normativos da Finep. a. Ao desenvolver ferramentas ou processos que incorporem IA generativa, deve-se monitorar continuamente seu desempenho em relação à finalidade pretendida. b. Comunicar de forma clara e objetiva quando e como a IA está sendo utilizada, informando explicitamente quando conteúdos forem gerados por IA. c. Sempre que possível, informar as fontes de dados utilizadas pela IA para gerar suas respostas, garantindo a rastreabilidade e confiabilidade da informação. d. Informações sensíveis geradas pela IA não devem ser armazenadas em locais não autorizados e as diretrizes de retenção de dados devem ser periodicamente revisadas para garantir conformidade com as políticas institucionais.
10	Conceitos/Termos de negócio devem ser referenciados da mesma forma em todas as telas e relatórios. Por exemplo, não se pode exibir "Departamento responsável pelo edital" em uma tela e "Unidade Finep responsável pelo edital" em outra.
11	Telas com funcionalidades e/ou objetivos similares deveriam ter interfaces com apresentação e comportamento iguais ou, no mínimo, bastante semelhantes. Por exemplo, a seleção de consultores para um edital não deveria ter interface com muitas diferenças em relação à seleção de consultores para serem excluídos.
12	Padronização e reuso de componentes deve ser a regra.
13	A CONTRATADA deverá garantir que todos os produtos e artefatos decorrentes da implantação da solução, bem como a prestação do próprio serviço, observem a Política de Segurança da Informação da Finep.
14	Deve-se usar preferencialmente REST nas integrações via API.
15	Além de integrações REST, são permitidas integrações com outros sistemas via troca de arquivos.
16	Devem ser evitadas as integrações com acesso direto à base de dados sem passar por uma API.

ANEXO I-B - MÉTODO PARA IMPLANTAÇÃO DE NOVAS FUNCIONALIDADES

1. A implantação de novas funcionalidades será feita em sprints e consiste em atividades necessárias para entregar uma solução que atenda aos requisitos especificados neste Termo de Referência.
2. O processo prevê uma fase inicial para o planejamento do projeto, que envolve a captura da visão do usuário, das necessidades e regras negociais, da definição do escopo do projeto e das principais funcionalidades do produto a serem desenvolvidas (backlog do produto).
3. Esta primeira atividade é o Planejamento do Projeto, que envolve a realização de reuniões/entrevistas, coleta e análise de documentos, levantamento de necessidades, avaliação de ambiente, e todas as demais ações necessárias para o bom planejamento, definição e detalhamento das atividades seguintes.
4. O Planejamento do Projeto deve produzir o documento Plano de Projeto, o qual deve conter pelo menos:
 - 4.1. Backlog do Produto contemplando os requisitos do Anexo I-A e/ou outros indicados pela área requisitante.
 - 4.2. Cronograma geral preliminar
 - 4.3. Plano de Releases listando sprints de entregas e datas
 - 4.4. Integrações previstas e
 - 4.5. Estimativas de custos de cada sprint baseadas neste Termo de Referência.
5. Todos os trabalhos para elaboração do Plano de Projeto serão realizados junto às equipes de TI e de negócios da Finep. As atividades previstas devem ser alinhadas entre Finep e a CONTRATADA em todos os seus aspectos (duração, sequenciamento, produtos gerados, etc.).
6. O Plano de Projeto deve indicar quantos sprints estão previstos e quais atividades compõem cada um. Cada requisito do Anexo I-A deverá ser planejado para ser entregue dentro de um determinado sprint. A implantação do requisito poderá ser de forma parcial (distribuído em vários sprints) ou integral (totalmente contido em um sprint) de acordo com o planejamento.
7. Os artefatos produzidos por esta fase de planejamento podem seguir vivos sofrendo atualizações ao longo do contrato.
8. O Plano de Projeto somente será aprovado de forma integral, ou seja, qualquer parte dele reprovada implica a reprovação do plano como um todo. E deverá ser refeito pela contratada.
9. Os sprints só poderão ser iniciados após a aprovação do Plano de Projeto.
10. Os times ágeis deverão ser declarados no início do projeto e eventuais trocas de profissionais deverão ser comunicadas à Finep.
11. Após a aprovação do Plano de Projeto será iniciada a implantação por sprints.

12. Sprint

12.1. Cada sprint pode ser dividida em etapas a saber:

Etapa	Nome	Descrição Resumida
1	Planejamento	Planejamento detalhado da sprint
2	Configuração e Customização	Preparação e implementação da solução de acordo com os ambientes de negócio e tecnológico da Finep. É o desenvolvimento da sprint.
3	Entrega e Testes de Aceitação	Testes da Finep, com apoio da CONTRATADA, para confirmar se a solução atende integralmente aos requisitos especificados. Para a execução dos testes, fica a cargo da contratada a entrega de todos os roteiros e a disponibilização de base de homologação.

12.2. Planejamento

12.2.1. Atualização do backlog do produto e demais documentos da metodologia ágil.

12.2.2. Nesta etapa, deverá ser produzido o Backlog da sprint, contendo, entre outros:

12.2.2.1. A equipe alocada.

12.2.2.2. O escopo da sprint, isto é, quais as histórias de usuário que serão atendidas pelo software entregue ao final da sprint. As histórias são criadas conforme o modelo do Anexo I-E – História de Usuário.

12.2.2.3. Os produtos da sprint, ou seja, o que a sprint deverá entregar, e como serão colocados em produção. Todas as tarefas previstas para a sprint (incluindo eventuais importações de dados, configurações de BD, geração e execução de scripts diversos).

12.2.3. A duração da sprint (timebox) será de 4 semanas.

12.2.4. Cada história deve ser:

12.2.4.1.1. Independente: cada história de usuário deve ser autocontida (ou seja, não depende de nenhuma outra história de usuário) para que cada uma possa ser projetada, desenvolvida, testada e aceita dentro de uma iteração;

12.2.4.1.2. Negociável: em uma história de usuário as conversas e implementação; negociações são bem-vindas; deve existir colaboração com as partes interessadas e evolução da história à medida que se aproxima da implementação;

12.2.4.1.3. Valiosa: uma história descreve e entrega valor stakeholders, apoiando a priorização eficaz;

12.2.4.1.4. Estimável: a história deve fornecer informações para o time realizar uma estimativa;

12.2.4.1.5. Pequena: uma boa história deve ser relativamente pequena em tamanho para ser concluída no menor tempo possível e caber em uma iteração, considerando o contexto do time;

12.2.4.1.6. Testável: uma boa história deve ser clara, permitindo que os testes sejam definidos para ela.

12.2.5. Também deve conter especificações detalhadas das integrações que serão construídas e papéis e atribuições de todas as pessoas da CONTRATADA e da Finep envolvidas na execução da sprint.

12.2.6. A backlog da sprint deve conter itens extraídos do backlog do produto.

12.3. Configuração e customização

12.3.1. O objetivo desta etapa é criar, desenvolver, instalar e configurar os requisitos da sprint até colocar em produção para utilização na Finep. É, enfim, o desenvolvimento do que foi planejado na etapa de Planejamento.

12.3.2. Além da instalação dos requisitos, as atividades desta etapa consistem em definir todos os parâmetros ajustáveis da solução, arquivos de configuração, banco de dados, acessos, ou qualquer outras necessárias às funcionalidades.

12.3.3. Deve ser realizada no ambiente de homologação ou outro indicado pela Finep.

12.3.4. Nesta etapa serão incorporados à solução requisitos não implementados nativamente, incluindo as integrações necessárias para a execução no ambiente da Finep.

12.3.5. Devem ser realizadas pela CONTRATADA, no mínimo, as atividades abaixo:

- a) Revisão dos requisitos que devem ser implementados.
- b) Implementação das customizações propriamente ditas.
- c) Testes e roteiro de testes.
- d) Produção de documentação referente às customizações desenvolvidas.

12.4. Entrega e Testes de aceitação

12.4.1. A CONTRATADA entrega todos os artefatos produzidos para a Finep.

12.4.2. A Finep realiza testes, com acompanhamento da CONTRATADA.

12.4.3. Deve ser feita a aplicação, por parte da CONTRATADA, de todas as configurações necessárias (incluindo instalações que ainda não foram feitas) no ambiente designado para os testes.

12.4.4. Revisão conjunta dos roteiros de testes.

12.4.5. Finep faz os testes das funcionalidades referentes aos requisitos da sprint, bem como as de outros requisitos já customizados e instalados que possam ter sido afetados ou tenham relação com a sprint em questão.

12.4.6. Durante os testes, prestação de suporte aos usuários por parte da CONTRATADA, envolvendo esclarecimento de dúvidas e resolução de eventuais erros ou falhas.

12.5. A Rejeição da Sprint, acontece caso sejam percebidos defeitos de natureza impeditiva em alguma história implementada ou não tenha coberto o escopo planejado de tal forma que a entrega não seja passível de aceitação.

12.6. A aceitação da Sprint, ocorre caso a demanda possua alguns defeitos de natureza não-impeditiva, ou a demanda esteja em nível de qualidade tal que não sejam percebidos defeitos significativos, bem como envolve cumprimento do escopo planejado.

12.7. Os itens não aceitos de uma sprint devem retornar ao backlog do produto para serem corrigidos e incluídos em nova sprint.

12.8. Serão feitos ajustes, por parte da CONTRATADA, de não conformidades e defeitos apontados pelos funcionários da Finep, e atualização das documentações correspondentes.

13. Release

13.1. A release contém um conjunto de sprints.

13.2. A entrega da Release conta com as etapas abaixo englobando todas as sprints da Release.

Etapa	Nome	Descrição Resumida
1	Capacitação	Capacitação das equipes funcional e técnica da Finep para entendimento de uso dos requisitos na solução
2	Lançamento	Início de operação do produto da sprint pela Finep, com apoio da contratada para a colocação em produção.
3	Operação Assistida	Acompanhamento da utilização da solução em produção após entrega do software produzido em cada Sprint por 3 meses.

13.3. Capacitação

13.3.1. Preparado e conduzido pela CONTRATADA, com foco na passagem de conhecimento, a capacitação deverá alcançar os seguintes objetivos:

- a) Ensinar os usuários da área de negócio a operar as funcionalidades implantadas que irão utilizar.
- b) Passar para a Área de Tecnologias da Informação da Finep qualquer conhecimento que seja necessário para manter a solução funcionando.
- c) Produzir vídeo com imagens e narração mostrando os conceitos e o funcionamentos dos objetos afetados pela sprint.

13.3.2. A CONTRATADA deve entregar todos os manuais, roteiros de testes e documentações relativas ao objeto da capacitação. As entregas devem ser validadas pela equipe da Finep.

13.4. Lançamento

13.4.1. Esta etapa somente será executada após aprovação, por parte da Finep, dos sprints que compõem a Release.

13.4.2. Consiste na disponibilização em produção e início de operação na Finep das funcionalidades entregues na sprint, tornando-as disponíveis para uso como a ferramenta oficial para suportar os processos de core banking.

13.4.3. A entrada da solução em produção envolve, basicamente, a realização, por parte da CONTRATADA, de todas as configurações necessárias (incluindo instalações que ainda não foram feitas) no ambiente de produção, juntamente com todas as atividades adicionais identificadas no Planejamento da Sprint.

13.4.4. A conclusão do Lançamento implica o início da Operação Assistida da respectiva sprint.

13.5. Operação Assistida

13.5.1. É um período de garantia daquilo que foi entregue. Consiste no acompanhamento, realizado por profissionais da CONTRATADA, da utilização da solução, e deve ser feito por um período de 3 (três) meses para cada sprint colocado em produção.

13.5.2. Monitorar da solução em condições reais de uso, detectando e corrigindo erros e falhas prontamente, sem ônus para a Finep (respeitando os níveis de qualidade de suporte técnico e sustentação exigidos).

14. Haverá reuniões semanais de acompanhamento nas quais a CONTRATADA irá relatar à Finep o andamento das atividades do contrato.

15. A contratada deve registrar todos os aspectos relevantes. Os defeitos percebidos nos casos de rejeição ou aceitação parcial da sprint devem fazer parte de um item de backlog da próxima sprint.

16. Correções e inconformidades identificadas nos Testes de Aceitação deverão ser ajustadas dentro do mesmo sprint até o fim da operação assistida.

17. A Finep poderá solicitar evidências dos testes executados pela contratada. Capturas de tela de cada passo relevante podem ser usadas como evidências de testes. Outros tipos de evidência, tais como logs, arquivos gerados, capturas de vídeos também podem ser evidências.

18. Para os Testes de Aceitação, a CONTRATADA deve deixar a solução configurada de forma que possibilite a realização dos testes pelo pessoal da Finep, bem como produzir casos de teste (com roteiros, cenários etc.) e realizar carga de dados (caso necessário).

19. Após os Testes de Aceitação, a Finep decidirá a autorização ou a negação da colocação em produção do software objeto dos testes.

20. O pagamento da primeira parcela referente à sprint apenas será feito se a Finep autorizar a entrada, em produção, do produto da sprint.

21. Para a Operação Assistida, a CONTRATADA deverá disponibilizar pelo menos 1 (um) profissional para acompanhar a operação da solução da Finep.

22. O Suporte Técnico e sustentação poderão ser acionados simultaneamente com qualquer fase da sprint, incluindo a Operação Assistida.

23. O Relatório de Operação Assistida consiste em documentação com descrição detalhada de ocorrências, problemas e respectivas soluções identificadas durante o trabalho de Operação Assistida. A documentação deve conter ainda eventuais alterações de manuais, procedimentos e roteiros da solução.

24. Entende-se por defeito uma inconsistência no software, algo que foi implementado de maneira incorreta, causando a ocorrência de erro, falha, incidente, problema, dentre outros. A CONTRATADA deverá garantir, sem ônus adicional para a Finep, os serviços realizados e a funcionalidade integral da solução – tanto em código nativo quanto customizado – durante o prazo de vigência do contrato, sem prejuízo do disposto no art. 76 da Lei no 13.303/2016.

ANEXO I-C - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

OBJETO: Fornecimento de suporte técnico, sustentação e serviços de implantação de novas funcionalidades da solução Core Banking da Finep, Sydle One.

1. INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

- 1.1. Para os propósitos deste Instrumento são "Informações Confidenciais" todas e quaisquer informações referentes aos documentos fornecidos pela Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, digitais e/ou escritas, bem como dados e informações (incluindo, todos os segredos e/ou informações financeiras, operacionais, econômicas, técnicas, jurídicas, planos comerciais, de marketing, bem como demais informações comerciais ou *"know-how"*, que não são de conhecimento público) e quaisquer cópias ou registros dos mesmos, contidos em qualquer meio físico, que tenham sido ou sejam direta ou indiretamente fornecidos e disponibilizados pela Finep em decorrência do Contrato nº **XXXXXX**.

2. UTILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL

- 2.1. A Contratada e seus profissionais reconhecem que as informações a serem acessadas são vitais para o sucesso dos serviços e serão revestidas de sigilo e confidencialidade e sua divulgação ou uso indevido poderá acarretar perdas e danos, de acordo com os preceitos legais aplicáveis à matéria.
- 2.2. Sem o consentimento prévio por escrito da Finep, a Contratada e seus profissionais não revelarão ou divulgarão a terceiros quaisquer Informações Confidenciais, que direta ou indiretamente, tenha acesso no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente.
- 2.3. A Contratada e seus profissionais não poderão indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou juntamente com terceiros, reproduzir ou copiar em qualquer meio físico, qualquer Informação Confidencial sem autorização prévia, específica e por escrito da Finep.

3. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL EM VIRTUDE DE IMPOSIÇÃO LEGAL

- 3.1. Se a Contratada e seus profissionais forem legalmente obrigados a revelar, no todo ou em parte, as Informações Confidenciais por qualquer juízo ou autoridade governamental competente, deverão enviar prontamente à Finep aviso por escrito com prazo suficiente para permitir que esta adote as medidas legais cabíveis para resguardo de seus direitos.

4. PRAZO DE VALIDADE

- 4.1. Este compromisso tem natureza irretratável e irrevogável e vigorará por prazo indeterminado.

5. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES

- 5.1. Este instrumento não cria vínculo de relação trabalhista com a Finep nem outro relacionamento de qualquer espécie.

6. FORO

- 6.1. Este documento será regido e interpretado pelas Leis da República Federativa do Brasil, sendo eleito o foro da Justiça Federal da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir os litígios, controvérsias e disputas relacionadas ou decorrentes do presente Termo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

[Local], XX de XXXXXX de XXXX.

[Assinatura do Representante legal] (Assinar em até 20 dias úteis a partir da assinatura do contrato)

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Anexo I-D - ORDEM DE SERVIÇO

1. Identificação

OS:	XXXX	Item:	XXXX	Data de Emissão:	XXXX
Requisitante:	XXXX			Emergencial:	XXXX
Contratada:	XXXX			Contrato N°:	XXXX

2. Identificação do Objeto

XXXX

3. Local de Execução

XXXX

4. Especificação dos Produtos / Serviços e Volumes / Quantidades

XXXX

5. Cronograma Físico

XXXX

6. Custos

XXXX

7. Fiscalização - Entregáveis e Qualidade

XXXX

8. Fiscalização - Recebimento dos serviços

XXXX

9. Alterações da Ordem de Serviço

XXXX

10. Ciência

CONTRATANTE
Gestor Requisitante do Contrato
Autorizo a empresa a execução da presente Ordem de Serviço.
<div style="border-top: 1px solid black; width: 200px; margin: 0 auto; margin-top: 20px;"></div> <p>Finep</p>

CONTRATANTE
Gestor Técnico do Contrato
Autorizo a empresa a execução da presente Ordem de Serviço.
<div>_____</div> <div>Finep</div>
CONTRATANTE
Fiscal Técnico do Contrato
Autorizo a empresa a execução da presente Ordem de Serviço.
<div>_____</div> <div>Finep</div>

CONTRATADA
Preposto
<div>_____</div> <div>Preposto</div>

Anexo I-E – HISTÓRIA DE USUÁRIO

Descrição: <Descrição sucinta. Usar o padrão: "Eu, como [persona], [quero] (atividade a ser realizada) [para] (valor de negócio).">

Onde:

- Persona: registra quem está realizando a ação ou, talvez, aquele que está recebendo o valor da atividade. Pode até ser um outro sistema, se é isso que está iniciando a atividade.
- Atividade: registra a ação que será executada pelo sistema.
- Valor de Negócio: registra o valor de negócio (objetivo) a ser gerado pela gerado com a execução da história.

Conversação

Representa (registra) uma conversa entre a equipe técnica, o proprietário do produto (product owner), e de outras partes interessadas, a qual é necessária para determinar o comportamento mais detalhado e necessário para implementar a história. Em outras palavras, representa uma “conversa de promessa” sobre a intenção a ser construída.

As conversas devem ser realizadas desde o início do projeto para que a equipe seja envolvida.

Caso sejam necessários mais detalhes sobre a história, isso pode ser fornecida na forma de um anexo (mockup, planilha, algoritmo, ou qualquer outro). Detalhes adicionais da história devem ser coletados ao longo do tempo (just-in-time) por meio de discussões e colaboração com a equipe e outras partes interessadas antes e durante o desenvolvimento. Deve conter os requisitos associados, regras de negócio, descrição dos processos, descrições técnicas e descrições funcionais detalhadas do que será feito.

CrITÉRIOS de Aceitação (Confirmação)

Registra o teste de aceitação, que é como o proprietário do produto (product owner) irá confirmar se a história foi implementada satisfatoriamente. Em outras palavras, a confirmação representa as condições de satisfação que devem ser utilizadas para determinar se a história cumpre ou não, a intenção, bem como os requisitos mais detalhados.

Exemplo

Cartão

- “Como administrador eu quero cadastrar um jogo para que os apostadores possam fazer seus palpites de resultado”

Conversação

- O administrador pode cadastrar o jogo quando quiser? E se ele cadastrar muito em cima?
- Ah, eu acho que ele tem que cadastrar com no mínimo 48h de antecedência
- Ok, entendi.

Confirmação

- Um administrador não poderá cadastrar um jogo com menos de 48h de antecedência.
- O jogo deve pertencer ao campeonato corrente.
- Um administrador não poderá cadastrar dois jogos envolvendo os mesmos times no mesmo horário.
- O usuário deve ter perfil de administrador para cadastrar um jogo.

O exemplo acima pode levar à necessidade de uma história do tipo “Eu, como apostador, quero fazer meus palpites de resultado.”.

ANEXO II
PLANILHA DE PREÇOS

Ref.: Pregão eletrônico nº 90016/2026

Objeto: Fornecimento de suporte técnico para licenças perpétuas, sustentação e serviços de implantação de novas funcionalidades da solução Core Banking da Finep, Sydle One.

Item	(A) Quantidade máxima estimada (em meses)	(B) Valor unitário (um mês)	(C)=(A) x (B) TOTAL (para 30 meses)
S1 – Suporte técnico para licenças perpétuas	30	R\$ 52.441,70	R\$ 1.573.251,00
S2 – Sustentação	30	R\$ 101.010,18	R\$ 3.030.305,40

Item	(A) Quantidade máxima estimada (em sprints)	(B) Valor unitário (sprint)	(C)=(A) x (B) TOTAL (para 30 sprints)
S3 – Implantação de novas funcionalidades	30	R\$ 168.664,92	R\$ 5.059.947,60

	Soma da coluna (C)
Preço Global (Total S1 + Total S2 + Total S3)	R\$ 9.663.504,00

VALIDADE DA PROPOSTA: **XX (XXXX)** dias, a contar do dia da sessão de recebimento da mesma.

O proponente declara que, no que couber, a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas e que foi elaborada de forma independente.

O proponente é responsável pela veracidade das informações prestadas, assumindo, no que couber, a responsabilidade integral por eventuais erros no enquadramento sindical ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical devido, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, sujeitando-se às sanções previstas na Lei 13.303/16.

De modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa, declaro a não ocorrência do registro de oportunidade.

[Local], XX de XXXXXXXX de XXXX.

[Assinatura do Representante legal]

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Descritivo das abas da planilha:

NOME DA ABA	DESCRIPTIVO
LEIA-ME	Contém as instruções de preenchimento da planilha. NÃO EDITAR
DADOS DA EMPRESA	Contém os campos que devem ser preenchidos com os dados da empresa. EDITAR SOMENTE AS CÉLULAS EM AMARELO.
PERFIS	Relação dos perfis profissionais que irão compor a equipe executora do contrato. EDITAR SOMENTE AS CÉLULAS EM AMARELO
SERVIÇO S1	Aba destinada a demonstrar a formação do valor mensal do Serviço S1 - Suporte técnico para licenças perpétuas. EDITAR SOMENTE AS CÉLULAS EM AMARELO.
SERVIÇO S2	Aba destinada a demonstrar a formação do valor mensal do Serviço S2 - Sustentação. EDITAR SOMENTE AS CÉLULAS EM AMARELO.
SERVIÇO S3	Aba destinada a demonstrar a formação do valor por sprint do Serviço S3 – Implantação de novas funcionalidades EDITAR SOMENTE AS CÉLULAS EM AMARELO.
PLANILHA DE PREÇOS	Planilha final de preços da Empresa Licitante calculada a partir dos valores das abas anteriores. NÃO EDITAR
ARQSOFT-01 a METRICA-03	Planilha de custos e formação de preços de cada perfil profissional. Caso seja necessário, o fornecedor pode fazer as alterações que considerar pertinentes, adaptando o preenchimento das células de acordo com o modelo de contratação de pessoal da Licitante, por exemplo: CLT, Contratação de Pessoa Jurídica, Participação societária. EDITAR AS CÉLULAS DE ACORDO COM A NECESSIDADE
COMPOSICAO	Planilha utilizada para os cálculos dos custos de cada perfil. EDITAR DE ACORDO COM A NECESSIDADE

PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
<p>- Esta planilha é parte integrante do Pregão abaixo especificado</p> <p>- O correto preenchimento da planilha é de responsabilidade da Empresa Licitante.</p> <p>- O não preenchimento, o preenchimento incorreto ou o não envio é poderá resultar em desclassificação da Empresa Licitante, conforme regras constantes no EDITAL e no Termo de Referência do Pregão.</p>			
Licitação Nº			
Objeto	Fornecimento de suporte técnico para licenças perpétuas, sustentação e serviços de implantação de novas funcionalidades da solução Core Banking da Finep, Sydle One.		
Data do Pregão:			
CONTEÚDO DO ARQUIVO			
Este arquivo é composto de 41 planilhas (abas), são elas:			
Número	Nome da aba	Conteúdo da planilha (aba)	INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO
1	LEIA-ME	Contém as instruções de preenchimento.	Nada deverá ser editado nesta aba
2	Dados da Empresa:	Nome da Empresa, CNPJ e dados do contato.	<p>Preencher somente as células na cor azul.</p> <p>- Os dados, após preenchidos nesta aba, serão transferidos para as outras.</p>
3	PERFIS	Relação dos perfis profissionais que irão compor a equipe executora do contrato.	<p>Preencher somente as células na cor azul.</p> <p>- Os perfis utilizados para a formação de preços do Pregão encontram-se preenchidos na planilha sem os valores salariais e os custos para as Empresas.</p> <p>- É permitida a inclusão de outros perfis profissionais na tabela.</p> <p>- Devem ser preenchidas as células referentes ao perfil profissional, salário do perfil profissional e custo do perfil profissional para a Empresa, de acordo com os perfis que irão compor a equipe executora.</p> <p>- Os nomes dos perfis profissionais, salários e custo para a Empresa serão transportados para as outras planilhas com abas azuis, não será necessário preencher nas outras abas.</p> <p>OBS.: O custo do perfil</p>

			profissional para a Empresa não é apenas o salário, mas a soma de todos os investimentos necessários para atrair, contratar e manter um colaborador com as competências desejadas, incluindo os benefícios, impostos e taxas.
4	SERVIÇO S1	Suporte técnico para licenças perpétuas	<p>Preencher somente as células na cor amarela.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Planilhas destinadas a calcular o valor mensal dos serviços S1 de suporte técnico e funcional. - Ao final do preenchimento a planilha informará o custo fixo por mês do serviço, este valor será transferido para a planilha "PROPOSTA".
5	SERVIÇO S2	Sustentação	<p>Preencher somente as células na cor amarela.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Planilha destinada a calcular o valor do custo mensal referente ao serviço S2 e o custo por sprint do serviço S3.
6	SERVIÇO S3	Implantação de novas funcionalidades	<ul style="list-style-type: none"> - O campo referente ao Perfil profissional é uma caixa de seleção, após a escolha do perfil profissional de referência, o salário e o custo do profissional para a Empresa estarão preenchidos com os valores informados na planilha "PERFIS". - Caso existam custos adicionais com os profissionais que irão executar os serviços de desenvolvimento, tais como equipamentos ou softwares as células em amarelo na parte inferior do formulário devem ser preenchidas, os valores finais serão calculados e adicionados aos

			<p>custos do profissional de referência.</p> <p>- Ao final dos preenchimentos, as planilhas informarão o custo mensal do serviço (serviço S2) e o custo por sprint (serviço S3); estes valores serão transferidos para a aba "PLANILHA DE PREÇOS".</p>
7	PLANILHA DE PREÇOS	Planilha final de preços da Empresa Licitante	NÃO ALTERAR CÉLULAS PREENCHIMENTO AUTOMÁTICO
8 a 40	PERFIS	Planilha de custos e formação de preços de cada perfil profissional.	<p>- As planilhas em vermelho dos perfis selecionados serão automaticamente preenchidas quando a planilha "PERFIS" for alimentada com os valores do salário base para os respectivos perfis. Caso seja necessário, a licitante pode fazer as alterações que considerar pertinentes.</p>
41	COMPOSICAO	Planilha utilizada para os cálculos dos custos de cada perfil.	Editar de acordo com a necessidade.

Aba da composição de custos	Perfis Profissionais	Salário Base	Custo do Perfil	Fator-k
ARQSOF-01	Arquiteto de Software - Pleno	R\$ -	R\$ -	-
ARQSOF-02	Arquiteto de Software - Sênior	R\$ -	R\$ -	-
ATQ-01	Analista de Testes/Qualidade - Júnior	R\$ -	R\$ -	-
ATQ-02	Analista de Testes/Qualidade - Pleno	R\$ -	R\$ -	-
ATQ-03	Analista de Testes/Qualidade - Sênior	R\$ -	R\$ -	-
DESENV-01	Desenvolvedor de Software - Júnior	R\$ -	R\$ -	-
DESENV-02	Desenvolvedor de Software - Pleno	R\$ -	R\$ -	-
DESENV-03	Desenvolvedor de Software - Sênior	R\$ -	R\$ -	-
ANR-01	Analista de Negócios/Requisitos Júnior	R\$ -	R\$ -	-
ANR-02	Analista de Negócios/Requisitos Pleno	R\$ -	R\$ -	-
ANR-03	Analista de Negócios/Requisitos Sênior	R\$ -	R\$ -	-
ABI-01	Analista de BI Júnior	R\$ -	R\$ -	-
ABI-02	Analista de BI Pleno	R\$ -	R\$ -	-
ABI-03	Analista de BI Sênior	R\$ -	R\$ -	-
ADADOS-02	Administrador de Dados Pleno	R\$ -	R\$ -	-
ADADOS-03	Administrador de Dados Sênior	R\$ -	R\$ -	-
LDESENV	Líder Técnico de Desenvolvimento	R\$ -	R\$ -	-
SCRUM	Scrum Master	R\$ -	R\$ -	-
GERPRO	Gerente de Projetos de Tecnologia da Informação	R\$ -	R\$ -	-
AUX_UI-01	Analista de UX/UI Pleno	R\$ -	R\$ -	-
AUX_UI-02	Analista de UX/UI Sênior	R\$ -	R\$ -	-
CDADOS-01	Cientista de Dados Júnior	R\$ -	R\$ -	-

		-	-	-
CDADOS-02	Cientista de Dados Pleno	R\$	R\$	-
		-	-	-
CDADOS-03	Cientista de Dados Sênior	R\$	R\$	-
		-	-	-
ARQDADOS-01	Arquiteto de Dados Júnior	R\$	R\$	-
		-	-	-
ARQDADOS-02	Arquiteto de Dados Pleno	R\$	R\$	-
		-	-	-
ARQDADOS-03	Arquiteto de Dados Sênior	R\$	R\$	-
		-	-	-
IA-ENG-01	Engenharia de IA Júnior	R\$	R\$	-
		-	-	-
IA-ENG-02	Engenharia de IA Pleno	R\$	R\$	-
		-	-	-
IA-ENG-03	Engenharia de IA Sênior	R\$	R\$	-
		-	-	-
METRICA-01	Analista de Métricas Júnior	R\$	R\$	-
		-	-	-
METRICA-02	Analista de Métricas Pleno	R\$	R\$	-
		-	-	-
METRICA-03	Analista de Métricas Sênior	R\$	R\$	-
		-	-	-

Custos do Item S1	
Objeto do Pregão	Fornecimento de suporte técnico para licenças perpétuas, sustentação e serviços de implantação de novas funcionalidades da solução Core Banking da Finep, Sydle One.
Nome da Empresa	
CNPJ	
Item	S1 - Suporte técnico para licenças perpétuas
Componentes de Custo S1	
Identificação do Custo	Custo Unitário (1 mês)
	R\$ -
	R\$ -
	R\$ -
	R\$ -
	R\$ -
	R\$ -
	R\$ -
	R\$ -
Custo por mês	R\$ -

Perfis da Equipe de Sustentação - S2										
Objeto do Pregão	Fornecimento de suporte técnico para licenças perpétuas, sustentação e serviços de implantação de novas funcionalidades da solução Core Banking da Finep, Sydle One.									
Nome da Empresa										
CNPJ										
Item	S2 - Sustentação									
Componentes de Custo do Time										
Identificação do Perfil Profissional	Salário (S)	Custo Perfil (Cp = S x Fator-k)	Custo Adicionais por perfil (Ca)	Custo total por perfil (Ct = Cp + Ca)	Taxa de Alocação (Ta)	Alocação em horas (A = Ta x 160)	Qtde. profissionais por perfil (Q)	Horas por perfil (Hp = A x Q)	Custo por Hora (Ch = Ct / 160)	Custo Mensal do Perfil (Cm = A x Q x Ch)
					100%	160	1	160		
					100%	160	1	160		
					100%	160	1	160		
					100%	160	1	160		
					100%	160	1	160		
					100%	160	1	160		
					100%	160	1	160		
					100%	160	1	160		
					100%	160	1	160		
					100%	160	1	160		
					100%	160	1	160		
Total							11	1760	R\$ -	R\$ -
Componentes de Custos Adicionais										
Descrição										Valor Mensal
Custos com software										R\$ -
Custos com recursos de computação										R\$ -
Custos com equipamentos										R\$ -
Custos com serviços de informações										R\$ -
Outros custos (especificar)										R\$ -

Custos Adicionais por perfil/mês	R\$ -
Custo por Mês	R\$ -

Perfis da Equipe dos Sprints - S3										
Objeto do Pregão	Fornecimento de suporte técnico para licenças perpétuas, sustentação e serviços de implantação de novas funcionalidades da solução Core Banking da Finep, Sydle One.									
Nome da Empresa										
CNPJ										
Item	S3 – Implantação de novas funcionalidades									
Componentes de Custo do Time										
Identificação do Perfil Profissional	Salário (S)	Custo Perfil (Cp = S x Fator-k)	Custo Adicionais por perfil (Ca)	Custo total por perfil (Ct = Cp + Ca)	Taxa de Alocação (Ta)	Alocação em horas (A = Ta x 160)	Qtde. profissionais por perfil (Q)	Horas por perfil (Hp = A x Q)	Custo por Hora (Ch = Ct / 160)	Custo Mensal do Perfil (Cm = A x Q x Ch)
					100%	160	1	160		
					100%	160	1	160		
					100%	160	1	160		
					100%	160	1	160		
					100%	160	1	160		
					100%	160	1	160		
					100%	160	1	160		
					100%	160	1	160		
					100%	160	1	160		
					100%	160	1	160		
					100%	160	1	160		
Total							11	1760	R\$ -	R\$ -
Componentes de Custos Adicionais										
Descrição										Valor Mensal
Custos com software										R\$ -
Custos com recursos de computação										R\$ -
Custos com equipamentos										R\$ -
Custos com serviços de informações										R\$ -
Outros custos (especificar)										R\$ -

Custos Adicionais por perfil/mês	R\$ -
Custo por Sprint	R\$ -

Perfil

Composição de custos

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Itens de Custos (Descrição)		Valor (R\$)
A	Salário Base	100%	0,00
Total da remuneração			0,00

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS

Submódulo 1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	0,00
B	Férias e Adicional de Férias	7,78%	0,00
Total do 13º salário, Férias e adicional de férias			16,11%

Submódulo 2 - Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições

2.2	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	INSS	5,00%	0,00
B	Salário Educação	2,50%	0,00
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	3,00%	0,00
D	SESC ou Sesi	1,50%	0,00
E	SENAI - SENAC	1,00%	0,00
F	SEBRAE	0,60%	0,00
G	INCRA	0,20%	0,00
H	FGTS	8,00%	0,00
Total dos encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições			21,80%

Submódulo 3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Itens de Custos (Descrição)	Valor (R\$)
A	Vale-transporte	242,00
	Desconto legal sobre transporte	0,00
	Valor do Vale Transporte	242,00
B	Auxílio-alimentação	814,00
	Desconto do Auxílio-alimentação	0,00%
	Valor do Auxílio-alimentação	814,00
C	Assistência Médica	184,85
Total de benefícios mensais e diários		1.240,85

2 QUADRO RESUMO - ENCARGOS E BENEFÍCIOS

2.1	Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias (custo não renovável) e Adicional de Férias	0,00
2.2	Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições	0,00
2.3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários	1.240,85
Total dos Encargos e Benefícios		1.240,85

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	0,00
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	0,00
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,44%	0,00

D	Aviso Prévio Trabalhado	1,24%	0,00
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,46%	0,00
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,04%	0,00
Total da provisão para rescisão		5,63%	0,00
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
4	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
Total do custo de reposição do profissional ausente		0,00%	0,00
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS			
5	Itens de Custos (Descrição)		Valor (R\$)
Total Insumos Diversos			0,00
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS			
6	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (Despesas Operacionais e Administrativas)	5,00%	62,04
B	Lucro	10,00%	130,29
C	Tributos	9,25%	146,08
C.1	PIS	0,65%	0,00
C.2	COFINS	3,00%	0,00
C.3	ISS	2,00%	0,00
C.4	Outros tributos - CPRB (Lei 12.546/11 alterada pela 13.670/18)	3,60%	0,00
Total dos custos indiretos e tributos		24,25%	338,41
QUADR-RESUMO DA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS			
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por profissional)			Valor (R\$)
1	Módulo 1 - Composição Remuneração		0,00
2	Módulo 2 - Encargos e Benefícios		1.240,85
3	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		0,00
4	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		0,00
5	Módulo 5 - Insumos Diversos		0,00
Subtotal (A+B+C+D)			1.240,85
6	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		338,41
Valor mensal por profissional			0,00
			Fator-K #DIV/0!

Submódulo 2.1 - 13º Salário. Férias e Adicional de Férias		%	Memória de cálculo	Fundamento
A	13º Salário	8,33%	$((1/12) \times 100) \cong 8,33\%$	Art. 7º, VIII, CF/88. Decreto n. 57.155, de 3/11/1965
B	Férias e Adicional de Férias	7,78%	$[(1/3) \times (1/12)] + [1/20] \times 100 \cong 7,78\%$	Art. 7º, XVII, CF/88;
Total do 13º salário e adicional de férias		16,11%		

Submódulo 2 - Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições			Memória de cálculo	Fundamento
2.2	Itens de Custos (Descrição)	%		
A	INSS	5,00%		Art. 9º-A. da Lei nº 12.546/2011 (incluído pela Lei nº 14.973/2024)
B	Salário Educação	2,50%		Anexo II da IN RFB n. 971/09; art. 3º, inciso I do Decreto nº 87.043/1982; art. 15 – Lei nº 9.424/96; art. 1º § 1º - Decreto Nº 6.003/2006; art. 212 § 5º da Constituição Federal; Súmula Nº 732 do STF.
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	3,00%		Anexo V do Regulamento da Previdência Social – RPS (Decreto n. 3.048/1999) e regras de enquadramento dispostas na Instrução Normativa RFB n. 971/2009 e/ou legislação superveniente. Súmula 351 do STJ.
D	SESC ou Sesi	1,50%		Anexo II da IN RFB n. 971/09; art. 30 da Lei nº 8.036/90; art. 1º da Lei nº 8.154/90; art. 240 da Constituição Federal.
E	SENAI - SENAC	1,00%		Anexo II da IN RFB n. 971/09; Decreto n.º 2.318/86

F	SEBRAE	0,60%		Anexo II da IN RFB n. 971/09. Art. 8º, Lei n.º 8.029/90 e Lei n.º 8154/90
H	INCRA	0,20%		Anexo II da IN RFB n. 971/09; Lei n.º 7.787/89; DL n.º 1.146/70; Lei Complementar nº 11/71.
G	FGTS	8,00%		Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III,
Total dos encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições		21,80%		

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		R\$	Memória de cálculo	Fundamento
A	Vale-Transporte	R\$ 5,50	VT = Valor Unitário x 2 passes x 22 dias	Artigo 4º, § único, da Lei nº 7.418/85 e art. 9º do Decreto nº 95.247/87.
	Desconto legal sobre transporte	6,00%	Desconto = % sobre o Salário Base	CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2025 - NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000783/2024 (https://www.sindpd-df.org.br/acordo_coletivo/particulares/Convencao-Coletiva-De-Trabalho-2024-2025.pdf)
	Valor do Vale Transporte		Se (VT - Desconto)>0, então: Valor do Vale Transporte = VT - Desconto	
B	Auxílio-Alimentação	R\$ 37,00	Aux-Ali = Valor Unitário x 22 dias	Artigo 458, §§ 2º e 3º, da CLT, Lei nº 6.321/76, Decreto nº 5/91 e CCT.
	Percentual de Desconto			CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2025 - NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000783/2024 (https://www.sindpd-df.org.br/acordo_coletivo/particulares/Convencao-Coletiva-De-Trabalho-2024-2025.pdf)
	Até R\$ 2.407,00	0,00%	Desconto = % sobre o Salário Base	
	De R\$ 2.407,01 a R\$ 4.073,39	3,75%	Desconto = % sobre o Salário Base	
	De R\$ 4.073,40 a R\$ 5.924,92	5,62%	Desconto = % sobre o Salário Base	
	De R\$ 5.924,93 a R\$ 7.406,17	7,50%	Desconto = % sobre o Salário Base	

	De R\$ 7.406,18 a R\$ 9.072,58	11,25%	Desconto = % sobre o Salário Base	
	Acima de R\$ 9.072,59	15,00%	Desconto = % sobre o Salário Base	
C	Assistência Médica	R\$ 184,85		

Módulo 3 - Provisão para Rescisão		%	Memória de cálculo	Fundamento
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	$((0,05 \times (1/12) \times 100) \cong 0,42\%)$	Art. 7º, XXI, CF/88. Art. 477, 487 e 491 da CLT. Lei n. 12.506/2011.
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	$((0,08 \times 0,0042) \times 100) \cong 0,03\%$	Súmula 305 TST.
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,44%	$0,08 \times 0,4 \times 0,9 \times [1 + 1/12 + 1/12 + (1/3 \times 1/12)] \cong 3,44\%$	Art. 18 da Lei 8.036/90. Art. 12 da Lei 13.932/2019. Art. 5º, inciso III, da IN STJG/GDG n. 14/2020.
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,24%	$\{[(7/30) + (7/30 \times 0,1 \times 8/12)] / 20\} \times 100 \cong 1,24\%$	Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 e 491 CLT. Acórdãos n. 1904/2007-TCU-Plenário e n. 3006/2010-TCU-Plenário
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio trabalhado	0,46%	$((0,3680 \times 0,0124) \times 100) \cong 0,46\%$	Acórdãos n. 1904/2007-TCU-Plenário e n. 3006/2010-TCU-Plenário
F	Multa do FGTS sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,04%	$((0,0124 \times 0,08) \times 0,4 \times 100) \cong 0,04\%$	Art. 12 da Lei 13.932/2019. Acórdãos n. 1904/2007-TCU-Plenário e n. 3006/2010-TCU-Plenário
Total da provisão para rescisão		5,63%	A+B+C+D+E+F	

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS			Memória de cálculo	Fundamento
6	Itens de Custos (Descrição)	%		
A	Custos Indiretos (Despesas Operacionais e Administrativas)	5,00%	(Módulo1 + Módulo2 + Módulo3 + Módulo4) x 5%	Valores extraído do MANUAL DE PREENCHIMENTO DO MODELO DE PLANILHAS DE CUSTOS E DE FORMAÇÃO DE PREÇOS do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ
B	Lucro	10,00%	(Módulo1 + Módulo2 + Módulo3 + Módulo4 + Custos indiretos) x 10%	
C	Tributos	9,25%	C% (em percentual) = C1 + C2 + C3 + C4	
C.1	PIS	0,65%		Os tributos (ISS, COFINS e PIS) foram definidos utilizando o regime de tributação de Lucro Real (Incidência cumulativa de PIS/COFINS)
C.2	COFINS	3,00%		
C.3	ISS	2,00%		
C.4	Outros tributos - CPRB (Lei 12.546/11 alterada pela 13.670/18)	3,60%		Art. 9º-A. da Lei nº 12.546/2011 (incluído pela Lei nº 14.973/2024)
Total dos custos indiretos e tributos		24,25%	A+B+C	

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO ELETRÔNICO, DADOS BANCÁRIOS E ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DO EDITAL

Ref.: Pregão eletrônico nº 90016/2026

OBJETO: Fornecimento de suporte técnico para licenças perpétuas, sustentação e serviços de implantação de novas funcionalidades da solução Core Banking da Finep, Sydle One.

O agente econômico _____, inscrito no CNPJ sob o n.º _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA:

1) que o endereço eletrônico abaixo informado será o meio utilizado pela Finep para troca de quaisquer informações necessárias ao bom andamento das negociações, assinatura e execução do contrato, sendo inclusive o meio considerado para contagem de prazos. É de inteira responsabilidade deste agente econômico comunicar à Finep quando houver alteração no referido endereço eletrônico, bem como garantir a sua acessibilidade.

Endereço Eletrônico: _____

2) que os dados bancários para fins de pagamento pela Finep são:

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

3) que os dados para contato por telefone são:

Pessoa de contato: _____

Telefone: _____

4) que atende às condições para participação nesta licitação, preenche os requisitos de habilitação e tem condições de apresentar os documentos exigidos neste edital.

5) que o Licitante e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas nos arts. 38 e 44 da Lei nº 13.303, de 2016.

6) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, se for o caso.

[Local], XX de XXXXXX de XXXX.

[Assinatura do Representante legal]

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

Financiadora de Estudos e Projetos – **Finep**

Instrumento Contratual Código Nº:

20.XX.XXXX.00

**CONTRATO ENTRE A FINANCIADORA DE ESTUDOS E
PROJETOS - FINEP E [NOME DA CONTRATADA]**

Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, empresa pública federal, vinculada ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, com sede em Brasília/DF, e serviços nesta cidade, à Praia do Flamengo, 200, 1º andar, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.749.086/0001-09, doravante denominada **Finep** e **XXXXXX**, com sede em **XXXXXX** na **XXXXXX**, n.º **XXX**, inscrita no CNPJ sob o n.º **XXXXXX**, doravante denominada **Contratada**, por seus representantes legais, ao final identificados, firmam o presente Contrato nos termos do Regulamento de Licitações, Contratações e Contratos da Finep, da legislação vigente – Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e, subsidiariamente, na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e na legislação civil, com base na homologação registrada no processo FP-ADM-2025/02830, relativa ao **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 90016/2026** e de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

- 1.1. Fornecimento de suporte técnico para licenças perpétuas, sustentação e serviços de implantação de novas funcionalidades da solução Core Banking da Finep, Sydle One.

CLÁUSULA SEGUNDA: ESPECIFICAÇÕES

- 2.1. O objeto deste instrumento obedecerá rigorosamente às Especificações da **Finep** constantes do Termo de Referência do Edital nº **900XX/202X** e da Proposta de Preços de **XX** de **XXXXXX** de 202X da **Contratada**, no que não colidir com o presente instrumento, constituindo estes, anexos a este Contrato.
 - 2.1.1. O objeto será executado no regime de empreitada por preço global, no caso dos itens S1 e S2, e unitário, no caso do item S3.
 - 2.1.2. Qualquer alteração que se demonstre necessária durante a execução deste Contrato deverá ser previamente aprovada pela **Finep**, por escrito.

CLÁUSULA TERCEIRA: VALOR

- 3.1. O valor total deste contrato é de até R\$ XXX,XX (XXXX), conforme tabela abaixo:

Grupo	Item		Quantidade estimada	Unidade de medida	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	1	S1 – Suporte técnico para licenças perpétuas	30	mês	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX
	2	S2 - Sustentação	30	mês	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX
	3	S3 – Implantação de novas funcionalidades	30	sprint	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX
VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO						R\$ XXXXX

- 3.2. Estão incluídos no preço acima o lucro e todos os custos necessários que venham incidir à perfeita execução do objeto deste Contrato, inclusive despesas com fretes, transportes, embalagens, taxas, impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, inclusive o ISS, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e financeiras de qualquer natureza, e quaisquer seguros incidentes ou que venham a incidir à prestação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA: PRAZO

- 4.1. O prazo de vigência do Contrato será de 30 (trinta) meses a contar da data de sua assinatura, renováveis ou prorrogáveis até o limite de 5 (cinco) anos.
- 4.1.1. O prazo de execução do contrato coincide com o prazo de vigência.
- 4.2. Até 120 (cento e vinte) dias antes do término de cada período de vigência contratual, cabe à **Contratada** comunicar ao Fiscal do Contrato, por escrito, o seu propósito de não renovar a vigência ou prorrogar o prazo do contrato.
- 4.3. Caso a **Contratada** se recuse a celebrar aditivo contratual tendo antes manifestado sua intenção de renovar ou prorrogar o Contrato ou deixado de comunicar a Finep, nos termos da Cláusula acima, ficará sujeito às sanções previstas na Cláusula de SANÇÕES ADMINISTRATIVAS deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA: GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 5.1. Será apresentada garantia de execução correspondente a 2,5% (dois e meio por cento) do valor global do contrato, equivalente ao montante de R\$ XXXXXX (XXXXXX), em uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro, que deverá ser depositada no Banco Santander-033, agência 1123 - conta corrente nº 13069873-8, CNPJ nº 33.749.086/0001-09;
 - b) Seguro-garantia;
 - c) Fiança bancária.
- 5.2. A garantia terá validade durante a vigência do contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual, sendo-lhe devolvida após a verificação do cumprimento fiel, correto e integral dos termos contratuais, devendo ser renovada a cada prorrogação ou renovação contratual e complementada em casos de aditivos e apostilas para reajustes e repactuações.
- 5.3. A garantia deverá ser apresentada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da **Finep**, contados da data de assinatura deste Instrumento Contratual.
- 5.3.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 5.3.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a **Finep** a:
- a) promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas obrigações; ou
 - b) reter o valor da garantia dos pagamentos eventualmente devidos à contratada até que a garantia seja apresentada.
- 5.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
 - b) prejuízos diretos causados à **Finep** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - c) multas moratórias e compensatórias aplicadas pela **Finep** à **Contratada**; e
 - d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não adimplidas pela **Contratada**, quando couber.
- 5.4.1. A garantia deve ter cobertura ampla, não se admitindo qualquer ressalva não prevista expressamente no contrato.
- 5.5. O depósito de garantia da execução contratual deverá obedecer ao seguinte:
- a) A garantia apresentada na modalidade seguro-garantia deverá ter prazo de validade que abranja todo prazo de execução do Contrato mais os 3 (três) meses subsequentes e deverá ser acompanhada por documentos que atestem o poder de representação do signatário da apólice.
 - a.1) A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 5.4, observada a legislação que rege a matéria.

- a.2) Não será aceita apólice de seguro-garantia apresentada por entidade que esteja incluída no rol de sociedades seguradoras constituídas em mora ou em litígio com a Finep pelo descumprimento da obrigação de indenizar.
- b) Se a garantia ofertada for a fiança bancária, deverá o banco fiador renunciar expressamente ao benefício de ordem e se obrigar em solidariedade, nos termos dos artigos 827 e 838 do Código Civil em vigor. A carta de fiança deverá ser acompanhada por documento que ateste o poder de representação de seu signatário.
- 5.6. Se o valor da garantia vier a ser utilizado, total ou parcialmente, no pagamento de qualquer obrigação vinculada a este ajuste, incluída a indenização a terceiros, a **Contratada** deverá proceder à respectiva reposição, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação da **Finep**.
- 5.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- 5.8. Será considerada extinta a garantia:
 - 5.8.1. Com o término da vigência da apólice, devolução da carta fiança ou devolução da caução depositada;
 - 5.8.2. No prazo de 3 (três) meses após o término da vigência do contrato, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.
- 5.9. Na restituição de garantia realizada em dinheiro, seu valor ou saldo será corrigido com base no Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI/IPEA) acumulado do período.

CLÁUSULA SEXTA: OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 6.1. São obrigações da **Contratada**, além de todas as condições previstas também no Termo de Referência, no Edital da Licitação e leis vigentes, respeitando-se a especificidade do serviço ora contratado:
 - a) obter todas as licenças e autorizações necessárias à execução dos serviços contratados, pagando os emolumentos prescritos por lei, quando for o caso;
 - b) designar encarregado responsável para representá-la na execução do Contrato, que deverá ser o elemento de contato entre a **Contratada** e a **Finep**;
 - b.1) cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com o fiscal do contrato designado pela **Finep**, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados;
 - c) utilizar pessoal selecionado e de comprovada competência técnica e bom comportamento, que deverá obedecer às normas internas da **Finep**, mormente ao que se refere às normas de ética, segurança e saúde;

- d) afastar ou substituir, a seu critério ou por recomendação da **Finep**, qualquer empregado que, comprovadamente, causar embaraço à boa execução deste Contrato, por ineficiência, má conduta em relação aos dirigentes, empregados da Finep ou terceiros;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responder por danos causados diretamente a terceiros ou à **Finep**;
- f) arcar com as despesas decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, tais como seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale refeição, vale transporte, uniformes, crachás e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público ou em Convenção Coletiva resultantes da execução do Contrato;
- g) prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela **Finep**, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- h) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório e para celebração do presente instrumento, inclusive a ausência dos impedimentos previstos no Art. 38 da Lei 13.303/2016, devendo comunicar à **Finep** a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- i) observar as normas condominiais e da **Finep** na execução dos serviços e na circulação e permanência no prédio;
- j) observar que os dados bancários, informados na Declaração de Endereço Eletrônico, Dados Bancários e Atendimento aos Requisitos do Edital – **Anexo III** do Edital, devem estar vinculados ao seu CNPJ e, na hipótese de alteração dos mesmos, a **Finep** deverá ser oficialmente informada, respeitando-se, no entanto, que a conta corrente deve estar em nome da **Contratada**;
- k) responsabilizar-se pela divulgação de qualquer informação sobre a **Finep** e os projetos por esta financiados que seus empregados venham a ter acesso, direta, indireta ou mesmo acidentalmente, em virtude do serviço prestado;
- l) responsabilizar-se pela perfeita execução deste Contrato, obrigando-se a executá-lo com a observância de todas as normas legais, regulamentares, técnicas e éticas que envolvam execução, realização e aquisição de bens e serviços inerentes ao mesmo;
- m) providenciar, perante a Receita Federal do Brasil - RFB, comprovando à **Finep**, sua exclusão obrigatória do Simples, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006, se a **Contratada**, quando optante do Simples:
 - m.1) extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência deste Contrato; ou
 - m.2) enquadrar-se em alguma das situações previstas no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006.

- n) abster-se da prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, bem como contra princípios da Administração Pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, especialmente os dispostos no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), não oferecendo, dando ou se comprometendo a dar a quem quer que seja, ou aceitando ou se comprometendo a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma;
- o) manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos;
- p) considerar em suas práticas de gestão a adoção de medidas de integridade, assim consideradas aquelas voltadas à prevenção, detecção e remediação da ocorrência de fraudes e atos de corrupção;
- q) respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética, Conduta e Integridade da Finep, que se encontra disponível na página da Finep na internet (<http://www.finep.gov.br>), assim como atentar para demais orientações de integridade disponibilizadas pela Finep;
- r) não adotar, não incentivar e repudiar condutas que gerem inconformidades com a legislação aplicável às empresas públicas, em especial à Lei nº 12.527/2011, à Lei nº 12.813/2013, à Lei nº 12.846/2013 e à Lei nº 13.303/2016;
- s) reconhecer que os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados, desenvolvidos por profissionais autônomos ou por empresas contratadas, passam a ser propriedade da Finep, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída, exceto nos casos previstos em lei ou disposição contrária no Termo de Referência.
- t) apresentar, em até 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura deste Instrumento Contratual, a Declaração de Informações para Fornecimento - DIF, adequadamente preenchida, sob pena de instauração de procedimento punitivo para aplicação de sanção, e de retenção tributária, pela Finep, nos casos previstos em lei, da alíquota que entender adequada. As informações inseridas na DIF não deverão divergir das constantes do documento fiscal ou equivalente legal e a Finep a avaliará, validando seu preenchimento. O modelo de DIF está disponível para download no site da Finep (<http://www.finep.gov.br/menulicitcontr>).
- u) não subcontratar, total ou parcialmente, outro agente econômico para a execução dos serviços referentes ao objeto deste Contrato.

6.2. São obrigações da **Finep**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **Contratada** dentro dos prazos previstos neste instrumento desde que cumpridas todas as formalidades e exigências deste instrumento;
- b) designar agente de fiscalização, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, sendo o elemento de ligação entre as partes;
- c) comunicar oficialmente à **Contratada** quaisquer falhas verificadas no cumprimento deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 7.1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por representante da **Finep** devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.
 - 7.1.1. A atestação de conformidade do fornecimento do objeto cabe ao representante da **Finep** designado para a fiscalização do contrato.
 - 7.1.2. O exercício da fiscalização pela **Finep**, indicado no subitem anterior não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da **Contratada**.
- 7.2. À **Finep** fica desde já assegurado o direito de:
 - a) solicitar à **Contratada** o afastamento ou a substituição de qualquer de seus empregados ou de prepostos, por ineficiência, incompetência, má conduta em relação aos dirigentes, empregados da **Finep** ou terceiros;
 - b) determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
 - c) rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade ou não especificado, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
 - d) impugnar todo e qualquer serviço feito em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais; e
 - e) ordenar a suspensão da execução do objeto ora contratado, sem prejuízo das sanções a que ficar sujeita a **Contratada** e sem que esta tenha direito à indenização, caso, dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar da entrega da notificação correspondente, não seja atendida qualquer reclamação por falha ou incorreção na execução do objeto.

CLÁUSULA OITAVA: RECEBIMENTO

- 8.1. O objeto será recebido a contar da comunicação por parte da contratada nos seguintes prazos:
 - a) até 5 (cinco) dias úteis para o recebimento parcial dos serviços dos itens S1 e S2, e até 15 (quinze) dias úteis para o recebimento parcial dos serviços do item S3;
 - b) até 30 (trinta) dias úteis para o recebimento definitivo.

- 8.2. Quando verificada a necessidade de ajustes, correções e/ou substituições, o seguinte procedimento será adotado:
- a) a **Contratada** será convocada a efetuar os ajustes, às suas expensas, no prazo concedido pela **Finep**, sem prejuízo à possibilidade de instauração de procedimento punitivo para aplicação de sanção;
 - b) não realizados os ajustes e/ou as substituições solicitadas, o objeto será rejeitado, total ou parcialmente, podendo ser instaurado procedimento de rescisão contratual, sem prejuízo à aplicação das sanções.
- 8.2.1. O tempo para a correção concedido pela **Finep** relativo à cláusula 8.2.a deve ser computado no prazo de execução de etapa, parcela ou do contrato, para efeito de configuração da mora e suas consequências.
- 8.2.2. Realizada a correção pela **Contratada**, abrem-se novamente os prazos para os recebimentos estabelecidos na cláusula 8.1.
- 8.3. O recebimento:
- a) constitui condição indispensável para a emissão de Nota Fiscal, da Fatura ou documento equivalente e para o pagamento do valor ajustado; e
 - b) não exclui a responsabilidade da **Contratada** por vícios revelados posteriormente ou pela garantia dos materiais ou equipamentos entregues, bem como pelo serviço prestado.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. A **Finep** realizará o pagamento à **Contratada**, na forma e no prazo estipulados no Termo de Referência e no item 9.3 desta Cláusula, respeitado o valor do contrato disposto na Cláusula Terceira.
- 9.2. Para efeito de cobrança de valores contratuais, a **Contratada** deverá emitir Nota Fiscal, Fatura ou documento equivalente em nome da **Finep** Rio de Janeiro, CNPJ nº 33.749.086/0002-90, encaminhando-a com a discriminação das importâncias devidas e o detalhamento do objeto executado.
- 9.3. Uma vez recebida a Nota Fiscal, Fatura ou documento equivalente, acompanhada, se for o caso, de documentos acessórios, a **Finep** verificará se há alguma divergência com relação ao serviço prestado, erro ou rasura, adotando as medidas necessárias para a solução da pendência detectada, antes de atestá-la e encaminhá-la para pagamento, no prazo de 10 (dez) dias úteis, para o qual será observado o cumprimento do disposto no Termo de Referência.
- 9.3.1. A **Finep** fica obrigada a efetuar as retenções na fonte do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP a que se refere o art. 34 da Lei nº 10.833/03, regulado pela Instrução Normativa nº 1.234/12/RFB e suas alterações e do ISS na forma da legislação pertinente e ainda as retenções previdenciárias obrigatórias na forma da Lei, quando for o caso.
- 9.3.2. Fica a **Contratada** ciente da obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Opção pelo Simples, quando assim couber, obedecendo ao disposto na Instrução Normativa nº 1.234/12/RFB e suas alterações. A Declaração deverá ser apresentada no ato da entrega da Nota Fiscal, no modelo disposto no Anexo IV da referida IN.

- 9.3.3. As entidades beneficentes de assistência social previstas nos incisos III e IV do caput do art. 4º da IN 1.234/12/RFB que atuam nas áreas da saúde, da educação e da assistência social deverão apresentar, juntamente com a declaração de que trata o caput do art. 6º da referida IN, o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas), expedido pelos Ministérios das respectivas áreas de atuação da entidade, na forma estabelecida pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014.
- 9.4. Caso sejam verificadas divergências, a **Finep** comunicará à **Contratada**, solicitando a emissão de novo documento fiscal, sendo admitida a carta de correção quando cabível.
- 9.5. Antes de cada pagamento à **Contratada**, será verificada a regularidade da Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, bem como o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do CNJ e a Relação de Inabilitados ou Relação de Inidôneos do TCU, podendo a verificação ser ampliada para outros cadastros se necessária para identificação de impedimentos de contratação com a Finep.
- 9.5.1. Constatando-se a situação de irregularidade da **Contratada**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante. Em não havendo a regularização da situação, a Finep poderá rescindir o contrato unilateralmente, sem direito de indenização à **Contratada**.
- 9.5.2. Havendo circunstância que impeça o pagamento, ele ficará sobrestado até que a **Contratada** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 9.6. O pagamento será efetuado através de ordem bancária com depósito na conta corrente indicada pela **Contratada**, cujo comprovante servirá como recibo de quitação.
- 9.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **Contratada** não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = (6 / 100)$$

$$I = 0,00016438$$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

- 9.8. Havendo controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, à qualidade e à quantidade, o montante correspondente à parcela incontroversa deve ser pago no prazo previsto e o relativo à parcela controvertida reservado pela Finep.
- 9.9. A Finep poderá descontar dos créditos da contratada qualquer valor relativo a multas, ressarcimentos e indenizações, observado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA: ALTERAÇÃO

- 10.1. O contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:
- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
 - b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 13.303/2016;
 - c) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
 - d) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
 - e) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação da execução do objeto contratado;
 - f) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **Contratada** e a retribuição da Finep para a justa remuneração do objeto contratado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: MATRIZ DE RISCOS

- 11.1. A **Finep** e a **Contratada**, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do Anexo A deste Contrato.
- 11.1.1. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da **Contratada**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: REAJUSTE

- 12.1. Observado o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data da proposta, o valor consignado neste Instrumento poderá ser reajustado, visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, na forma apresentada nos subitens desta cláusula.
- 12.1.1. Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI/IPEA).
- 12.2. Para o primeiro reajuste, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data de apresentação da proposta.
- 12.2.1. Para os reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data de aniversário da apresentação da proposta.
- 12.3. Os novos valores contratuais decorrentes dos reajustes terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- a) a data do aniversário da proposta;
 - b) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes futuros.
- 12.4. Os efeitos financeiros do reajuste ficarão restritos exclusivamente aos itens que o motivaram e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 12.5. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a renovação contratual, caso em que poderão ser formalizados por aditamento ao contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: NÃO EXERCÍCIO DE DIREITOS

- 13.1. O atraso ou a abstenção pela **Finep** do exercício de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em decorrência da lei ou do presente Contrato, bem como a eventual tolerância com atrasos no cumprimento das obrigações assumidas pela **Contratada**, não implicarão novação, não podendo ser interpretados como renúncia a tais direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos, a qualquer tempo, a critério exclusivo da **Finep**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. A **Finep** poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal que couber, aplicar sanções administrativas à **Contratada**, garantida a prévia defesa, pelos seguintes comportamentos:
- a) dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;
 - b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado;

- c) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa na execução do contrato;
 - d) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - e) comportar-se com má-fé ou cometer fraude fiscal;
 - f) descumprir qualquer prazo e/ou obrigações estipuladas no Termo de Referência e neste Instrumento.
- 14.2. São sanções administrativas aplicáveis à **Contratada** pelas condutas previstas no item 14.1:
- a) Advertência.
 - b) Multa:
 - b.1) contratual: de até 10% (dez por cento) do valor total do Contrato;
 - b.2) moratória: de até 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total do Contrato, aplicável no atraso das providências requeridas pela **Finep**.
 - b.3) moratória: de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato, observado o máximo de 2% (dois por cento), por dia de atraso na prestação da garantia contratual.
 - c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **Finep**, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- 14.3. A **Contratada** não incorrerá na sanção referida nos itens b.2 e b.3 do item 14.2 caso ocorram prorrogações compensatórias formalmente concedidas pela **Finep**, devidas a comprovado impedimento na execução das obrigações.
- 14.4. As sanções previstas nas alíneas "a" e "c" do item 14.2 poderão ser aplicadas juntamente com a alínea "b" do mesmo item, facultada a defesa prévia da **Contratada**, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 14.5. A sanção prevista na alínea "c" do item 14.2 implica a imediata rescisão.
- 14.6. O valor da multa poderá ser cobrado dos pagamentos devidos à contratada pela execução deste contrato ou de outro contrato havido entre as partes, aplicando-se a compensação prevista nos Artigos 368 e seguintes do Código Civil, ou mediante desconto da garantia apresentada neste contrato.
- 14.6.1. Se a multa exceder o valor da garantia prestada ou os valores a ela devidos pela **Finep**, a diferença poderá ser cobrada judicialmente.
 - 14.6.2. O prazo para pagamento da multa aplicada pela **Finep** não poderá ultrapassar 10 (dez) dias úteis a partir da intimação da **Contratada**.
 - 14.6.3. Caso a multa não cubra os prejuízos causados pela contratada, a Finep pode exigir indenização suplementar, valendo a multa como mínimo de indenização, nos termos do parágrafo único do Artigo 416 do Código Civil.
- 14.7. As sanções serão aplicadas mediante procedimento administrativo que assegurará à **Contratada** o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o regramento do Regulamento de Licitações, Contratações e Contratos da Finep – RLCC, disponível para consulta no site da Finep.

- 14.8. A aplicação de sanção administrativa e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: RESCISÃO

- 15.1. O presente Contrato poderá ser rescindido:

- a) por mútuo acordo entre as partes, mediante aviso prévio por escrito de 90 (noventa) dias ou prazo menor a ser negociado pelas partes à época da rescisão;
- b) por via judicial, nos termos da legislação;
- c) motivadamente, sem direito à indenização quando esgotado o prazo recursal, a contratada não realizar o pagamento da multa aplicada;
- d) motivadamente, sem direito à indenização, quando, respeitado o direito ao contraditório e à ampla defesa, for caracterizado o inadimplemento contratual;
- e) motivadamente, sem direito à indenização, quando, durante a execução contratual, for identificado cometimento de conduta tipificada como crime na legislação penal por parte da contratada;
- f) motivadamente, sem direito à indenização, quando, durante a execução contratual, for identificada a não manutenção das condições de habilitação pela **Contratada**, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- g) unilateralmente, caso o objeto deste contrato tenha escopo predefinido, se a não conclusão do escopo decorrer de culpa da **Contratada**;
- h) unilateralmente, mediante comunicação com, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias de antecedência.
- i) quando não cumprido o Instrumento de Medição do Resultado anexado ao Termo de Referência.

- 15.1.1. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da **Contratada**, a **Finep** poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: VEDAÇÕES

- 16.1. É vedado à **Contratada**:

- a) caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;
- b) interromper injustificadamente a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da **Finep**, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: ANTINEPOTISMO E CONDUTA ÉTICA

- 17.1. Os administradores e/ou sócios dirigentes, bem como as pessoas que compõem o quadro técnico empregado na execução do serviço, não podem possuir familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) detentor de cargo comissionado ou função de confiança na **Finep**, em atendimento ao Decreto 7.203/2010.
- 17.2. A **Contratada** declara ter conhecimento do Código de Ética e de Conduta da Finep, que poderá ser consultado na página da **Finep** na internet: <http://www.finep.gov.br>, ou requisitado ao Fiscal do Contrato.
- 17.3. Eventuais irregularidades ou descumprimentos das normas internas da **Finep** ou da legislação vigente podem ser denunciados à Ouvidoria, por meio do endereço <http://www.finep.gov.br/ouvidoria> ou na Praia do Flamengo, 200, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.210-901.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

- 18.1. Os dados pessoais eventualmente coletados pelas Partes, de sua titularidade ou de titularidade de seus respectivos acionistas/quotistas e colaboradores, deverão ser tratados de acordo com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 ("LGPD"), devendo as Partes ainda: (i) observar os princípios elencados no art. 6º da LGPD; (ii) tomar as providências cabíveis decorrentes das obrigações e responsabilidades previstas pela LGPD; e (iii) adotar as medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais apropriadas para proteger os dados coletados, de modo que sejam armazenados de forma segura e conforme as melhores práticas de mercado e em estrito cumprimento à LGPD.
- 18.1.1. Para fins de aplicação desta cláusula, conceitua-se:
- a) dado pessoal como a informação relacionada a pessoa física identificada ou identificável, inclusive o dado pessoal sensível, tal como definido na LGPD;
 - b) colaboradores como toda e qualquer pessoa física que possua vínculo de qualquer natureza com quaisquer das partes, inclusive por interposta pessoa, tais como, mas não se limitando a empregados, estagiários, prestadores de serviços, consultores, ocupantes de cargo de confiança, integrantes da equipe executora do projeto, administradores, representantes legais, fornecedores, parceiros e clientes.
- 18.2. A coleta de dados pessoais será realizada mediante requisição da Finep, responsabilizando-se a Parte requerida por obter o consentimento dos titulares, salvo nos casos de dispensa de consentimento.
- 18.2.1. Caberá à Parte, que disponibilizar à Finep dados pessoais, cientificar o titular destes dados sobre o compartilhamento e informá-lo da existência do Aviso de Privacidade disponível no endereço eletrônico <http://www.finep.gov.br/menulicictr>, como fonte de informações acerca dos tratamentos de tais dados realizados pela Finep.
- 18.3. Poderão ser coletados, dentre outros, os seguintes dados pessoais:

- a) informações de identificação (tais como nome completo, número de inscrição no CPF, filiação, estado civil);
 - b) informações relativas a vínculo profissional (tais como registros em CTPS, contrato civil, contracheques, registros nos órgãos competentes);
 - c) localização geográfica (por exemplo, endereço completo);
 - d) contato (tais como número de telefone e e-mail);
 - e) detalhes de sua relação jurídica com a Contratada, como participação acionária, montante e forma de investimento etc.;
 - f) detalhes de sua relação jurídica com outras sociedades, desde que tenha, ou possa vir a ter, implicação direta ou indireta com o objeto deste Contrato;
 - g) imagem e voz, além de outros dados biométricos.
- 18.4. Os dados coletados poderão ser tratados para as seguintes finalidades, sem prejuízo de outros tratamentos devidamente fundamentados na LGPD:
- a) desígnios da Administração Pública, incluindo políticas públicas e a persecução do interesse público, com o objetivo, também, da execução de competências e atribuições legais;
 - b) competências que envolvam o poder da Administração Pública;
 - c) atividades referentes ao procedimento de análise, aprovação, formalização, acompanhamento e execução deste Contrato;
 - d) atendimento de demandas externas por informações, tais como Ouvidoria, Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e órgãos de controle, observadas às hipóteses de confidencialidade; e
 - e) identificação de denunciado ou reclamante inserido em demanda enviada à Finep observadas às hipóteses de confidencialidade.
- 18.5. Sem prejuízo de outras hipóteses legais ou regulamentares e da consecução dos objetivos do presente Contrato, os dados pessoais coletados poderão ser compartilhados:
- a) caso solicitados, com entidades e órgãos de controle, tais como Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União, Ministério Público Federal e Polícia Federal;
 - b) caso solicitados, com entes e/ou entidades do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário;
 - c) para exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral; e
 - d) caso haja o dever de praticar atos públicos com vistas à realização da finalidade perseguida pela Administração Pública.
- 18.6. A Finep poderá tratar os dados pessoais, conforme autorizado pela legislação:
- a) mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;

- b) para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- c) para execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou Contratos congêneres;
- d) para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- e) quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;
- f) para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);
- g) quando necessário para atender aos interesses legítimos da Finep ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais; ou
- h) para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.

18.6.1. A Finep poderá tratar dados pessoais sensíveis, conforme autorizado pela legislação:

- a) quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas; ou
- b) sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para: (i) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pela Finep; (ii) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos; (iii) exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem).

18.7. Os tipos de dados coletados, assim como as hipóteses de tratamento e compartilhamento e a base legal utilizada, poderão ser modificados pela Finep a qualquer tempo, em virtude de alterações na legislação ou nos serviços, em decorrência da utilização de novas ferramentas tecnológicas ou, ainda, sempre que, a exclusivo critério da Finep, tais alterações se façam necessárias, garantindo-se ao titular dos dados pessoais o direito de informação sobre essa(s) alteração(ões) e o resguardo de seus direitos fundamentais.

18.7.1. O dever de informação mencionado no item acima será cumprido através da atualização constante do Aviso de Privacidade, documento disponível aos titulares dos dados coletados, no endereço eletrônico <http://www.finep.gov.br/menulicitcontr>.

18.7.2. As Partes obrigam-se a acompanhar as modificações implementadas pelo Aviso de Privacidade e a informar os seus respectivos acionistas/quotistas e colaboradores que possuam dados pessoais coletados ou sejam responsáveis pelo tratamento de dados pessoais no âmbito deste Contrato.

- 18.7.3. As Partes se cientificam, no caso de serem titulares dos dados pessoais, e se obrigam a comunicar os seus respectivos acionistas/quotistas e colaboradores, no caso em que eles forem titulares de dados pessoais disponibilizados à outra Parte, de seus direitos abaixo transcritos:
- a) confirmação da existência de tratamento dos seus dados pessoais pela Finep;
 - b) acesso aos seus dados pessoais;
 - c) correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
 - d) anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na legislação em vigor;
 - e) portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação em vigor da ANPD, observados os segredos comercial e industrial;
 - f) eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nos casos de cumprimento de obrigação legal ou regulatória pela Finep ou demais hipóteses previstas na legislação;
 - g) informação acerca das entidades públicas e privadas com as quais a Finep realizou uso compartilhado de dados;
 - h) revogação do consentimento concedido para o tratamento dos seus dados pessoais, quando aplicável;
 - i) oposição a determinado tratamento de seus dados; e
 - j) reclamação em face do controlador de dados junto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e a demais órgãos ou entes responsáveis.
- 18.8. As Partes darão conhecimento formal aos seus respectivos acionistas/quotistas e colaboradores que possuam dados pessoais coletados ou sejam responsáveis pelo tratamento de dados pessoais no âmbito deste Contrato, das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais referentes a este Contrato.
- 18.9. As Partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares dos dados pessoais, previstos na LGPD e no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Autoridade Nacional de Proteção de Dados e órgãos ou entidades de controle administrativo.
- 18.10. Na ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, as Partes comunicarão umas às outras, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da ciência do incidente, para que possam adotar as providências devidas.
- 18.11. As informações acerca do Encarregado da LGPD na Finep estão disponíveis em: <http://www.finep.gov.br/fale-conosco>, seção LGPD-Encarregado pelo tratamento de dados pessoais.
- 18.12. A Finep manterá os dados pessoais coletados pelo tempo necessário ao cumprimento de suas obrigações legais, regulatórias e contratuais, bem como para resguardar e exercer seus direitos, assegurando-se

aos titulares dos dados pessoais o direito de eliminação após esse período e os direitos de alteração e correção dentro do prazo legal estabelecido pelo órgão regulador correspondente.

18.13. A Finep possui direito de regresso em face das demais Partes deste Contrato, em razão de eventuais danos causados pelo descumprimento das responsabilidades e obrigações previstas neste Contrato e na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

18.14. Em nenhuma hipótese, a Finep comercializará dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: VINCULAÇÃO DO CONTRATO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

19.1. O presente contrato fundamenta-se na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações, Contratações e Contratos da Finep e aos casos omissos as disposições do Código Civil Brasileiro e demais normas aplicáveis, e vincula-se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico, bem como à proposta da **Contratada**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: FORO PARA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

20.1. Fica eleito o foro da capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir qualquer controvérsia oriunda do presente Contrato que não puder ser resolvida de comum acordo entre as partes, podendo a **Finep** optar pelo foro de sua sede.

20.2. As partes podem, mediante acordo, firmar compromisso arbitral para dirimir conflitos específicos.

Este contrato foi elaborado com base na minuta aprovada pela Assessoria Jurídica da Finep.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas abaixo.

Pela **Financiadora de Estudos e Projetos – Finep**:

Financiadora de Estudos e Projetos - Finep

Pela **CONTRATADA**:

Razão social do fornecedor

Razão social do fornecedor

TESTEMUNHAS:

ANEXO A

MATRIZ DE RISCO

Id	DESCRIÇÃO DO RISCO	PROBABI- LIDADE DE OCORRÊNCIA	GRAU DE IMPACTO	RISCO	CONSEQUÊNCIA DO RISCO CONCRETIZADO	AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	RESPONSÁVEL
1	Não início dos serviços no prazo	Baixa	Alto	Alto	Descontinuidade da prestação do serviço	Evitar	Exigir da Contratada o início do prazo, registrando todas as cobranças	Contratada
2	Atraso na entrega dos serviços	Baixa	Alto	Alto	Não execução do objeto contratual nos prazos acordados	Evitar	Acompanhar a execução para apontamento de qualquer item que esteja fora do planejamento, cobrando imediata ação corretiva	Contratada
3	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução	Baixa	Alto	Alto	Não execução do objeto contratual nos prazos acordados	Evitar	Acompanhar a execução do serviço e mercado da atividade empresarial	Contratada
4	Não cumprimento do prazo final	Média	Alto	Alto	Inexecução integral do objeto contratual	Evitar	Acompanhar a execução do objeto contratual, apontando imediatamente qualquer desvio do planejamento, e exigindo medidas de correção	Contratada

5	Não alocação de pessoal na quantidade necessária ao bom andamento dos serviços e atendimento ao cronograma	Baixa	Baixo	Baixo	Execução insatisfatória dos serviços contratados	Evitar	Apresentação de planejamento de alocação de pessoal com antecedência e controle da execução	Contratada
6	Comportamento inapropriado do pessoal	Baixa	Baixo	Baixo	Execução insatisfatória dos serviços contratados	Evitar	Acompanhamento dos trabalhos por supervisão	Contratada
7	Atraso na regularização das pendências	Baixa	Baixo	Baixo	Execução insatisfatória dos serviços contratados	Evitar	Acompanhamento rigoroso das necessidades de ajuste de providências	Contratada
8	Abandono do contrato	Média	Alto	Médio	Descontinuidade da prestação do serviço	Evitar	Acompanhamento rigoroso do andamento dos serviços	Contratada
9	Emissão da nota fiscal com valor incorreto	Média	Médio	Médio	Impossibilidade de pagamento no prazo acordado	Mitigar	Realizar fiscalização e acompanhar mensalmente os valores de cobrança do serviço Solicitar à contratada que a nota seja emitida apenas após conferência dos valores pelo fiscal do contrato	Contratada
10	Não fornecimento de informações	Média	Alto	Alto	Impossibilidade de o fornecedor cumprir o	Mitigar	Disponibilizar gestores/analistas da Finep para prestarem	Finep

	necessárias				objeto		informações de forma tempestiva	
11	Não participação de representantes da Finep em reuniões	Média	Alto	Alto	Impossibilidade de o fornecedor cumprir o objeto	Mitigar	Obter prioridade para a realização das atividades relacionadas ao objeto desta contratação junto à Alta Administração e gestores	Finep
12	Troca de participantes de representantes da área de negócio da Finep	Alta	Alto	Alto	Impossibilidade de a fiscalização cumprir bem o seu papel objeto	Mitigar	Comprometer-se a não substituir integrantes das equipes atuais sem antes treinar os novos entrantes	Finep
13	Dependência de fornecedor	Alta	Alto	Alto	Problemas com a continuidade da operação	Mitigar	Disponibilizar para atendimentos as equipes que tiveram capacitação no primeiro contrato. Capacitar nova equipe. Garantir fornecimento de documentação técnica e disponibilização de código-fonte e artefatos necessários à continuidade operacional da solução. Avaliar contratação de consultor independente.	Finep e Contratada
14	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade	Média	Alto	Médio	Elevação do custo da prestação do serviço contratado	Aceitar	Acompanhamento dos cenários tributários e previsão de ocorrências	Contratada

	empresarial, bem como por erro do Contratado na avaliação da hipótese de incidência tributária							
15	Atraso no cumprimento de atividades a cargo da Finep	Média	Alto	Alto	Impossibilidade de o fornecedor cumprir o objeto	Mitigar	Obter prioridade para a realização das atividades	Finep
16	Falha de cumprimento de leis, regulamentos, políticas, normas etc.	Média	Alto	Médio	Aplicação de multas e/ou má execução do serviço contratado	Evitar	Atuação da fiscalização do contrato e da gestão da de conformidade da Contratada	Contratada
17	Erro no dimensionamento dos quantitativos da proposta	Média	Alto	Médio	Execução insatisfatória dos serviços contratados	Aceitar	Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos na proposta, complementando-os caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto contratual	Contratada
18	Regras mal definidas ou mal	Baixa	Alto	Alto	Erros em pagamentos e em outros serviços de	Mitigar	A área de negócio definirá as regras, as quais serão revisadas ativamente pela contratada. Antes	Contratada

	implementadas				tesouraria e cobrança.		de novas implementações serem lançadas em produção, deverão ser aprovadas pela área requisitante.	
19	Indisponibilidade do sistema por bugs ou configuração	Baixa	Alto	Alto	Atrasos em atividades de pagamentos e em outros serviços de tesouraria e cobrança	Mitigar	A Contratada e a ATI vão manter monitoramento do sistema e de sua infraestrutura.	Contratada